



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EM NOME DE DEUS, DOS POBRES
E DA LIBERTAÇÃO:
Ação pastoral e política em
Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**

Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira

Área de concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História Regional

**João Pessoa – PB
Setembro de 2012**

**EM NOME DE DEUS, DOS POBRES E DA LIBERTAÇÃO:
AÇÃO PASTORAL E POLÍTICA EM
DOM JOSÉ MARIA PIRES, DE 1966 A 1980**

Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monique Cittadino

Linha de pesquisa: História Regional

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

**EM NOME DE DEUS, DOS POBRES E DA LIBERTAÇÃO:
AÇÃO PASTORAL E POLÍTICA EM
DOM JOSÉ MARIA PIRES, DE 1966 A 1980**

Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Monique Cittadino
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof Dr Severino Vicente da Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Prof Dr Paulo Giovani Antonino
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof Dr Genaro Ieno Neto
Professor emérito do Departamento de Psicologia- Universidade Federal da Paraíba
Examinador Convidado

Prof Dr Gervácio Batista Aranha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Prof Dr Damião de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

P436e Pereira, Vanderlan Paulo de Oliveira.
Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação
pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980 /
Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.-- João Pessoa, 2012.
179f. : il.
Orientadora: Monique Cittadino
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Pires, Dom José Maria. 2. Historiografia. 3. História e
Cultura Histórica. 4. Igreja. 5. Ditadura. 6. Direitos Humanos.
7. Política. 8. História Regional.

*Dedico o esforço, as madrugadas de leitura,
e a escrita desse trabalho
ao meu Pai e minha Mãe: minhas raízes;
A minha esposa Nelma: minha terra; e a
Meu filho Emanuel: nosso fruto*

*“Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém há os que lutam toda a vida.
Estes são os imprescindíveis.”*

Brecht

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de todo o bem e de toda a graça.

Aos meus pais pela dedicação e carinho que tiveram comigo ao longo de nossa convivência familiar.

A minha amada esposa Nelma, pelas sugestões, correções, cumplicidade e compreensão ao longo da elaboração desse texto.

A querida Professora e amiga Monique Cittadino pelas incontáveis sugestões, paciência e zelo para com essa dissertação.

A Dom José Maria Pires pelo diálogo que estabelecemos ao longo desses últimos anos e pela atenção dispensada a essa pesquisa por meio das entrevistas.

A Pia Sociedade Filhas de São Paulo e de modo especial a Ir Maria Imaculada Ferreira (Ir Preta) por ter acreditado em mim e nesse projeto.

Aos professores Damião de Lima e Ângelo Emílio Pessoa pelas sugestões ao longo de minha vida acadêmica.

A Profª Rosa Maria Godoy e ao Prof Paulo Geovanni pelas sugestões durante a qualificação.

A Profª Regina Behar pelas sugestões e indicações convenientes de leituras.

Ao Diácono Cristiano, amigo e fiel “escudeiro” de Dom José, que ao longo desses últimos anos foi o mediador em diversas situações no nosso relacionamento com o arcebispo emérito.

Ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba e, sobretudo a Ricardo Grisi Veloso e José Augusto Moraes, que ambos possibilitaram o acesso aos documentos e indicações relevantes de jornais e fotografias;

Ao Arquivo Maurílio de Almeida, pela acolhida e presteza para que eu pesquisasse os periódicos nesse rico acervo possibilitando novas leituras na elaboração desse texto.

Ao Frei Marcelino de Santana pelas partilhas e reflexões, pela doação de jornais e documentos.

Ao Prof José Flávio Silva pela indicação e fornecimento de entrevistas de Dom José em periódicos do estado.

Ao Amigo Prof José Hailton pelas sugestões e partilhas do tema.

Ao Prof Carmelo Ribeiro Junior por partilhar desse projeto desde as suas origens.

A todos os companheiros de turma pelas críticas, sugestões e pela amizade construída ao longo desses anos.

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre a atuação política de Dom José Maria Pires a frente da Diocese de Araçuaí e da Arquidiocese da Paraíba analisando seus posicionamentos políticos e sua veemente defesa dos Direitos Humanos. Embora apoiando o Golpe Militar de 1964, quando ainda era bispo daquela diocese mineira, Dom José mudou sua postura acerca do regime militar já nesse mesmo ano, enfrentando o autoritarismo dos militares e defendendo as vítimas do regime ditatorial. Chegando a Paraíba, em 1966, permaneceu firme na luta contra as arbitrariedades dos militares e buscou alternativas para resolução de problemas como a fome e a seca, criando duas iniciativas relevantes: a *Operação Gota D'água* e o *Projeto Igreja Viva*. Ambos com preocupações maiores que o mero assistencialismo tão presente na instituição eclesial. Essas iniciativas do arcebispo evoluíram em práticas marcadas pela radicalidade da defesa dos Direitos Humanos em áreas de conflitos presentes nessa circunscrição religiosa. Assim, destacaremos duas grandes fazendas: Mucatu e Alagamar. Em ambas houve a violação dos Direitos Humanos por meio da prática da violência, das prisões injustas, das torturas e mortes. Em Mucatu houve centenas de pessoas expulsas e a destruição de uma casa que funcionava como escritório e Igreja dessa comunidade; em Alagamar a Polícia Militar aterrorizava, prendia e torturava os camponeses. Diante disso, o bispo denunciava essas atrocidades por meio de sermões, Cartas Pastorais e de sua presença nessas comunidades. Era em nome de Deus, dos pobres e de sua libertação política que, o bispo agia, recebendo como consequência a alcunha de subversivo e comunista por parte dos proprietários e de outros setores da sociedade. Ao longo do texto, também trataremos da *cultura política* e *cultura histórica* presente nesse líder tão carismático.

Palavras-chave: Igreja – Ditadura – Direitos Humanos –Política – Cultura Histórica – História Regional

ABSTRACT

This essay discusses the political activity of Dom José Maria Pires forward from the Diocese of Araçuaí and Archdiocese of Paraíba analyzing their political posturings and his vehement defence of human rights. Although supporting the military coup of 1964, when he was Bishop of that diocese mineira, Dom José has changed its stance about the military regime already in the same year, facing the authoritarianism of the military and defending the victims of the dictatorial regime. Arriving in Paraíba, in 1966, he remained steadfast in the fight against the arbitrariness of the military and sought alternatives to solving problems such as famine and drought, creating two relevant initiatives: the *water Drop Operation* and the *living Church Project*. Both concerns are greater than the mere paternalism as present in the ecclesial institution. These initiatives of the Archbishop have evolved in practice marked by radical human rights settlements present in this religious Division. Thus, we highlight two great ranches: Mucatu and Alagamar. In both there was the Human rights violations through the practice of violence, unjust imprisonment, torture and deaths. In Mucatu there were hundreds of people expelled and the destruction of a House that functioned as Office and Church of that community; in Military Police Alagamar, was tortured and terrified peasants. That said, the Bishop denounced these atrocities through sermons, pastoral letters and their presence in these communities. It was in the name of God, the poor and their release policy which the Bishop acted, getting the nickname of Communist and subversive owners and other sectors of society. Throughout the text, also will discuss the *political culture* and *historic culture* present in this very charismatic leader.

Keywords: Church – Human Rights – Dictatorship – Political – Historic Culture – Regional History

LISTA DE SIGLAS

AI : Atos Institucionais

APA: Ação Pastoral Arquidiocesana

APRA: Associação dos Proprietários Rurais

CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia

CDDH: Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEB's: Comunidades Eclesiais de Base

CELAM: Conferencia Episcopal Latino - Americana

CIA: Agência Central de Inteligência

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUTAL: Central Única dos Trabalhadores Latino Americanos.

ESG: Escola Superior de Guerra

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LIMDE: Ligas das Mulheres Democráticas

MDB: Mobilização Democrática Brasileira

MEB: Movimento de Educação de Base

ONU: Organização das Nações Unidas

PROALCOOL: Programa Nacional do Álcool

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TdL: Teologia da Libertação

TFP: Tradição, Família e Propriedade

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	p. 34
Fotografia 2	p. 41
Fotografia 3	p. 44
Fotografia 4	p. 47
Fotografia 5	p. 48
Fotografia 6	p. 58
Fotografia 7	p. 80
Fotografia 8	p. 82
Fotografia 9	p. 133
Fotografia10	p.155
Fotografia 11	p.156
Fotografia12	p.158
Fotografia13	p.166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	p.147
Figura 2	p.149
Figura 3	p.150

SUMÁRIO

Introdução.....	p.16
Capítulo I: De Córregos a Araçuaí	
1.1. O chamado vocacional: família, vocação e formação no Seminário de Diamantina.....	p.28
1.2. A resposta: de Cura de Travessão de Guanhães e Curvelo a bispo de Araçuaí.....	p.40
Capítulo II: Ação Pastoral e política na Paraíba (1966 a 1975)	
2.1. “É Santa a terra em que piso”: a chegada a Arquidiocese da Paraíba.....	p.78
2.2. As denúncias, o mediador e a nova teologia: Dom José Maria Pires e a política.....	p.89
2.3. “Do Centro para a margem”: a opção pelos pobres.....	p.111
Capítulo III: Questão agrária e os Direitos Humanos (Paraíba -1975 a 1980)	
3.1. Em defesa dos seres humanos, em defesa dos pobres: a criação do CDDH.....	p.121
3.2. A emergência dos conflitos agrários: Mucatu, o lugar da subversão.....	p.128
3.3. Em nome de Deus e dos Direitos Humanos: o conflito da Grande Alagamar.....	p.141
Considerações finais.....	p.162
Referências Bibliográficas.....	p.167
Glossário.....	p.176

INTRODUÇÃO

A presente dissertação discorre sobre a atuação de Dom José Maria Pires ao longo de seu ministério, enfatizando suas ações e posicionamentos políticos e a defesa que realizou dos Direitos Humanos. Nossa objetivo é refletir, sobretudo sobre seu período como epíscopo a frente da Arquidiocese da Paraíba, de 1966 - ano de sua chegada - até 1980.

As origens desse trabalho remetem ao meu período de graduação na Universidade Federal da Paraíba, onde havia feito o trabalho de conclusão de curso analisando alguns posicionamentos políticos de Dom José Maria Pires frente o governo dos militares. Esse trabalho teve a orientação do Professor Damião de Lima e de sugestões relevantes e convenientes do Prof Ângelo Emílio Pessoa, responsável pela disciplina de Metodologia de Pesquisa em História no ano de 2009.

Percebi que ao longo da escrita sobre Dom José Maria Pires ficaram algumas lacunas que poderiam ser aprofundadas convenientemente em uma dissertação de mestrado. A riqueza desse personagem nos coloca diante de alguém que experimenta momentos de profunda tensão social e política extrapolando posicionamentos eclesiás presentes na hierarquia da Igreja Católica.

Antes da seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, elaborei o projeto para essa mesma seleção com o título *De Dom Pelé a Dom Zumbi: a trajetória política e ação social de Dom José Maria Pires, durante o governo dos militares*. No entanto, graças à contribuição dos professores desse departamento e, sobretudo da Profª Monique Cittadino, pude perceber e reelaborar esse projeto delineando melhor seu escopo.

O fato de delimitarmos o trabalho aos anos de 1966 a 1980 diz respeito ao período em que Dom José Maria Pires, também conhecido como *Dom Pelé* ou *Dom Zumbi*, chegou a capital paraibana para assumir suas funções episcopais até a resolução dos problemas agrários na Fazenda conhecida como Grande Alagamar, respectivamente.

Nosso objetivo, ao longo dessa dissertação, não é escrever uma biografia sobre Dom José Maria Pires, mas tratá-lo como figura central e o foco de todas as discussões desse escrito, percebendo as relações que esse personagem estabelece com a sociedade, com a

instituição eclesial e com a política. Verificamos sua convivência familiar, suas experiências no seminário de Diamantina, seu processo formativo nessa mesma instituição, seus primeiros anos como sacerdote católico, seus anos como bispo da Diocese de Araçuaí (Minas Gerais) e da Arquidiocese da Paraíba. Por meio dessa análise, queremos enfatizar os elementos políticos, a formação humanista e cidadã presentes ao longo de seu período de amadurecimento como líder religioso.

Compreendemos e partilhamos da opinião de Rodrigo Patto de Sá Mota de que, tanto famílias quanto religiões, possuem um modo específico de formar culturas políticas, impregnando nos indivíduos posturas que se vinculam diretamente a valores, convicções, elementos teleológicos e teológicos (MOTA, 2009, p.24). Deste modo, quando escrevemos sobre a formação política de Dom José Maria Pires, analisamos os vários elementos que compõem sua formação, a recepção e usos que ele realizou de sua formação eclesial e política posteriormente, e ainda sua preocupação com questões de natureza política e a defesa dos Direitos Humanos.

Também refletimos que cultura política, como nos lembra a historiadora Ângela de Castro Gomes (2005, p.29), é “*um conjunto de orientações - abarcando crenças, valores e sentimentos – que atuavam sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos*”

Nesse trabalho, não queremos inserir a figura de Dom José Maria Pires em uma estrutura marcada pela rigidez ou pela ideia de uma narrativa “romanesca”, mas inseri-lo na perspectiva do real marcado por suas inúmeras possibilidades próprias do “*devir*” histórico. Partilhamos da opinião presente na obra de Pierre Bourdieu, onde “*o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem aprendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório*” (BORDIEU, 1998, p.184).

Além disso, ao discorrermos sobre nosso personagem não queremos tratá-lo como alguém que permite repercutir tudo o que pensa a sua instituição. Não pretendemos escrever uma “prosopografia¹” (LEVI, In: AMADO, 1998, p. 175), mas analisar as posturas e ações de Dom José naquilo que lhe é singular, revelando sua atuação sem tentar colocá-lo em uma estrutura, onde ele se torna apenas mais um bispo. Sabemos que há momentos em que ele

¹ Prosopografia é a escrita de vida onde um personagem é analisado como membro e ao mesmo tempo o resultado das ações do grupo a que pertence. Em nosso caso, acreditamos que Dom José apesar de partilhar de várias intuições do ambiente católico, ele se revela como alguém que possui autonomia para se expressar como convém, percebe-se nele, vários outros elementos que fazem com que ele não seja também o resultado do contexto em que está inserido.

manifesta opinião semelhante à instituição a que pertence. No entanto, não é uma de nossas preocupações destacar a figura de Dom José como alguém fiel ou submisso a essa mesma comunidade religiosa, mas destacar a sua ação marcada pela experiência da liberdade e maturidade para concordar, discordar ou avançar com relação a esse mesmo grupo. Por isso, compreendemos que uma história de vida se torna

(...) o campo ideal para verificar o caráter intersticial - e, todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (LEVI, 1998, p. 180).

O estilo biográfico deve ser compreendido como uma tentativa de superação da narrativa histórica onde o indivíduo é apresentado como alguém limitado por uma estrutura ou modo de ler a própria história. Esse estilo se torna o meio ideal onde o indivíduo atinge o auge de sua liberdade histórica, possibilitando uma série de interpretações da história e do personagem analisados (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

Dom José fala em nome da Igreja², mas, em muitas situações, expressa sua maneira individual de compreender a política e a vida social do país.

Trabalhamos também com a ideia de “*poder simbólico*” presente na obra de Pierre Bourdieu. Esta opção se dá graças ao elevado cunho político desta obra. Dom José Maria Pires é, sem sombra de dúvidas, alguém que exerce esse poder ao longo de sua vida. Ele não o exerce apenas por ser um líder religioso, mas por representar para diversas pessoas como alguém marcado por certa coerência de vida e ter-se dedicado a defesa dos Direitos Humanos.

O *poder simbólico* se dá por meio de sistemas simbólicos que, por vezes, conforme afirma o sociólogo francês, está disfarçado com expressões de outras instituições ou dimensões da vida humana. Esse poder é capaz de

(...) constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma *illocutionary force*, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder

² É importante ressaltar que Dom José Maria Pires não só falou em nome da Arquidiocese da Paraíba, mas também em nome de todos os bispos do país, pois o mesmo foi porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos no difícil ano de 1969.

e os que estão sujeitos, quer dizer, isto é, reproduz a crença. (BOURDIEU, 2010, p.15).

Sobre a relação dos bispos com a política brasileira já foram realizados estudos significativos nas últimas décadas. Sobre esses estudos, merece destaque a obra do historiador norte-americano Kenethy Serbin que escreveu sobre a difícil relação dos bispos com os militares no período que sucedeu o Golpe Militar de 1964. Serbin analisou a postura dos bispos de maior relevância a nível nacional e ainda aprofundou as ações divergentes e comuns dos líderes religiosos e dos líderes políticos. O enfoque do referido autor é o exercício da política realizada pelos líderes religiosos.

Além dele, merece destaque os artigos e livros do Padre e Historiador Oscar Beozzo que dedicou grande parte de sua obra a análise de textos do Arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Pessoa Câmara. Nas análises realizadas por Beozzo, convém ressaltar o papel do bispo da Arquidiocese da Província de Pernambuco e sua repercussão no mundo da política e das novidades do Concílio Vaticano II. Fundamentalmente, Dom Helder se apresenta como uma liderança política invejável no mundo. Sua presença comove multidões fora do país, a ponto de lotarem estádios de futebol em países da Europa para escutarem sua voz e suas denúncias mediante as atrocidades ocasionadas pelo regime militar no Brasil.

Marcio Moreira Alves também se destaca por sua militância junto aos movimentos sociais, a política partidária e ainda pelo zelo com que tratou da relação da Igreja Católica com a política brasileira por meio de seu livro *A Igreja e a Política no Brasil*. Sua obra permite ao leitor fazer análises das relações da Igreja com as instituições políticas do país ao longo da década de 1960.

Nas obras desses três autores convém destacar que o nome de Dom José Maria Pires ocupa pouco mais do que algumas linhas. Há uma imensa lacuna na bibliografia que explora a relação da Igreja com a política do Século XX no que diz respeito a presença e ação do Arcebispo Paraibano. Assim, percebemos a necessidade de discorrer sobre um líder religioso que se pronunciou politicamente defendendo os Direitos Humanos no estado da Paraíba.

Além das obras mencionadas, verificamos alguns livros que foram publicados ao longo de seu ministério episcopal contendo textos de sua autoria repletos de discursos religiosos e políticos. São eles:

Do Centro para a Margem: obra organizada por um grupo de amigos do arcebispo da Paraíba e apresentado pelo Arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Helder Pessoa Câmara. A primeira edição dessa obra foi lançada pela editora Acauã, em 1978. É importante destacar que em sua ficha catalográfica logo nos elementos pré-textuais do livro estão os verbetes: Problemas Sociais e Política. Embora contendo uma série de discursos religiosos, a própria editora apresenta a obra como um livro secular. A segunda edição desse livro foi publicada pela Editora Vozes, em 1980, e acrescentou ao término da antiga edição algumas entrevistas de Dom José concedidas aos jornais locais e nacionais.

Do Centro para a Margem é organizado a partir dos seguintes eixos temáticos:

- I) *A luta pela posse da terra*: nesse capítulo foram organizados textos que refletem as tensões presentes na zona rural da Arquidiocese da Paraíba, a luta pela Reforma Agrária e seus posicionamentos sobre tais questões;
- II) *Pelos frutos se conhece o sistema*: nessa coletânea estão presentes as posições de Dom José Maria Pires sobre a questão dos modelos econômicos internacionais e filosofias do século XX e a possibilidade de conciliação dos ideais do cristianismo com as ideias de Karl Marx;
- III) *A mensagem e a vida*: esse terceiro bloco de textos é aparentemente o bloco mais “religioso”. Contudo, convém ressaltar que Dom José não dissocia religião de política e questões sociais ao longo de seu episcopado na Paraíba. Por isso, merece destaque pronunciamentos nessa unidade sobre as reivindicações humanas e sociais.
- IV) *Firmeza permanente na defesa dos Direitos Humanos*: nessa unidade, Dom José celebra aniversário da Declaração de Direitos Humanos (de 1948), escrevendo sobre as violações cometidas a esses direitos na Paraíba e enfatiza a ação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

O livro *Dom José Maria Pires: uma voz fiel à mudança social* foi organizado pelo advogado Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro e revisado pela Ir. Maria Letícia Penido. Essa publicação foi realizada pela Paulus Editora, em 2005. Os textos aqui presentes estão

organizados a partir de uma perspectiva cronológica. Nessa obra, fica bem evidente um conjunto de textos que está delimitado pelo discurso da chegada de Dom José Maria Pires a Paraíba em 26 de março de 1966 e o discurso de sua saída em 26 de novembro de 1995. Os temas abordados ao longo desses 29 anos compreendem questões sociais, religiosas e raciais. Convém ressaltar que tanto Sampaio quanto a Ir Maria Letícia são pessoas que conhecem Dom José há mais de vinte anos e ambos partilham dos mesmos ideais e posicionamentos de um líder religioso, possibilitando uma seleção que toma por base os pontos essenciais do pensamento e da ação do bispo arquidiocesano.

Além dos livros supracitados, foi publicado no ano de 2011, o livro *Um profeta em movimento: Dom José Maria Pires desatando nós* pela editora mineira O Lutador. A obra foi organizada pelo Prof Dr Mauro Passos³ contando com uma entrevista realizada em 2001, em Belo Horizonte, uma série de testemunhos sobre Dom José e algumas fotografias em preto e branco. Esta obra é constituída de informações que nos ajudaram a esclarecer ou aprofundar algumas questões sobre a presença de Dom José Maria Pires em Araçuaí, sua primeira diocese.

Convém recordar que a presente dissertação reflete sobre um personagem que possui uma *cultura política* bastante particular. É a *cultura política* de quem dialogou diretamente com a Doutrina Social da Igreja Católica, das Filosofias do Século XIX e XX e, sobretudo do marxismo, e ainda de um líder religioso católico que migrou de uma Diocese do interior de Minas Gerais para exercer a mesma função religiosa em um estado do Nordeste: a Paraíba. Logo, falar de Dom José Maria Pires é perceber a riqueza de alguém que se cerca dos problemas reais da população paraibana.

O tempo e a Paraíba foram testemunhas da ação política e da veemente defesa dos Direitos Humanos realizada por Dom José Maria Pires. Por isso, usufruímos ao longo de nossa pesquisa de diversas fontes como jornais, discursos, entrevistas e fotografias desse bispo desde o período de sua formação no Seminário da Diocese de Diamantina, quando ainda tinha apenas onze anos de idade até sua atuação nas áreas de conflitos rurais presentes nessa circunscrição religiosa no ano de 1980.

³ Mauro Passos é professor de Ciências das Religiões pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e trabalha com temas que envolvem religião, política e Direitos Humanos.

As entrevistas foram realizadas na residência da religiosa Ir. Maria Letícia Penido residente no Bairro de Mandacaru, nessa mesma cidade. As perguntas feitas a Dom José tinham como propósito conhecer ainda mais seu pensamento e sua ação para encontrar em suas respostas: o “político”.

Dom José, com 91 anos de idade na época da entrevista, e com uma simplicidade que lhe é peculiar e, incomum aos bispos, respondeu as várias perguntas que realizamos. Para nós, Dom José discorreu sobre sua atuação na Paraíba com muita lucidez e com sagacidade.

Pelo fato de Dom José ser um bispo emérito – o que para muitos seria uma desvantagem⁴ – ele possui ainda maior liberdade para falar sobre assuntos eclesiásticos e políticos enriquecendo nossa pesquisa sobre ele a partir também de suas memórias.

É importante ressaltar que analisamos parte do acervo de documentos, recortes de jornais e fotografias do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Essa informação é fundamental, pois é nesse arquivo que Dom José colaborou com a doação de grande parte de seus escritos, recortes de jornais e textos ainda datilografados que não foram publicados na imprensa local.

Além do arquivo supracitado, tivemos a oportunidade de pesquisar e obter excelentes informações sobre Dom José Maria Pires no Arquivo Maurílio de Almeida. Nessas ocasiões analisamos vários jornais publicados na Paraíba, de 1975 a 1980.

Para auxiliar nosso trabalho, recorremos à prática e abordagem da História Oral. Para nós, essa valiosa abordagem é capaz de fornecer informações e leituras do passado ou do presente que estão ausentes em outras fontes ou documentos. Assim, analisaremos depoimentos orais, lembrando que

Os depoimentos orais, produzidos pelos sujeitos, que, de alguma forma, participaram do desenrolar da história, ou a ele assistiram, são testemunhos vivos capazes de interagir com o historiador e assumem relevância para os que pretendem enveredar nas trilhas da história do presente. Contudo, se a História Oral é instrumento fundamental para os que fazem a história do presente, ela não se restringe a esse tempo, pode ser aplicada a períodos mais remotos, através da recuperação das tradições orais, da memória e do legendário e histórico. (CITTADINO, 2006, p.29)

⁴ Para muitos, o fato de Dom José ser bispo emérito consistiria numa desvantagem por não exercer mais o ministério liderando uma diocese. Para nosso trabalho isso constitui uma fonte riquíssima, pois o bispo emérito possui maior liberdade frente a uma série de posicionamentos políticos e religiosos. No Brasil, Dom Clemente Isnard, bispo conciliar também revelou uma série de posturas “progressistas” durante sua aposentadoria.

Com a contribuição de depoimentos de Dom José Maria Pires, concedidos por meio de entrevistas para o nosso trabalho e ao Professor Mauro Passos, enriquecemos o conteúdo e análises dessa dissertação. Evidenciamos que os elementos presentes em uma biografia, estão no presente texto. Contudo, convém ressaltar que, com a contribuição da *Nova História Política*⁵, realizamos uma abordagem buscando superar a ideia de exaltação dos grandes vultos, uma noção elitista ou factual da história. A *história política* foi alvo de duras críticas de grande parte de historiadores da *Escola dos Annales* e foi retomado o tema por Jacques Juliard. Para ele (JULIARD In: LE GOFF (org.), 1976, p.180), a história política é marcada pela mediocridade, idealização das pessoas e, sobretudo dos líderes políticos, elitista e ideologizante, é narrativa e sem análise, e factual. Por isso, o historiador francês propõe uma nova concepção de História Política que leve em consideração os novos sujeitos políticos que lidam com o poder de uma forma inusitada. Em nosso texto não incorremos no perigo de cairmos na “Antiga” História Política por tratar: 1) de um personagem que segundo essa perspectiva não seria considerado político, mas apenas um líder religioso; 2) por perceber as opções de nosso personagem; Dom José apesar de ser de uma elite religiosa, sua posição política se dá junto as camadas mais populares); 3) Dom José é o sujeito de diversas ações, mas elas só serão compreendidas por meio de comparações com ações de outros líderes religiosos e políticos o que propicia a análise dos personagens.

Escolhemos também algumas fotografias que expressam a ideia de seleção em um determinado foco (ou ponto de vista) e também de um determinado instante ou tempo. Devemos, além disso, distinguir o tempo do *produtor* ou *autor* de uma determinada fotografia (AUMONT, 1993, p.167).

Ela se apresenta como a imagem de algo que embalsama o passado, como um elemento testemunhal de algo que aconteceu no passado (idem, p.231). A fotografia, portanto, propiciaria

A inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e, portanto de ampliação de horizontes da arte), de documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal (melhor dizendo, sai condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). (KOSSOY, 2001, p.27).

⁵ O primeiro autor a refletir sobre o retorno do “político” foi Jacques Le Goff por meio do artigo “A política seria ainda a ossatura da História?” publicado no Brasil no livro *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Além disso, o grande responsável pela disseminação sobre as ideias e reflexões que envolvem a Nova História Política foi René Remond.

A fotografia, portanto, funciona como unidade monádica como afirmaria Walter Benjamin, ou seja, ela testemunha um instante. Tal instante é selecionado por uma série de critérios. Dentre os critérios que conduzem ao instante selecionado podemos citar o olhar do fotógrafo, da instituição a qual ele pertence, o público que ele pretende atingir e o que ele pretende de fato transmitir ou ocultar.

Sabemos também que apesar da universalidade da linguagem visual, jamais conseguiremos dar conta de todas as interpretações sobre aquela imagem e nem mesmo o autor seria capaz de realizar isto. O nosso trabalho, como afirma Martine Joly (1996, p.47), corresponde a uma interpretação que não necessariamente será aquela dada pelo autor das fotografias, mas a dos receptores desse documento.

Estudar as circunstâncias históricas da criação de uma obra para melhor a compreender pode ser necessário, mas nada tem a ver com a descoberta das *intenções* do autor. O que queremos dizer com isto é que, para analisar uma mensagem, é preciso começar por nos colocarmos deliberadamente do lado em que estamos, a saber, o lado da *recepção*.

Martine Joly (1996, p. 109) aprofunda ainda a temática da fotografia e de suas intencionalidades ao analisar fotografias por meio dos possíveis ângulos ainda que alguns ângulos tenham uma clara função de reproduzir o real.

Peter Burke chama a atenção para alguns aspectos da fotografia que até então eram ignorados. Por vezes, os historiadores têm receios de utilizar tais fontes e quando as utilizam geralmente é para comprovação daquilo que já foi afirmado por meio da escrita e de outros documentos. Para ele, é necessário ultrapassar essa noção pois as imagens ultrapassam essa função de comprovar algo.

O uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à evidencia no sentido estrito do termo (...). Deve-se também deixar espaço para o que Francis Haskell denominou “o impacto da imagem na imaginação histórica”. (BURKE, 2004, p.16)

A fotografia abre as possibilidades. Ela funciona como uma testemunha do tempo pré-selecionado. Assim destacamos algumas fotografias de Dom José Maria Pires em meio a sua ação política e defesa dos Direitos Humanos.

- a) Fotografias religiosas: nessas fotografias destacaremos sua convivência no seminário de Diamantina, sua vida de padre e seu ministério de bispo.

- b) Fotografias políticas: destacamos a sua presença junto às autoridades políticas e sua presença com os camponeses em meio aos conflitos em propriedades rurais.

A fotografia por si não revela tudo o que envolve o instante do “clique”. Por esse motivo partilhamos da opinião de Kossoy (2001, p. 78) que diz que

Deve-se por outro lado entender que a imagem fotográfica é um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado; contudo, ela não reúne em si o conhecimento do passado. O exame das fontes fotográficas jamais atingirá sua finalidade se não for continuamente alimentado de informações iconográficas (necessárias aos estudos comparativos) e das informações escritas de diferentes naturezas contidas nos arquivos oficiais e particulares, periódicos da época, na literatura, nas crônicas, na história e nas ciências vizinhas.

Assim, podemos concluir que por meio desta postura a fotografia é um elemento que não explica a realidade, mas é capaz de fornecer informações valiosas acerca do tempo que está sendo analisado. Por esse motivo se torna tão importante estudar o contexto no qual surge tal produção.

Em nosso caso, a fotografia se torna relevante para análise de questões como *poder simbólico* em fotografias presentes em jornais, revistas e no arquivo pessoal do próprio Dom José que já foi doado a Cúria da Arquidiocese da Paraíba.

Para concebermos a figura de Dom José Maria Pires como um líder político, convém realizarmos uma breve reflexão sobre o tema da política (ARISTÓTELES, 2004, p.143)⁶, destacando seus usos na história, na perspectiva do filósofo Norberto Bobbio e da filósofa judia Hannah Arendt.

A *política*, segundo Norberto Bobbio (1998, p.954), surge mediante as relações existentes entre dois indivíduos, onde prevalece a opinião ou ação de alguém em vista de um determinado objetivo. O termo *política* como atividade ou práxis humana vincula-se diretamente ao tema do poder. A política pode ser concebida como uma ação relacionada a

⁶ A palavra “*política*” deriva da palavra grega *polis*, significando toda a ação relacionada à cidade e consequentemente tudo o que era considerado urbano e civil. Aristóteles foi o primeiro pensador a escrever sobre o tema, revelando uma noção organizacional do Estado, em sua obra “*A Política*”. O filósofo grego também compreendia *política* como toda ação boa em vista da excelência de proporções possíveis. Para o filósofo estagirita, a política é o exercício dos homens livres, realizando uma clara distinção entre escravos e cidadãos. Quando ele afirma que todo homem é um animal político, ele descarta desse discurso os escravos. Essa concepção, segundo a filósofa Hannah Arendt, só foi aceita de fato, na Grécia antiga, certamente durante pouquíssimo tempo.

ideia de poder e ação de um indivíduo “com” ou “sobre” outro. Na relação política, o “poder” se manifesta por meio de categorias bastante comuns acentuando relações *duais*.

Só existe relação política em meio à diversidade de indivíduos históricos e os interesses que os movem ao longo de sua existência. O âmbito da política, portanto, abrange “as relações de poder⁷ que em toda sociedade se estabelecem entre indivíduos e grupos, entendendo-se por poder como a capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo” (BOBBIO, 2003, p.137).

Comprendemos política como ação proveniente da convivência entre diferentes, como uma relação em meio à diversidade. Partilhamos da opinião de Hannah Arendt (2003, p. 23), para a qual política deve ser compreendida como uma relação “entre os homens” e não apenas no sentido que o filósofo estagirita nos concedeu. A ideia de que o homem é essencialmente um ser político, é de certo modo, questionável, pois é por meio das relações que ele estabelece com seus pares ao longo de sua existência, que ele realiza este ato. A mesma pensadora comprehende *política* como uma relação para garantir a liberdade que é o essencial da existência humana e também de toda a vida na Terra (Idem, p.39). É a compreensão de que o homem não é um ser autárquico, mas um indivíduo repleto de relações que são, na verdade, relações políticas.

Entendemos que Dom José exerceu o livre exercício da política em vista da defesa dos Direitos Humanos, opondo-se a regimes políticos autoritários, criticando administrações governamentais e acreditando que os indivíduos são seres relacionais e políticos. Percebemos que, ao longo de sua formação, foi incutido nele valores e concepções políticas que, mais tarde, a partir de sua experiência de liberdade frente aos fatos, ele as utilizaria como julgava conveniente.

Assim, dividimos a presente dissertação em três capítulos:

⁷ Embora priorizando a perspectiva do conceito de *poder* em nosso trabalho, podemos lembrar que outros filósofos e sociólogos refletem a questão merecendo destaque o filósofo francês Michel Foucault. Podemos afirmar que o poder na perspectiva de Michel Foucault (1997, p. 71) perpassa toda a sociedade. Para o filósofo francês, o poder é algo que não está somente nas mãos de líderes e intelectuais, mas “penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (idem).

No *Capítulo I: De Córregos a Araçuaí*, faremos uso da análise de entrevistas que realizamos com Dom José Maria Pires ao longo dos anos e parte das entrevistas que ele concedeu ao Professor Mauro Passos. Além dessas fontes, analisaremos fotografias e textos escritos por Dom José Maria Pires. Nesse capítulo, será analisada sua formação familiar, sua formação acadêmica, sua ação nas primeiras paróquias e em sua primeira diocese: Araçuaí, no estado de Minas Gerais. Merece destaque nesse primeiro capítulo, os posicionamentos que Dom José possui sobre o socialismo, sobre sua participação no Concílio Ecumênico Vaticano II e o Golpe Militar de 1964. Nesse primeiro capítulo, discutiremos sobre a relevância do poder simbólico exercido por Dom José Maria Pires sob a ótica do Sociólogo francês Pierre Bourdieu.

No *Capítulo II: Ação Pastoral e política da Paraíba (1966 a 1975)*, analisaremos a chegada de Dom José Maria Pires a Paraíba no ano de 1966 e sua recepção por parte dos populares, religiosos, políticos e militares da época. Além disso, destacaremos a relação que ele estabeleceu com os militares, sobretudo a partir de temas como a *Lei do Arrocho*, os *Atos Institucionais* e a tortura e violência decorrentes do governo dos militares. Destacaremos os discursos e as ações do arcebispo paraibano frente aos Direitos Humanos violados e a presença de perseguidos políticos. Ainda nesse capítulo, refletiremos sobre a relevância dos projetos que Dom José criou e organizou com alguns agentes de pastorais leigos, religiosas e padres. É nesse capítulo que discorremos sobre a *Ação Pastoral Igreja Viva*, a *Operação Gota D'água* e sobre o nascimento do *Centro de Promoção Humana da Arquidiocese*. Nesse mesmo texto, será refletida a posição de Dom José com relação a *Carta Encíclica Populorum Progressio*, a *Teologia* e o *Cristianismo da Libertação* e ainda a *Conferência Latino-americana de Medellín*.

No *Capítulo III: Questão agrária e Direitos Humanos (Paraíba - 1975 a 1980)* analisaremos sua atuação em defesa dos Direitos Humanos em Mucatu e na Grande Alagamar e sobre sua ação a partir da Conferência Latino-Americana de Puebla e do Pontificado de João Paulo II. Nesse capítulo, refletimos sobre a criação do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do país. Por meio dos textos, jornais, fotografias e entrevistas de Dom José, refletiremos sobre sua militância em defesa dos Direitos Humanos em áreas rurais. Veremos a relação de Dom José Maria Pires com políticos, proprietários de terras, camponeses e militares em nome da Reforma Agrária e também de outros Direitos Sociais.

Capítulo I: De Córregos a Araçuaí

1.1. O chamado vocacional: família, vocação e formação no Seminário de Diamantina

José Maria Pires, filho de Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus, nasceu em 15 de março de 1919, em Córregos⁸, pequeno distrito pertencente ao município de Conceição de Mato Dentro⁹, no centro do estado de Minas Gerais.

Sua família é de origem humilde. Seu pai era descendente de portugueses e sua mãe, descendente de africanos e ciganos (PIRES In: PASSOS, 2011, p. 27). O Sr Eleutério trabalhava como carpinteiro e a Srª Pedrelina exercia as funções domésticas. Numa família de seis filhos¹⁰, José Maria partilhava de um ambiente marcado por grande simplicidade e ainda por fortes sentimentos religiosos. De acordo com o testemunho do próprio Dom José, seu pai era o responsável por educar seus filhos do ponto de vista religioso. Era ele quem coordenava as orações e quem, de algum modo, comunicava os ensinamentos da Igreja a seus filhos. Na certa, seu testemunho foi fundamental para que, mais tarde, José Maria seguisse a vida religiosa. Sobre isso, Dom José afirmou:

Era meu pai que ensinava os pequeninos a rezar, colocava as mãos da menininha e ia repetindo a *ave-maria* com ela e dava o testemunho, o exemplo. Então, por isso a semente da vocação, que existe em todas as famílias, tinha o ambiente bom para ela crescer.¹¹

⁸ Informação existente no sítio eletrônico do Portal de Conceição do Mato Dentro. Disponível em: <<http://www.portalcmd.com.br/?content=18&título=C%F3rregos>>. Acesso em 19 de junho de 2011. O Distrito de Córregos foi fundado por bandeirantes em 1702 é o mais antigo distrito de Conceição do Mato Dentro. Originalmente seu nome era Nossa Senhora Aparecida de Córregos. Esse distrito foi grande palco da mineração e está assentado sobre um vale no qual estão dispostas casas tipicamente coloniais e antigas. Merece destaque a prática religiosa popular nesse território. Era conhecida, segundo Dom José Maria Pires, como a terra onde se ordenavam vários padres.

⁹ Informação existente no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19 de junho de 2011. Antes de receber o nome de Conceição do Mato Dentro, a cidade foi chamada de Conceição e Conceição do Serro. A data de sua emancipação é 10 de outubro de 1851. O nome Conceição do Mato Dentro foi oficializado em 31 de dezembro de 1943. Conceição foi palco da mineração quando ainda era distrito onde atuava o conhecido bandeirante Borba Gato. Tal cidade era conhecida pelos povoamentos de indígenas e negros, que se envolveram diretamente na mineração e posteriormente nos engenhos. A denominação de “Conceição” de dá por conta do nome da primeira Igreja matriz daquele povoado e “Mato Dentro” por conta da proximidade com a região de Caeté, cujo significado é “Mato Dentro”. Em 1920, Conceição do Mato Dentro possuía os seguintes distritos: Conceição do Serro, Brejaúba, Congonhas do Norte, Córregos, Fechados, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Paraúna, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Antônio da Tapera, São Domingos, São José da Passagem, São Sebastião do Rio Preto, Nossa Senhora do Porto de Guanhães. Atualmente, Conceição do Mato dentro possui cerca de 18 mil habitantes.

¹⁰ Os nomes de seus irmãos eram Geraldo, João, Maria da Cruz e Florinda. Quando sua mãe faleceu sua irmã mais nova tinha apenas quatro meses. Eles foram criados separados por conta das dificuldades financeiras.

¹¹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

José Maria Pires possuía um tio¹² que era sacerdote católico. Era o Monsenhor Domingos Januário de Santana, que exerceu o ofício de pároco na cidade de Divinolândia, no estado de Minas Gerais¹³. No entanto, percebe-se, por meio de seu discurso, uma influência maior do vigário local de Córregos, o Cônego Antonio Madureira de Carvalho, que exercia as atividades religiosas naquele espaço e inspirava no menino José Maria o desejo de ser sacerdote.

Além desse padre, alguém que exerceu forte influência sobre a educação e religiosidade de nosso personagem, foi sua madrinha de batismo, Maria da Glória Oliveira. Desde cedo, ela foi uma das principais motivadoras das questões vocacionais. Assim, Dom José afirma:

(...) eu entro na casa da minha madrinha, depois da missa e estava aquela turma toda lá; e eu digo: gente eu quero ser padre! Todo mundo riu; achou que era brincadeira... Eu fiquei muito sem graça. Então, minha madrinha me chamou lá pra dentro e disse: José você falou uma coisa muito, muito importante. [Então disse José Maria:] Mas eu quero, eu quero ser padre! Ela disse: Tá bom, não precisa chorar não. São José é o padroeiro das vocações sacerdotais. Então, todo dia você reza pra São José pra ver se encaminha isso.¹⁴

Era nesse ambiente que surgiam os primeiros contatos do menino José Maria com relação ao caminho vocacional que iria traçar. Na certa, uma criança com poucos anos de idade não sabia o que essa decisão poderia repercutir em sua vida. No entanto, José Maria Pires estava disposto a traçar esse caminho e, progressivamente, aprofundava suas convicções, renunciando a uma série de vantagens e experiências seculares em vista de seus propósitos.

Em 1929, com dez anos, José Maria Pires deixa seu lar para viver com sua madrinha. A iniciativa de sair de casa foi do próprio menino, antes mesmo de sua mãe falecer. O menino se sentia disponível para auxiliar sua madrinha em atividades domésticas, tendo em vista que ela possuía alguns problemas de saúde. Com apenas aquela idade, ele parte de Córregos para Diamantina, antes mesmo de entrar no seminário dessa cidade.

¹² Na verdade, o referido Monsenhor é irmão de seu avô materno. Com a morte de sua mãe, o seu irmão João foi viver com seu tio e posteriormente entrou no seminário.

¹³ Nessa ocasião, Dom José nos revelou que por conta da condição financeira seu pai confiou a criação de seus filhos aos pais mais próximos. João, um dos seus irmãos, foi criado por seu tio padre e tentou seguir a vida sacerdotal, mas demorou pouco tempo no seminário. José Maria Pires e sua irmã Florinda se consagraram desde jovens a vida religiosa.

¹⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Com o consentimento de seus pais, o menino deixa seu ambiente familiar e, depois de alguns meses recebe a notícia do falecimento de sua mãe, logo após um parto marcado por sérias dificuldades e pela quebra de resguardo¹⁵. Seu pai tomou a decisão, devido às condições financeiras, de dividir seus filhos com seus familiares mais próximos, o que fez com que José Maria permanecesse com sua madrinha até a entrada no Seminário de Diamantina e, posteriormente, nos momentos de férias. Segundo o próprio Dom José Maria, Maria da Glória Oliveira era realmente sua mãe, pois dele cuidou e o acompanhou em vários momentos da vida¹⁶.

Enfrentando dificuldades financeiras, sua protetora reúne algumas economias para enviar o menino para o seminário, para que ele realizasse seu sonho e respondesse ao seu chamado vocacional.

José Maria Pires tomou a decisão de se tornar sacerdote e fez com que cada etapa de sua formação no seminário se tornasse um momento de aprendizado e troca de experiências. A vida no seminário era marcada por etapas formativas onde o candidato à ordenação presbiteral se colocava como aluno nesse longo aprendizado.

Os seminários são entendidos como *instituições totais* e, portanto, capazes de formar nos indivíduos valores e aspectos oriundos dessa mesma instituição, perpassando todas as dimensões da vida. Os seminários católicos do século XIX e XX pretendiam impor um modelo de sacerdote romano e espiritualista, com pouca ou nenhuma formação política, sendo avaliados constantemente por seus formadores por meio de uma exposição completa do indivíduo.

Seu objeto institucional seria uma formação sacerdotal reificada: a vocação obedeceria a um modelo universal a ser inculcado, introjetado (trata-se de um objeto com estatuto ontológico). As práticas e técnicas pedagógicas formativas implementam procedimentos microfísicos disciplinares: enclausuramento, observação do comportamento, controle, vigilância, exame, normalização (BENELLI, 2007, p.10)¹⁷. Os seminários, como *instituições*

¹⁵ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

¹⁶ É importante ressaltar que embora houvesse pouca liberdade para visitar os familiares, José Maria Pires visitava sua madrinha todas as semanas. Tal fato era raro, pois a primeira coisa a ser feito no modelo de seminário da época era romper com os vínculos familiares.

¹⁷ Silvio José Benelli realizou estudos sobre os seminários e destacou que esse período de aprendizagem é repleto de lacunas. Com a pretensão de atingir todas as dimensões da vida do indivíduo e com formadores sem o devido preparo para exercer a função, a instituição terminar provocando no jovem candidato à vida sacerdotal uma relação de subserviência com seus formadores até o dia de sua ordenação. Após, a ordenação, o jovem padre, agora não mais seminarista, reproduz, por vezes, todos os problemas e traumas adquiridos nessa instituição.

totais, tem por objetivo apagar antigos valores e costumes por meio da imposição de novos. Deste modo, “*os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais*” (GOFFMAN, 1961, p.24) para garantir a realização vocacional do indivíduo dentro da instituição.

As *instituições totais* pretendem obrigar o internado a romper com suas experiências anteriores, sua cultura, seus hábitos, rejeitando sua pertença a um grupo e classe social específicos, em nome de um projeto de regeneração, expressando a lei hegemônica presente na instituição. A Igreja, sobretudo do período de formação do jovem José Maria Pires possuí um claro perfil conservador e hierarquizado que deve ser observado por todos os membros dessa instituição.

Ao longo do processo de formação, os seminaristas são expostos a observação constante na sua relação com seus colegas e formadores. Erving Goffman denomina tais exposições como “*contaminadoras físicas, sociais e psicológicas*” (GOFFMAN *apud* BENELLI, 2003, p. 345) propiciando assim, uma espécie de circuito de relações, promovendo a vigilância recíproca e de seus superiores, para neles perceberem suas aptidões para a vida sacerdotal.

Os seminaristas, sobretudo nesse modelo eclesial, deviam se comportar como obedientes à hierarquia eclesial, aos seus formadores e, sobretudo, ao bispo diocesano. Desde cedo, eles eram obrigados a renunciarem a uma série de prazeres e coisas elementares para se adequarem ao novo estilo de vida. Não cabe rebeldia nesse espaço. Qualquer gesto mais questionador pode ser interpretado como presunção, vaidade e, ainda, insubordinação.

Como medida de instauração desse projeto, os bispos investiam nos seminários diocesanos uma formação tridentina¹⁸ e conservadora. Essa iniciativa se dava mediante um período de recrutamento, um período de formação básica (seminário menor) e uma formação acadêmica (seminário maior), por meio de dois cursos: filosofia e teologia.

O primeiro período em que se iniciava o discernimento e sensibilização vocacional se dava por meio de estratégias ou campanhas vocacionais, onde padres formadores deveriam buscar as vocações sacerdotais em lugares pequenos, nas cidades de interior e na zona rural

¹⁸ A formação tridentina diz respeito a perspectiva com que os padres eram formados nos seminário diocesanos do início do século. A expressão tridentina é oriunda do Concílio que ocorreu durante a Contra-Reforma Católica no século XVI, na cidade de Trento, Itália.

das cidades. Isso ocorria por conta da divulgada ideia, dentro da instituição religiosa, de que a mentalidade burguesa presente nas cidades era prejudicial ao chamado religioso.

A entrada no seminário se dava geralmente aos 11 ou 12 anos de idade, sendo o aluno mantido em regime de internato e dedicando-se, de modo enfático, a espiritualidade por meio de práticas devocionais e celebrações litúrgicas. É com apenas onze anos que José Maria Pires ingressa no seminário menor de Diamantina para realizar seus estudos ginásiais. O seminário dessa cidade, como vários seminários do país, possuía a clara intenção de promover nos candidatos ao sacerdócio os elementos básicos da doutrina católica para que pudessem exercer as funções religiosas dentro de uma perspectiva conservadora e tridentina (AZZI; GRIJP, 2008, p. 541) ¹⁹.

Os bispos viam na formação dos futuros sacerdotes o tempo oportuno para formar os indivíduos com a perspectiva de uma Igreja em crise. É exatamente nesse período que a Igreja vive o chamado momento de *romanização*. Esse processo é conhecido como um período de crise, onde a Igreja depois foi separada do Estado. A partir disso, ela teve de se avaliar e optou por uma postura mais conservadora com clara filiação a Igreja de Roma. Os seminários diocesanos²⁰ possuíam o propósito de impor os valores e elementos culturais presentes na Santa Sé por meio de três grandes grupos formativos: os capuchinhos, lazartistas e jesuítas. É importante ressaltar que, embora sendo diocesanos, os seminários possuíam à frente de sua coordenação e formação as congregações religiosas.

Esta primeira etapa como interno, na instituição, era chamada de seminário menor e, nesse momento, o seminarista se dedicava aos estudos ginásiais, logo após a conclusão dos

¹⁹ Durante meados do século XIX e inicio do século XX, a Igreja Católica do Brasil recebeu incentivos financeiros para ser implantado no país um modelo de sacerdote que partilhasse das mesmas convicções da Santa Sé. Os seminários que mais aderiram a essa proposta foram os presentes no estado de Minas Gerais e Ceará. Era o chamado modelo de romanização da Igreja, onde as comunidades eclesiás e paróquias possuíam uma relação de subordinação exacerbada com relação a Cúria Romana e ao Papa.

²⁰ Os seminários diocesanos são centros formativos em regime de internato, onde o candidato a vida sacerdotal possui ciência de que se vinculara a um determinado território geográfico. No caso, José Maria Pires, por ser de Conceição do Mato Dentro e essa cidade fazer parte da Diocese de Diamantina, ele será, quando ordenado padre, sacerdote possivelmente de qualquer cidade dessa circunscrição religiosa. Como padre diocesano, sua obediência, pelo ritual de ordenação, se vincula diretamente ao bispo de Diamantina. Os padres religiosos, por sua vez, devem obediência não só a um bispo diocesano, mas, sobretudo, ao provincial de sua ordem.

estudos primários (que seria equivalente hoje, às primeiras cinco séries do ensino fundamental) (Idem, p. 546)²¹.

José Maria Pires viveu no seminário dos onze aos vinte e dois anos de idade. De 1931 a 1942, o jovem José Maria Pires foi conviver, em Diamantina, com os seminaristas de várias cidades do estado de Minas Gerais.

A partir do Concílio de Trento, a Igreja sentiu a necessidade de seminários diocesanos para uma melhor capacitação do clero. Essa etapa do processo formativo era o momento que, em tese, deveria ser de convivência fraterna com vistas à ordenação sacerdotal, mas só a muito custo é que isso realmente acontecia. Foi nessa instituição que ele experimentou conflitos comunitários e dificuldades por ser negro, num seminário predominantemente marcado pela presença dos “brancos” e regido por eles. É importante verificar a foto onde José Maria Pires está com seus confrades, em um momento que antecedia o ensaio da banda do seminário. Nela, aparecem apenas dois seminaristas negros: José Maria Pires e outro sentado à sua direita. Dom José colocou o nome de seus confrades em uma cópia dessa mesma fotografia e não menciona o nome do outro seminarista negro, na certa, por ter esquecido ou por ter havido pouca convivência dele com esse mesmo seminarista.

²¹ Riolando Azzi ressalta que cada diocese possuía o interesse de fazer pelo menos o seu seminário menor para já criar vínculo do indivíduo com a área que futuramente iria atuar.



Figura 1: José Maria Pires e seus companheiros de seminário, durante a fase de Seminário menor com banda e instrumentos musicais.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Dom José comenta que, nesse período de formação, o seminário fazia acepção de pessoas, incluindo os momentos de realização de trabalhos laborais e de estudo. Ele afirmou que, pelo fato de ser negro, em muitas ocasiões, houve discriminação, a exemplo do seu corte de cabelo que era visto como se não precisasse de maiores cuidados.²² A discriminação racial era tamanha que, por vezes, o próprio jovem José Maria Pires se viu colocado à margem e, ainda, com a auto-estima comprometida. Em certa ocasião, nosso personagem tirou uma nota excelente na prova de latim, mas não acreditava que fosse capaz, pois além de estar cursando o primeiro ano do ginásio, ele próprio admitia que o negro era tido como inferior.

Quando ainda no primeiro ano do seminário (a gente estudava latim desde o primeiro ano de seminário) na prova de latim, a nota ia até vinte, na prova de latim eu tirei primeiro lugar com dezoito. Aí o professor me veio cumprimentar no meio dos outros... “mas não é possível seu padre, padre novo, como é que eu fui tirar o primeiro lugar?” [E o padre disse:] E o “Zé você acha que eu tô te protegendo?” [risos]. Porque sendo negro, eu não podia entender que eu, tirasse o primeiro lugar numa prova de latim quando eu tava começando, eu tava no primeiro ano.²³

²² Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

²³ Idem.

Sobre sua experiência de vida comunitária, ele comenta:

Então de manhã, nós íamos pra capela, p'ra missa. Enquanto nós íamos da sala de oração para Capela, o companheiro que estava na minha frente... a gente ia em fila, eu sem perceber pisei no pé dele atrás. Ele ficou nervoso com aquilo, virou pra mim e mostrou um canivete. Eu disse: “lá fora você me paga”. Então fomos p'ra capela, assistimos a missa, comungamos, depois da missa voltamos, tomamos café. Terminado o café, nós tínhamos o recreio. Quando o regente disse: “Laudete Jesus Cristo!” [antiga expressão latina presente nas recreações dos seminários para indicar momentos lúdicos e de descontração]- Aí, já fui em cima dele, de tapa né. E começamos a lutar todos dois de batina. Aí, quando estava lutando chegou o regente que nos separou e nos colocou de castigo. Num corredor largo, um do lado outro do outro de joelhos. Ele chorando, coitado e eu não me incomodei não. Aí, passou o reitor que era um padre belga antigo, gordo [risos de Dom José], que eu tinha muito respeito por ele. Passou, viu aquilo, chamou o disciplinar e disse: “Que aconteceu com esses meninos?” Ah! [expressão de insatisfação por parte do supervisor], brigaram aí de manhã. Esse daqui (apontou pro Jorge, meu colega), esse menino aqui é de família muito boa, depois olhou pra mim: “esse negro que não presta. É negro, então qualquer coisa que ele fizer é porque ele não presta” (Idem).

Por meio desse relato, Dom José nos revelou também algumas medidas punitivas adotadas por esse seminário no período de sua formação ginásial (AZZI; GRIJP, 2008, p.544)²⁴. Para garantir a “paz” entre os seminaristas, os formadores adotavam medidas para resolução de conflitos na vida comunitária. Essa experiência era marcada por muitas dificuldades de relacionamentos e os formadores não conseguiam acompanhar tais conflitos.

Concluído o Seminário Menor, iniciava-se a fase de Seminário Maior onde o candidato ao sacerdócio se dedicava aos estudos de filosofia e teologia. Durante o período de formação acadêmica, os seminaristas eram instruídos a lerem e partilharem da argumentação racional presente no pensamento e na obra de Santo Tomás de Aquino. Santo Tomás ficou consagrado nos estudos clássicos de filosofia e teologia e, sobretudo, após o pontificado de Leão XIII houve um incentivo especial à leitura de sua obra. A filosofia tomista era conhecida também como filosofia escolástica a tal ponto que os clérigos estudantes eram chamados de “escolásticos”. A mentalidade escolástica servia para reforçar a estrutura conservadora do

²⁴ Por vezes, o clima de repressão se expressava por meio de castigos, humilhações e punições. Tais iniciativas punitivas eram oriundas da mentalidade de que era necessário punir para redimir o indivíduo. A presença da palmatória e do “paredão” era uma constante na vida dos seminaristas. O “paredão” era o castigo ministrado aos seminaristas que eram desobedientes, fazendo com que eles ficassem diante de uma grande parede durante os intervalos e momentos de recreação expostos ao sol. Além dessas práticas, o autor relata que era comum também que alguns jovens ficassem de castigos de joelhos ou em pé durante horas mediante os delitos cometidos.

clero, argumentando, do ponto de vista teórico, que era necessário tratar de metafísica e não se envolver com problemas e anseios do cotidiano do povo.

Em Diamantina, José Maria Pires teve contato com uma formação orientada pelos padres lazaristas (HOONAERT In: PASSOS (org.), 2011, p. 210) ²⁵. Os estudos filosóficos aconteceram em 1936 e 1937. Segundo o próprio personagem, os lazaristas, por sua formação francesa, davam grande importância aos autores da mesma origem. No entanto, foi a leitura do filósofo de Konnisberg, Immanuel Kant, que Dom José afirma ter se dedicado com maior afinco:

Na filosofia, quem mais me chamou a atenção, pela visão de mundo, foi Kant. A gente procurava aprofundar bastante todas as teorias kantianas. Realmente era muito interessante! Ao lado da filosofia, havia a história da filosofia, que era sua extensão e dava uma visão muito crítica de todos os autores. E a cada ano, a gente tinha a festa de Santo Tomás de Aquino, quando devíamos apresentar a tese (PIRES, In: PASSOS, 2011, p. 210).

Na verdade, percebe-se que, acerca dos estudos filosóficos, se estudava muito mais os consagrados manuais de filosofia, do que as obras dos autores em seus textos originais. É evidente que nesse período, em que o jovem José Maria Pires se preparava para a vida sacerdotal, havia uma série de cautelas da Igreja com relação a algumas filosofias presentes no início do século XX. Quando questionado sobre sua formação filosófica e a leitura que era feita de Karl Marx, Dom José Maria Pires afirmou:

Olha, nós estudávamos Marx, exatamente na filosofia e na história da filosofia. E a gente só estudava Marx, como estudava os autores, para condenar. Então a gente não tinha, por exemplo, nenhum aprofundamento sobre questões que são marxistas, que não são marxistas na dimensão religiosa (não). São marxistas numa dimensão que seria mais na sociologia, por exemplo, a gente procurar ver as causas do empobrecimento do povo, as dificuldades que as pessoas tinham. Então essa leitura mais científica da realidade a partir de Marx isso realmente ele não fazia. Agora, estudávamos outras que nos preparava, para depois com os dados do marxismo, a gente poderia aperfeiçoar com a filosofia. Então Marx, para nós, tinha seu aspecto de leitura da realidade²⁶.

²⁵ Os padres lazaristas eram conhecidos por fornecerem uma formação marcada pela disciplina e ao mesmo tempo voltada para o cuidado com a formação acadêmica. Era prioridade formar sacerdotes com uma boa retórica, bons escritores, com clareza de pensamento, pontualidade dos horários, hábito da leitura e boa disciplina.

²⁶ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011. É importante destacar que o estudo de Marx na formação dos seminaristas desse período eram realizados de forma indireta, por meio de textos previamente selecionados por formadores em disciplinas filosóficas e teológicas de caráter apologético.

Percebe-se que, nesse período, muitos clérigos sentem dificuldades em falar sobre a filosofia marxista tendo em vista a campanha difamatória contra os escritos e o sistema comunista. Segundo Rodrigo Patto de Sá Mota, a instituição eclesial foi considerada a principal matriz anticomunista, exatamente porque, dentro dos seminários e em meio a grupos religiosos, havia uma campanha contra as ideias de Karl Marx

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. (MOTA, 2002, p.18).

Em 1893, o papa Leão XIII, por meio da *Encíclica Rerum Novarum*, condenou publicamente o socialismo. Por meio desta encíclica ele teceu as seguintes críticas acerca da administração dos problemas econômicos e sociais propagada pelos movimentos e intelectuais socialistas:

Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de por termo em conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (LEÃO XIII In: SANCTIS, 1991, p.14).

Os estudos sobre o filósofo alemão estavam comprometidos por uma interpretação que nascia de um contexto de intolerância as ideias socialistas, revelando sempre que a relação entre cristianismo e socialismo seria marcada pela experiência do confronto,²⁷ manifestando-se um exagero do clero católico em relação a Karl Marx, sua obra e seguidores de seu pensamento.

Em sua obra, Karl Marx não realiza grandes discussões sobre os temas religiosos. Na obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, a religião é apresentada como uma inversão do

²⁷ PIO XII. *Decreto do Santo Ofício*. IN: DENZINGER, Henrique. *Compêndio dos símbolos*. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007, p.850. A condenação explícita indicando as obras de Karl Marx se deu por meio deste decreto em 1949.

mundo real, retirando o homem de sua realidade e concedendo-lhe uma felicidade ilusória. Assim, ele afirma:

A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu point d'honneur [ponto de honra] espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. (MARX, 2006, p.45).

Com expressões dessa natureza, o catolicismo encontrava argumentos para repudiar a doutrina socialista e condenava essa produção intelectual, bem como a possibilidade de implantação desse sistema na história.

Para Rodrigo Patto de Sá Mota (2002, p. 20), o período em que a Igreja se sentiu mais ameaçada foi por ocasião da Guerra Civil Espanhola em 1936. Diante do assassinato de padres, freiras, a profanação de lugares e objeto sagrados, surge no mundo católico uma aversão e hostilidade ainda maiores a qualquer expressão que lembre da filosofia e da experiência socialista.

Quando questionado sobre a teologia, Dom José não deixa de citar o valor da teologia escolástica e, sobretudo a tomista presente no tratado *Summa Teológica*, do conhecido Doutor Angélico, Tomás de Aquino

Com muita frequência tínhamos que recorrer a Suma Teológica, de Santo Tomás de Aquino. Então era o Tanquerey, [um manual de teologia com forte influência escolástica], um tomista, e tínhamos que ir para a biblioteca do seminário para conferir com Tomás de Aquino e fazer, em aula a distinção.²⁸

O papa Pio XI, desde o ano de 1923, revelava a prioridade dos estudos tomistas por meio da *Carta Encíclica Studiorum ducem*, obrigando e valorizando o estudo dessa literatura a partir dos elementos da tradição eclesial. Assim, ele recomendava aos professores de teologia dos seminários:

Ora, persuadam-se de terem cumprido o seu dever e ao mesmo tempo satisfeito ao que desejamos se começarem a amar o Doutor Aquinate a ponto

²⁸ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

de dia e noite se debruçar sobre seus escritos, e se, ao interpretar esse Doutor, comunicarem esse ardente amor a seus alunos e os tornem idôneos para excitar também em outros a mesma afeição. (PIO XI In: DENZINGER, 2007, p. 783).

A leitura do Doutor Angélico propiciava um bom conhecimento da filosofia medieval, mas trazia consigo a séria dificuldade de diálogo com o mundo secular. É importante lembrar que todas as discussões filosóficas de Tomás de Aquino (2011, p. 130) levam em consideração apenas as verdades tidas como imutáveis, perenes, e, portanto, abstratas²⁹. Assim, quando se lia Tomás de Aquino, preparava-se o indivíduo para uma leitura teológica de um clássico, mas o distanciava da realidade na qual estava inserido (AZZI; GRIJP, 2008, p. 546).

É nessa perspectiva que Dom José reconhece também que, nesse mesmo período não havia uma maior preocupação no processo formativo dos seminários em dispor de tempo para atividades pastorais dos seminaristas e, ainda, da possibilidade de disciplinas de caráter mais prático. Ele afirma que os estudos daquela época eram, de fato, satisfatórios, mas deixavam lacunas na prática pastoral.

O que nós não tínhamos no seminário aquilo que são uma conquista de hoje: a parte da experiência. Então, hoje você não escuta nenhuma ciência sem procurar possibilidades de experiência. Isso realmente nós não tínhamos, mas tínhamos aqueles conteúdos que era aquilo que havia de melhor naquele tempo.³⁰

Na verdade, antes do Concílio Ecumênico Vaticano II, o sacerdote era preparado para exercer as funções vinculadas às atividades litúrgicas, compondo, por vezes, um perfil de pessoas com certo conhecimento, mas com algumas dificuldades no campo da comunicação. José Maria Pires é parte daqueles padres que, desde jovem, se desgastam em atividades missionárias, inovando a vida de suas comunidades. Os desgastes ocorridos durante os primeiros anos de seu ministério se davam, principalmente, por conta das longas distâncias que percorria a cavalo em suas paróquias. Somente os presbíteros jovens e de boa saúde, segundo o próprio Dom José, é que conseguiam alcançar longas distâncias.

²⁹ Tomás de Aquino escreveu uma pequena parte da Summa Teológica dedicada ao tema das Leis e nesse texto, discorre sobre questões políticas. O outro escrito de Santo Tomás sobre política é “*Do Reino ou do governo dos príncipes ao rei de Chipre*”. Neste escritos, o doutro angélico trata do poder de um monarca como um poder concentrado nas mãos de um só homem, para não ficar exposto à tirania. Para esse autor, a tirania é mais frequente onde várias pessoas mandam, do que onde há apenas um só líder político.

³⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

1.2. A resposta: de Cura de Travessão de Guanhães e Curvelo a bispo de Araçuaí

O jovem José Maria Pires é ordenado com apenas 22 anos de idade, no dia 20 de dezembro de 1941. Quando ordenado, o indivíduo de uma determinada comunidade eclesial é “consagrado”, o que, na verdade, configura uma explicitação de uma realidade que já estava implícita na vida do indivíduo por meio dos valores e convicções construídos ao longo dos anos de formação (BOURDIEU, 2005, p. 46)³¹. O gesto simbólico da ordenação, por meio da oração consagratória do epíscopo e da unção com óleo, era, na verdade, uma explicitação para as comunidades dos fiéis católicos daquilo que já acontecia interiormente no candidato à vida sacerdotal.

Durante seus primeiros anos como sacerdote católico, ele auxiliou na formação dos novos presbíteros no seminário de Diamantina. Nessa experiência, o Pe. José Maria Pires se dedicava à educação e formação dos adolescentes em fase inicial do seminário.

Após dois anos como formador no seminário de Diamantina³², ele se torna o primeiro vigário de Travessão de Guanhães³³, atual cidade de Açaucena. As dificuldades que José Maria Pires narra, são as que dizem respeito à locomoção, mas nada considerado por ele como algo grave:

Eu precisava de três dias, um dia para ir até o padre mais próximo que é de Virginópolis que era sete léguas, 49 quilômetros a cavalo. Não podia chegar lá e voltar. Então, tinha que passar um dia lá com ele, no terceiro dia é que voltava para casa. Então, isso todo mês. Eram dificuldades, dificuldades da vida mesmo, que são aquelas normais que quando a gente entra no sacerdócio com aquela disposição de ser o padre realmente alguém que procura imitar Jesus Cristo então essas dificuldades não representam nada. Realmente, eu não tive uma dificuldade, assim, profunda na minha vida de sacerdote.³⁴

³¹ Para Bourdieu, a consagração do indivíduo é vista como a oficialização do chamado ou dom que o indivíduo recebeu a partir de uma experiência transcendental ou mística. A Instituição eclesiástica é responsável, pelo poder simbólico que exerce, por confirmar o chamado e as aptidões vocacionais do indivíduo.

³² O Pe. José Maria Pires era professor do conhecido curso Anexo que era uma espécie de quinta série.

³³ Informação existente no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 19 de junho de 2011. O nome Travessão de Guanhães deu lugar a Açaucena por ocasião também de sua emancipação política em 31 de dezembro de 1943. Atualmente, o município possui cerca de dez mil habitantes.

³⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Em 1956, após a saída de Travessão de Guanhães, o Pe. José Maria Pires se tornou o líder espiritual do povo de Curvelo³⁵, já nessa cidade inovava sua prática pastoral por meio de experiências consideradas inusitadas como o “Carnaval Santo” onde os fiéis se fantasiavam e ouviam atenciosamente sua pregação (PIRES, In: PASSOS, 2011, p. 35) ³⁶.

Apesar do pouco tempo na cidade de Curvelo, o Pe. José Maria Pires exercia algumas atividades sociais junto a outros grupos dessa pequena cidade. Os leigos realizavam com ele algumas de cunho social e assistencial. A Associação das Damas da Caridade, por exemplo, realizava com o apoio e presença do padre uma ação voltada para os meninos de rua (idem, p. 34).



Fotografia 2: O Pe. José Maria com populares e as Damas de Caridade
Fonte: Paróquia de Curvelo/Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Dom José revela que a convivência com o clero e com seu bispo Dom Serafim Gomes Jardim da Silva, era muito positiva. Ele afirma que o bispo era visto como um pai para os sacerdotes daquele clero, o que propiciava um bom diálogo e um clima de amizade entre os

³⁵ Informação existente no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Curvelo foi elevada a categoria de cidade em 1875. No ano de 1943, Curvelo possuía oito distritos: Curvelo, Almas, Morro da Garça, Ipiranga, Paraúna, Piedade do Bagre, Santa Rita do Cedro e Silva Jardim.

³⁶ Sobre o *Carnaval Santo* é importante destacar que essa atividade religiosa de algum modo se tornava uma alternativa para aquelas pessoas que não queriam frequentar as festividades dedicadas a Momo. Era um modo de colocar os fiéis sob a tutela da Igreja durante os dias de feriado.

religiosos. Ele ainda destaca que o clero de Diamantina se ajudava mutuamente agindo com solicitude e disponibilidade em casos de doenças e privações.³⁷

Essas experiências foram fundamentais para a sua posterior ação pastoral como bispo de duas dioceses. A primeira delas é Araçuaí,³⁸ em Minas Gerais, e a outra é a Arquidiocese da Paraíba, circunscrevendo o território das atuais dioceses de Guarabira e Paraíba (João Pessoa)³⁹.

O Pe. José Maria Pires foi sagrado bispo em 22 de setembro de 1957, em Diamantina, pelo bispo dessa diocese, Dom José Newton de Almeida Baptista, durante o pontificado do Papa Pio XII. Segundo o próprio José Maria Pires, o convite da nunciatura surgiu quando ele era vigário em Curvelo⁴⁰.

No início do século XX, assim como a figura do sacerdote (presbítero), a figura do bispo passava por sérias dificuldades. Na esfera política, o poder dos bispos do Brasil havia perdido poder, deixando a função de líderes influentes e decisivos para figuras decorativas em eventos solenes. No final do século XIX, antes da Proclamação da República, no Brasil, os bispos usavam vestes suntuosas e residiam em verdadeiros palácios episcopais. Com a implantação do sistema republicano, os bispos começaram a viver de maneira mais modesta, de acordo com a crise em que estavam frente às transformações do mundo secular. Apesar do

³⁷ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

³⁸ A diocese de Araçuaí era formada nesse período pelas seguintes cidades: Águas Vermelhas, Araçuaí, Berilo, Catuji, Cachoeira do Pajeú, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Jenipapo de Minas, Itaipé, Itaobim, Itinga, Leme do Prado, Medina, Minas Novas, Padre Paraíso, Pedra Azul, Turmalina, Ponto dos volantes, Veredinha, Virgem da Lapa. Além dessas cidades, estavam nessa circunscrição nos primeiros anos do ministério episcopal de Dom José, o território que a partir da década de 1960 se tornou parte da Diocese de Teófilo Otoni, no estado de Minas Gerais.

³⁹ As cidades que faziam parte da arquidiocese da Paraíba até o ano de 1980 eram Alagoa Grande, Alhandra, Areia, Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, Guarabira, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itapororoca, Itatuba, Jacaraú, João Pessoa, Juripiranga, Mamanguape, Mataraca, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, Remígio, Riachão de Ingá, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Rita, São Miguel de Taipú, Sapé, Serra Redonda, Solânea, Taquara. Em 1980, a diocese foi dividida, de onde surgiu a diocese de Guarabira.

⁴⁰ O apelido de “Dom Pelé” foi dado a Dom José Maria Pires por Dom José Vicente Távora durante as reuniões do Movimento de Educação de Base (MEB). Eis a narrativa da origem do apelido: “[Dom Pelé] é um tratamento mesmo carinhoso que me foi dado pelo saudoso D. José Vicente Távora. Nós éramos muito amigos e companheiros do Conselho Diretor do MEB. Uma vez entramos na sala de reunião dos bispos atrasados e D. Távora disse: ‘Chegaram Feola e Pelé’. Feola não vingou, mas Pelé continuou”. Vicente Ítalo Feola era o técnico da seleção brasileira de 1966. PIRES, Dom José Maria. *Defesa dos direitos humanos é a defesa dos direitos dos pobres* – entrevista ao jornalista Severino Ramos para os jornais “O Norte” e “Folha de São Paulo”. IN: PIRES, José Maria. *Do centro para margem*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 184.

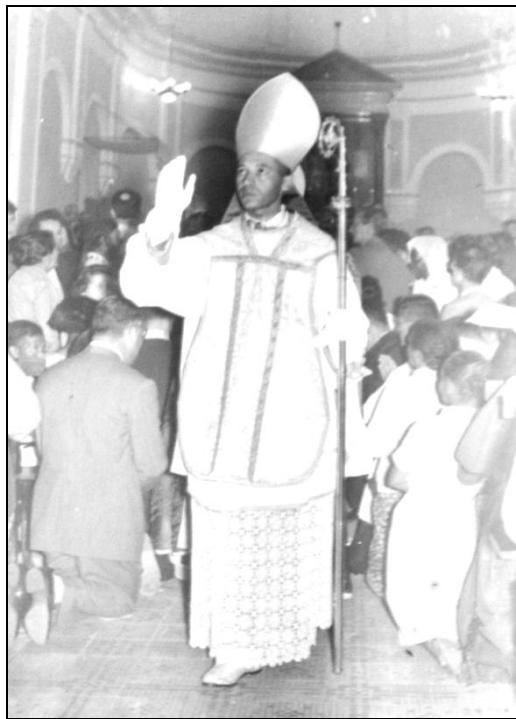
prestígio que havia sido reduzido no mundo secular, dentro da instituição religiosa, seu poder permanecia inabalável.

Com relação ao modelo de epíscopo desejado dentro da Igreja Católica, o Papa Pio XII teve a preocupação de escrever um documento destinado aos bispos católicos, a “*Encíclica Mystici Corporis*”, revelada em 29 de junho de 1943:

[*Como a Igreja Católica universal, igualmente as comunidades cristãs particulares, as Igrejas particulares*] são governadas por Jesus Cristo por meio da voz e autoridade dos respectivos bispos. Os bispos não só devem ser considerados como membros mais eminentes da Igreja Universal, porque se unem com nexo singularíssimo à Cabeça do Corpo todo e com razão são chamados os “primeiros dos membros do Senhor”, mas nas próprias dioceses, como verdadeiros pastores, apascentam e governam em nome de Cristo os rebanhos que lhes foram confiados; ora, quando fazem isso não agem meramente por direito próprio, porém sujeitos a autoridade do Romano Pontífice, ainda que gozem da jurisdição ordinária que o mesmo Sumo Pontífice lhes conferiu. Devem, pois ser venerados pelo povo cristão, como sucessores dos Apóstolos por instituição divina.(PIO XII In: DENZINGER, 2007, p.825).

O Pe. José Maria Pires foi escolhido para ser bispo da Igreja Católica durante o pontificado de Pio XII (2007, p. 841) e a concepção que o papa possuía, era a de que os bispos eram os pastores de Igrejas locais, gozando do respeito de todos os fiéis católicos como os verdadeiros apóstolos, contudo, obedientes a Roma. A concepção que o Papa tinha acerca do sacerdócio dos padres e de bispos é de que eles estão acima do povo (idem, p.843), constituindo uma relação excessivamente hierarquizante. Apesar das crises da Igreja, a vida sacerdotal passa a ser encarada como um privilégio cercado de elementos simbólicos, e os bispos configuram-se numa autoridade acima de todos os membros da estrutura eclesial. Para exemplificar essa concepção, destacamos a seguinte fotografia, onde o recém-sagrado epíscopo passa diante dos fiéis erguendo sua mão direita num gesto de benção sobre o povo e trazendo na mão esquerda um báculo. Nessa ocasião, o bispo passa em meio à multidão que, devotamente encontra-se de joelhos para a contemplação desse gesto simbólico, ao mesmo tempo em que ele utiliza-se do cajado episcopal como um capital simbólico (BOURDIEU, 2006, p.15) ⁴¹.

⁴¹ Para Bourdieu é somente com o consentimento que objetos litúrgicos ou religiosos passam a serem contemplados como simbólicos, estando sujeitos as mesmas condições desse tipo de poder.



Fotografia 3: Dom José Maria Pires durante sua Sagradação Episcopal, no momento de sua saída solene ao término dessa cerimônia, abençoando os fiéis que estavam de joelhos.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Para as indicações ao bispado no país, algumas questões eram observadas, tais como formação acadêmica, conduta ilibada, influências do ponto de vista político e origem familiar (famílias conceituadas e, na maioria dos casos, rica). Além desses pré-requisitos, convém mencionar que o quadro dos 185 bispos presentes nas décadas de 1950 e 1960 se forma a partir das seguintes funções e cargos:

(...) a mais segura antecâmara para o episcopado é a paróquia da Catedral: foi o cargo que 63 bispos ocuparam imediatamente antes de sua nomeação, ou seja, 34% do total estudado. Seguem-se a direção ou a subdireção dos seminários, ocupada por 26 bispos, e o posto de provincial de uma ordem religiosa, ocupado por 25 bispos. O trabalho puramente intelectual tem uma fraca prioridade para a seleção. Assim, apenas 4 bispos eram diretores ou professores de faculdades antes de sua promoção e 2 dirigiam publicações católicas. Ser assistente de organizações laicas também parece contar negativamente para a promoção, uma vez que apenas 4 bispos foram assistentes da Ação Católica. (ALVES, 1976, p. 85).

José Maria Pires, de algum modo, é alguém que não preenche a maioria desses pré-requisitos. Sua formação acadêmica se deu no seminário de Diamantina em Minas Gerais. Nunca havia ido a Europa, dedicando-se aos estudos no estado mineiro. Não possuía conchaves políticos, nem contatos com a Cúria Romana. Era pobre, negro e descendente de

ciganos. O que realmente fez com que a Cúria Romana tivesse interesse nesse personagem num momento em que o pontificado de Pio XII passava por sérias dificuldades? A resposta, na percepção de Dom José, é que ele era visto como um homem de boa saúde, fiel à Igreja e alheio aos conflitos religiosos na Diocese de Araçuaí, então vacante.

Olha o que havia era o seguinte: vagou uma diocese em Minas. Era a diocese de Araçuaí. O meu antecessor era um padre holandês e tinha sido vigário geral e ele acabou sucedendo Dom Serafim Gomes Jardim que foi promovido a arcebispo de Diamantina. Acontece que Dom José Haas foi o sucessor de Dom Serafim e estava com uma certa idade. Ele morreu com um pouco mais de oitenta anos. Aí quem é que vai? Agora temos que ver a situação lá. A coisa lá não tá muito bem porque o clero está dividido. Então teria que ser um bispo que não conhecesse nada de lá e que pudesse então, não tendo já um partido, pudesse encaminhar bem as coisas. Tem que ser também um sujeito novo e com saúde. Por que Araçuaí é tudo ainda [difícil]. As viagens são feitas a cavalo, então tem que ser alguém novo, de boa saúde, etc. então a coisa recaiu sobre mim.⁴²

A convocação do Pe. José para o bispado de Araçuaí foi mediada pelo Núncio Apostólico que exercia uma função relevante em tais processos. Ele era compreendido como uma “*força invisível que atua sobre as deliberações do episcopado brasileiro*” (ALVES, 1976, p.77). Essa figura surge como responsável no trabalho de acompanhamento e avaliação dos candidatos junto a Cúria Romana. Do ano de 1954 a 1964, o Núncio do Brasil era o Monsenhor Armando Lumbardi. A Nunciatura Apostólica funcionava como órgão mediador entre a Igreja local, a CNBB e Roma, fazendo contatos e influenciando nas grandes decisões da vida religiosa do país (AZZI; GRIJP, 2006, p. 629). As nomeações episcopais que o Núncio sugeriu não eram revolucionárias, mas já davam sinais de uma renovação no episcopado brasileiro que se caracterizava pela falta de conformismo ou tradicionalismo (ALVES, 1976, p. 85)⁴³. Provavelmente, a perspicácia desse homem foi decisiva na escolha do Pe. José Maria Pires para bispo da Igreja Católica. A princípio, o Pe. José Maria Pires negou essa convocação.

O Núncio me manda uma carta pedindo que eu faça a aceitação e que eu aceitando passe pra ele um telegrama em código. Então, deu o código e eu não passei o telegrama... Escrevi foi uma carta dizendo que eu não podia ser bispo e dei todas as minhas razões pelas quais eu achava que não podia ser bispo. Bom, pensei que ficou tranquilo. Vou continuar meu trabalho na paróquia, etc. Aí vem uma carta da nunciatura me chamando lá. Então eu

⁴² Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

⁴³ É importante ressaltar que com o Núncio apostólico anterior, foram escolhidos bispos conservadores e na maioria dos casos reacionários.

tive de deixar tudo, o Núncio me chamou; [ele, o Núncio] queria ter uma conversa comigo. Nesse tempo a nunciatura era ainda no Rio de Janeiro. Então fui pro Rio de Janeiro. Subi lá, até a nunciatura e o Núncio então teve a conversa comigo, mostrando como eu devia aceitar. Eu digo: como é que eu posso aceitar? Eu não tenho condições de ser bispo! Depois eu nem pude consultar ninguém, pois a carta que o Senhor escreveu era segredo absoluto, não podia falar com ninguém. Ele disse: fala comigo. Eu disse: com o Senhor não. Com o Senhor não consulto! Eu não conheço o Senhor, o Senhor não é meu diretor espiritual. Aí engrossei um pouco com ele. Aí ele disse: tá bom. Não precisa aceitar, não. Mas, fica sabendo que o Senhor não está fazendo a vontade de Deus. Aí apelou, não é [?]. Aí eu disse também: vontade de Deus? Se é vontade de Deus eu aceito. Se é do senhor eu não aceito.⁴⁴

O Pe. José Maria Pires foi sagrado bispo em 1957, assumindo a Diocese de Araçuaí, localizada no Vale do Jequitinhonha. Seu trabalho inicial nesta diocese se deu nesse mesmo ano, junto a algumas comunidades e à formação dos seminaristas.

Após ser ordenado bispo de Araçuaí, Dom José volta à pequena cidade de Curvelo para agradecer o carinho daquela paróquia que o acolhera como vigário paroquial. Nessa ocasião, várias autoridades políticas estiveram presentes. Eram prefeitos de várias cidades do estado de Minas Gerais, deputados estaduais e várias lideranças políticas. Na fotografia seguinte, vê-se o deputado José Fernandes Filho (conhecido como “Fernandinho”)⁴⁵ curvando-se diante de Dom José para cumprimentá-lo, beijando sua mão e pedindo sua bênção juntamente com outros políticos do estado mineiro. Esse gesto só é possível graças à credibilidade do indivíduo frente àqueles que também exerciam algum tipo de poder.

⁴⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

⁴⁵ O Deputado José Fernandes Filho exerceu mandato legislativo de 1955 a 1956, no estado de Minas Gerais, pelo Partido Social Democrata (PSD) e posteriormente pelo Partido Democrata Cristão (PDC).



Fotografia 4: Políticos recepcionando o novo Bispo em sua antiga paróquia de Curvelo-MG.
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Essas ocasiões são essenciais para explicitar o *poder simbólico* (BOURDIEU, 2010, p. 15), onde alguém exerce sobre “outro” um poder que dispensa a racionalidade e se contenta com a experiência da crença. No caso analisado acima, o poder simbólico é exercido por Dom José Maria Pires, pois líderes políticos reverenciam o líder religioso e se estabelece uma breve relação de subordinação perante o bispo.

Em sua primeira visita *ad limina*, visita realizada por todos os bispos a cada cinco anos ao papa, Dom José Maria Pires relata a atenção especial dada pelo papa João XXIII.

Quando me encontrei com João XXIII e o cumprimentei, pisei no ferraiolo, uma capa que os bispos usavam antes do Concílio Vaticano II. Ele me ajudou, concertou a capa e quis saber se eu tinha pai, mãe e se estava feliz. Depois, com a simpatia que lhe era própria, me disse: “Você não parece bispo, parece clérigo!” Naquela ocasião eu tinha 39 anos. Perguntou-me se em Araçuaí tinha seminário. Comentei sobre a enchente que ocorreu na região e destruiu tudo, inclusive a casa onde moravam os seminaristas. Falei das dificuldades econômicas para construir outro seminário. Ele prometeu me ajudar na construção de um novo prédio. Pensei que ia ficar só na palavra. Quatro meses depois eu recebi uma carta da Nunciatura, com um cheque de cinco mil dólares, declarando: Contribuição pessoal do Santo Padre para a construção do seminário (PIRES In: PASSOS, 2011, p.36)⁴⁶.

⁴⁶ O encontro com o papa João XXIII se deu por ocasião da audiência do Concilio Ecumênico Vaticano II. Dom José se revela como um profundo admirador desse papa.

Foi no período em que Dom José estava à frente da Diocese de Araçuaí em Minas Gerais, que ele participou do Concílio Ecumênico Vaticano II⁴⁷, convocado pelo papa João XXIII e continuado após sua morte, com a liderança do papa Paulo VI.



Fotografia 5: Dom José Maria Pires com o Papa João XXIII
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

No final da década de 1950, a Igreja Católica e o resto do mundo eram surpreendidos pela eleição do Cardeal Ângelo Giuseppe Roncalli a Sumo Pontífice da Igreja Católica com o título de Papa João XXIII. O que causava esse espanto, era a idade avançada e o estado de saúde desse cardeal para o desempenho dessa função. Como se isso não fosse o bastante, esse mesmo papa, já no início de seu pontificado, realizou a convocação de um Concílio Ecumênico.

A grande dificuldade para se eleger um papa, no final dessa década era escolher alguém que possuísse a mesma credibilidade e competência que o Papa Pio XII. Após a morte de Eugênio Pacelli, os cardeais se reuniram para eleger o novo Sumo Pontífice. Esse conclave

⁴⁷ O Concílio Vaticano II foi anunciado pelo Papa João XXIII, no dia 25 de janeiro de 1959. O concílio é chamado de ecumônico pelo fato de congregar bispos dos mais diversos países do mundo. Durante a realização deste evento, os bispos refletem sobre que rumos a Igreja Católica deve tomar do ponto de vista doutrinal e pastoral. Como resultado de uma ação desta natureza há a promulgação de alguns documentos de suma importância que refletem as decisões e prioridades desse encontro de bispos.

foi marcado por certa polêmica quanto a quem seria a melhor opção para assumir a Cátedra de São Pedro. Na ausência de um bispo com um maior preparo intelectual, os cardeais, tradicionalmente, escolhem um representante idôneo e avançado em idade para ocupar essa função e lhe atribuem, nos bastidores, o título de “*papa de transição*”. Nessa ocasião, alguém que realizaria esse curto papado, seria o Cardeal Ângelo Giuseppe Roncalli. A Cúria Romana não imaginava que um papa de idade avançada e com problemas de saúde seria capaz de convocar um concílio de dimensões ecumênicas. Assim, por esse motivo, ele não era apenas um “papa de transição”, mas o “papa da transição”.

João XXIII, conhecido também como o “*Papa Bom*”, era alguém preocupado com o homem moderno, suas vicissitudes e seus dramas. Era chegado o momento em que a Igreja Católica iniciaria, depois de cinco séculos, o diálogo com a modernidade.

O conceito de “*modernidade*” foi introduzido pelo latim pós-clássico como algo compreendido como “atual”, de modo “agora”. Essa expressão foi empregada já no período escolástico, no século XIII, para indicar a lógica nominalista de Guilherme de Okham, em clara oposição à lógica aristotélica consagrada por Tomás de Aquino e seus seguidores. Deste modo, a origem do termo *moderno* remonta a idéia de ruptura com um determinado padrão pré-concebido e tido como hegemônico (ABBAGNANO, 1998, p. 679).

Do ponto de vista histórico, essa expressão remete ao período posterior ao renascimento traçando uma clara delimitação e oposição àqueles séculos que são tratados como medievais (idem, p.680).

Além disso, o que é considerado *moderno* e *contemporâneo* do ponto de vista conceitual, não significa a mesma coisa. Esse tipo de nomenclatura acerca das épocas diz respeito a uma clara divisão ocasionada também por elementos históricos. Com a Revolução Francesa, convencionou-se chamar a época a partir do final do século XV como o início da *Idade Moderna* ou ainda a própria *Modernidade*, contrapondo-se também à *Idade Média* ou *Idade das Trevas*. Disto decorre que ser *moderno* é permitir-se *iluminar* ou ainda *esclarecer-se, ressaltando* não só uma questão temporal, mas o surgimento de um *ethos* nascido a partir de certa perspectiva de mundo (MAGALHÃES, 1997, p.33). A contemporaneidade diz respeito ao período posterior a Revolução Francesa até os nossos dias. Definiu-se

modernidade como o período da Renascença até o prenúncio da Revolução Francesa, e desta para nossos dias, como contemporânea, isto é, do presente momento ou período.

Algumas questões específicas na *modernidade* nos permitem discorrer sobre ela em suas várias manifestações. Podemos elencar algumas características modernas vinculadas ao campo epistemológico, científico e do direito. Para constituição de uma Ciência Nova faz-se necessário o surgimento de um paradigma que questione aquilo que é aceito como irrefutável. A modernidade tem como sua principal marca a ideia de transitoriedade e fluidez, onde tudo pode ser questionado e criticado, predominando a *razão como elemento fundamental no conhecimento e julgamento das coisas*.

Outro elemento que merece destaque é a individualidade e subjetividade. A maneira de se perceber como indivíduo no mundo é que produz a *dúvida metódica* por meio de um movimento dialético, onde mesmo o conhecimento científico passa pelas vias da dúvida do indivíduo.

Sérgio Paulo Rouanet problematiza esta questão em sua obra *Razões do Iluminismo* ao falar sobre Erasmo de Roterdã, percebendo nesse personagem alguém dotado de uma cultura humanista que o tornava um homem para além de seu tempo, possuindo uma postura diferente da de seus contemporâneos. Erasmo *escolheu o partido da inteligência e com isso tornou-se anacrônico e o primeiro dos modernos* (ROUANET, 1988, p.13).

Com isso, podemos perceber que a condição moderna ou, ainda, a própria modernidade, é algo que se conceitua de maneira supra-histórica ultrapassando até mesmo as mudanças significativas presentes no século XVI. Não é a modernidade como fato histórico que faz nascer o fenômeno, mas é ela própria como fenômeno que se manifesta em diversos momentos históricos e, de modo especial a partir dessa periodicidade.

Há uma condição ou até mesmo uma postura frente ao mundo que podemos chamar de *moderna*. Tal postura considerada *moderna* se dá mediante a relação positiva que o homem estabelece com os objetos, com o conhecimento, questionando, sem render-se de maneira alienada, a argumentos doutrinários de outrem.

Uma das principais marcas da modernidade é o tratamento concedido a *razão* com suas limitações e potencialidades. Destaca-se nessa concepção duas grandes vertentes filosóficas: a cartesiana e a kantiana.

Na concepção de René Descartes, a razão é capaz de formular conceitos a partir de um elemento que é a crítica metódica. A dúvida metódica vinculada a um conhecimento marcado por uma ordem lógica e matemática fez da metodologia cartesiana uma das principais ações da modernidade. Para se conhecer algo ou se aproximar da verdade de alguma coisa, segundo Descartes era necessário realizar uma pesquisa com as seguintes etapas:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele.

O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1999, p.47).

O filósofo de Königsberg, Immanuel Kant (1999, p. 47), propunha uma superação do cartesianismo, discutindo em sua *Crítica da Razão Pura* sobre a necessidade de perceber as potencialidades da razão, tecendo críticas severas ao *dogmatismo* presente nas ciências e na própria filosofia. Segundo ele, era necessário perceber o valor de um conhecimento *dogmático*, sem tomar uma posição dogmatista.

Além dos dois pensadores mencionados acima, convém destacar sua contribuição sobre o conceito de moderno não só como uma fase cronológica, mas como um fenômeno e mentalidade que perpassa os séculos. Charles Baudelaire (1966, p.24) concebia o *homem moderno* não só como um ser marcado por essa racionalidade, mas como um ser aberto ao universo e, ao mesmo tempo capaz de retirar de experiências do contingente, elementos bem mais permanentes, e percebendo os elementos da modernidade como fenômeno em períodos anteriores até mesmo ao século XVI. Assim ele afirmava:

Ele [o homem] busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de Modernidade; pois não me ocorre melhor palavra para exprimir a idéia em questão. Trata-se, para ele, de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório. Se lançarmos um olhar a nossas exposições de quadros modernos, ficaremos espantados com a tendência geral dos artistas para vestirem todas as personagens com indumentária antiga. Quase todas se servem das modas e dos móveis do Renascimento, como David se servia das modas e dos móveis romanos. (BAUDELAIRE, 1966, p.24).

Para Rouanet, a modernidade trouxe para o homem a possibilidade de ele mesmo superar paradigmas antigos forjados em dogmatismos, destacando a racionalidade moderna como fundamental nesse processo:

A racionalidade comunicativa se tornou possível com o advento da modernidade, que emancipou o homem do jugo da tradição da autoridade, e permitiu que ele próprio decidisse, sujeito unicamente a força do melhor argumento, que proposições são ou não aceitáveis, na tríplice dimensão da verdade (mundo objetivo), da justiça (mundo social) e da veracidade (mundo subjetivo). (ROUANET, 1988, p. 14).

Mediante tais posturas e características da modernidade, a Igreja, por meio de seus papas e, dentre eles, destacamos o Papa Pio IX, autor do documento *De Syllabus* que condenou esse movimento.

É bem verdade que, durante os pontificados de Leão XIII e Pio XII surgiram algumas reflexões significativas sobre esse tema. No entanto, convém ressaltar que desde a Renascença, a Igreja e a sociedade civil se distanciaram progressivamente. Não é apenas um simples distanciamento, mas uma aversão a Modernidade em suas várias manifestações como é o caso da Reforma Protestante, do Iluminismo, do Positivismo, do Liberalismo, do Socialismo e, sobretudo, do Marxismo. A Igreja, por conta dessa postura, foi sendo considerada pelo mundo secular como o espaço dos atrasos e como reação, sem compreender esse fenômeno, a Igreja condenou toda a modernidade com suas manifestações (GUTIERREZ, 1995, p.21).

Os elementos presentes na modernidade, como por exemplo, o predomínio da razão, o valor da individualidade e, ainda, a busca incessante por um conhecimento irrefutável, mas jamais alcançado, era algo que questionava a instituição que foi forjada com elementos racionais, porém, a serviço de uma determinada perspectiva religiosa. O Papa João XXIII não tinha uma tarefa simples a sua frente.

Segundo o teólogo João Batista Libânio, o Papa João XXIII era responsável por substituir um grande líder religioso. Em sua opinião, o Cardeal Eugênio Pacelli, o outrora papa Pio XII, era um papa que possuía uma forte noção de soberania e era o responsável por dar respostas aos vários dramas do homem do século XX. Assim ele afirma:

Pio XII pensava numa ordem verdadeira para toda a humanidade. Em vista dela, existem os poderes espirituais e temporal, uma lei natural a ser observada e uma lei divina transmitida pela Igreja. O mal da atual humanidade vem do abandono de Deus e da negação da autoridade da Igreja. Falta-lhe uma sanção de uma autoridade legítima e o mundo ficará então entregue às falsas filosofias, às autoridades de ditadores sem lei. Esta era, segundo ele julgava, a tragédia do século XX, a causa profunda de suas guerras brutais e de suas ditaduras não menos brutais (LIBANIO, 2000, p. 61).

Percebe-se que, embora escrevendo diversos textos e falando em diversas mensagens radiofônicas, Pio XII não conseguiu deixar para o mundo secular uma imagem muito positiva. A imprensa mundial o associa a experiência do nazismo que condenou milhões de judeus. Dentre as várias acusações à figura de Pio XII, talvez a menor delas seja a de omissão frente aos problemas políticos e sociais presentes na Segunda Guerra e em regimes totalitários.

Segundo o jornalista e escritor John Cornwell (1999, p. 14), o Papa Pio XII era a figura mais influente do mundo católico durante duas décadas e foi fundamental para que Adolf Hitler conseguisse neutralizar a ação de 23 milhões de católicos na Alemanha durante a implantação de seu regime totalitário. Para Cornwell, Eugenio Pacelli sempre foi um líder ávido por poder e para obter isto seria capaz de tudo.

No mundo católico e, sobretudo para o Colégio dos Cardeais, esse papa era considerado quase que insubstituível. Sua morte traria uma grande lacuna para a liderança da Igreja Católica. Apesar de seu autoritarismo, os clérigos viam-no como alguém competente do ponto de vista intelectual, como excelente administrador das questões eclesiás e com boas relações diplomáticas.

Alguns autores, como o sociólogo Exequiel Rivas Gutierrez, veêm em seu pontificado como a primeira vez em que, de fato, se falou sobre a relevância do tema dos Direitos Humanos. Assim ele afirma:

A maior contribuição de Pio XII foi a de haver abordado pela primeira vez de forma séria e sistemática o tema dos direitos humanos. As transgressões à

dignidade humana por parte dos totalitarismos e da Segunda Guerra Mundial fizeram brotar neste Papa – jurista de formação - a convicção de que a convivência humana não pode fundamentar-se senão no direito natural e que esta persuasão devia expressar-se numa ordem jurídica internacional. Nesta perspectiva, o Papa deu todo o seu apoio à fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. (GUTIERREZ, 1995, p. 21).

Com sua morte, o candidato que ganhava grande destaque, era o bispo Giovanni Batista Montini, que mais tarde seria o Papa Paulo VI. Contudo, Pio XII não o nomeou cardeal por conta de sua simpatia pelas ideias socialistas. O perfil desse candidato não era bem visto, nesse momento, por conta de suas ideias renovadoras no âmbito eclesial (Idem, p. 62). Assim, enquanto se preparava um outro papa, elegiam alguém que não representasse grandes mudanças eclesiás. Surgia, então, o Cardeal Ângelo Giuseppe Roncalli.

Embora vivendo trinta anos em Roma e a serviço da Cúria Romana, Roncalli jamais foi um “curial”, isto é, ele vivia na Cidade Eterna, mas não se portava ou se considerava como um funcionário da Cúria Romana. Sempre se destacou por sua simplicidade de vida e dedicação ao bom trato com as pessoas.

Hannah Arendt, em sua obra *Homens em tempos sombrios*, destaca onze personagens, dos quais o terceiro deles é o Papa João XXIII. Segundo a filósofa judia, esse novo papa possuía a convicção de que não seria escolhido para essa função com setenta e sete anos de idade e ainda que ele mesmo percebia-se como um *papa de transição*, com suas dificuldades, mas com grandes propósitos.

Quando [Ângelo Giuseppe Roncalli] entrou no conclave, não fazia parte dos *papabile* [papáveis, possíveis papas]; os alfaiates do Vaticano não tinham preparado nenhum paramento adequado as suas medidas. Foi eleito porque os cardeais não conseguiam chegar a um acordo e estavam convencidos, como ele próprio escreveu, de que “seria um papa provisório e transitório”, sem maiores consequências. “Mas aqui estou eu”, continuava, “já nas vésperas do quarto ano de meu pontificado, com um imenso programa de trabalho pela minha frente a ser executado perante os olhos do mundo inteiro, que observa e espera”. O que é estarrecedor não é que ele não estivesse entre os *papabile*, mas que ninguém tivesse consciência de quem ele era, e tenha sido eleito porque todos o considerassem uma figura sem maiores consequências. (ARENDT, 2008, p.68).

Desde o início de seu pontificado, o Papa João XXIII dava claros sinais de que não seria um papa inoperante esperando seu sucessor. Logo na primeira semana de seu papado, ele convocou um consistório para eleger novos cardeais. Durante o ministério de seu

predecessor, o colégio dos cardeais havia reduzido a quantidade a ponto de ser considerado o menor número da história. Na eleição destes novos prelados, o primeiro a ser eleito foi o Bispo Giovanni Batista Montini. Em consistórios posteriores, pela primeira vez na história foram eleitos bispos do Japão, da África e das Filipinas (MONDIN, 2009, p. 695).

O maior marco do pontificado do Papa João XXIII foi à convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Este evento foi o maior evento religioso do século XX. O papa João XXIII anunciou ao mundo, no dia 25 de janeiro de 1959, a realização de um concílio de dimensões universais.

Graças à experiência do Concílio Vaticano I, os bispos estavam temerosos do que poderia acontecer nesse novo encontro. O concílio anterior (ALBERIGO, 1995, p. 394) se estendera de 1869 a 1870 e nesse encontro de bispos, a Igreja adotou uma postura defensiva, proclamando, a seu término, o polêmico dogma da “*infalibilidade papal*” e a condenação da modernidade em suas diversas manifestações, por meio do documento *De Syllabus*. Em consequência, os bispos temiam a perda do poder em suas igrejas locais (dioceses) tendo em vista que, com a contribuição do Concílio Vaticano I, o poder era ainda mais centrado na Cúria Romana e na figura do Sumo Pontífice.

Além disso, eles eram inexperientes acerca da organização e desenvolvimento de uma experiência conciliar ou algo semelhante. Um anúncio desta natureza era algo que, de algum modo, preocupava diversos setores da Igreja. Desde os pontificados anteriores se divulgava a necessidade de um evento dessas dimensões. No entanto, nem mesmo Pio XII (BEOZZO, 2005, p.61) ⁴⁸, com todo a sua influência sobre os bispos do orbe católico, levou adiante essa iniciativa.

Os anos de preparação para o Concílio eram vistos com entusiasmo por parte de populares, mas também com preocupações e dificuldades para a hierarquia eclesial. Dom Helder Pessoa Câmara, na época, ainda bispo auxiliar do Rio de Janeiro, criticava a morosidade com que chegaram as correspondências de preparação para estudo e análise dos textos (Idem, p. 78). Além da demora dessas missivas e documentos de análise no período

⁴⁸ Os papas do final do século XIX e início do século XX já cogitavam a ideia de prosseguir com o Concílio Vaticano I. Muitos estudiosos e historiadores viram nesse concílio a troca da submissão da Igreja ao rei, para uma Igreja serviçal do papa. Por esse motivo, também muitos bispos eram temerosos com relação a uma experiência dessa natureza.

preparatório ao Concílio Ecumênico, o bispo auxiliar do Rio de Janeiro também afirmava: “O Concílio será difícil!” (CÂMARA, 2004, p. 14.). Dom Helder criticava a morosidade, a falta de preparo dos documentos de estudo em tempo hábil e a inexperiência de todos os bispos sobre temas conciliares.

O Papa João XXIII, em 25 de dezembro de 1961, convocou, por meio da *Constituição Apostólica Humanae Salutis*, o Concílio Ecumênico Vaticano II. Ele percebia, desde o início de seu pontificado, os dramas vivenciados por todo o gênero humano e reconhecia que, de fato, era chegado o momento da Igreja se posicionar acerca de assuntos não só doutrinários, mas também políticos e econômicos. Assim, ele pregava a necessidade da Igreja realizar uma auto-avaliação, afirmando:

Obedecendo a uma espécie de instinto do alto, ou a uma voz interior, julgamos ter chegado o momento de proporcionar a Igreja católica e a toda família humana a oportunidade de um novo concílio ecumônico, continuando a série dos vinte primeiros, que tanto contribuíram no decurso dos séculos para o florescimento da graça divina entre os fiéis e para o progresso do cristianismo. (JOÃO XXIII, 2002, p.15).

João XXIII tinha a noção de sua responsabilidade como líder universal da Igreja Católica e revelou, por diversas vezes, os temores acerca de uma experiência nova como esta (LIBÂNIO, 2000, p. 16) ⁴⁹. Cerca de 2500 bispos, dezenas de teólogos e uma série de secretários e assessores para assuntos teológicos, pastorais e disciplinares, não sabiam o que decorreria daquela grande reunião de bispos (ALBERIGO, 1996, p. 21). Desde o momento de sua preparação, surgiam dificuldades para se analisar documentos, o que causava um clima de insegurança e, ao mesmo tempo, uma grande expectativa com relação ao concílio.

Jamais um evento da igreja católica, com exceção da morte ou da eleição dos últimos papas, recebeu tanta atenção da imprensa. Essa atenção é, para muitos, expressão de uma enorme expectativa voltada para a Igreja de Roma e o concílio. Não se pode desiludi-la. É com certeza fruto do pontificado de João XXIII e da renovada simpatia para com a Igreja de Roma. Mas tratá-se também de experiência que a Igreja e o mundo deste século jamais viveram. Após pesados anos de guerra fria, enquanto se perfila uma época de distensão, o que pode significar uma reunião de tantos bispos de toda a parte do mundo em Roma sob a guia deste papa extraordinário que é João XXIII? (LIBÂNIO, 2000, p. 23).

Um Concílio, pela primeira vez na história, era “dogmático” sem combater nenhuma heresia. Sua proposta seria a de um *aggiornamento*. Por meio desta expressão italiana, a Igreja

⁴⁹ O Papa João XXIII afirmava que o anúncio do Concílio foi feito com muito nervosismo e de “mãos trêmulas”.

afirmava que iria “atualizar-se” ou “colocar-se” em dia. A Igreja estava se proondo, pela primeira vez em público, a uma auto-avaliação. É evidente que uma postura como essa encontrava sérias resistências em grande parte da hierarquia eclesial. Esse *aggiornamento* deveria ser pensado não só como atualização, mas como busca de respostas às questões suscitadas pela modernidade (OLIVEIRA, 2011, p. 13).

Esse Concílio inovou em diversos aspectos, graças à liderança do Papa João XXIII e à diversidade de bispos dos mais diversos países. A Igreja Católica do Brasil foi representada por trezentos e onze bispos, dentre eles, Dom José Maria Pires, que estiveram presentes em grande parte das sessões conciliares nas fases de João XXIII e de Paulo VI. Para eles, o Concílio foi a ocasião de encontro do episcopado brasileiro com seus pares, com o papa, com os estudos teológicos e, ainda, com a ideia de uma nova prática pastoral (LIBÂNIO, 2000, p. 70).

Sobre o Concílio Ecumênico Vaticano II, Dom José fez uma narrativa do que viveu naquela ocasião. Em 11 de outubro de 1962, o papa abria solenemente o Concílio. Sua mensagem radiofônica foi transmitida em diversos países. No centro de suas preocupações estava o homem moderno com suas vicissitudes, limitações, avanços e dificuldades. Dom José ressalta que, ao longo das sessões, o papa acolhia os diversos episcopados e na ocasião em que se encontrou com o brasileiro, agiu de modo informal e fez referência ao Movimento de Educação de Base (MEB). Dom José lembra a audiência com os bispos brasileiros, dizendo:

Ao tomar a palavra, João XXIII começou a ler seu discurso. Leu duas ou três linhas e disse. Não me agrada. Também não fui eu que escreveu: foi um dos meus secretários. E, deixando de lado as folhas, começou a nos falar que gostaria de conhecer o Brasil, que ouvira falar de um tal de MEB (Movimento de Educação de Base) e queria saber como era isso. A audiência se transformou numa conversa bem descontraída, um diálogo em família.⁵⁰

Para Dom José, o Concílio Vaticano II teve a possibilidade de avançar em diversos aspectos, estabelecendo um diálogo com o homem do presente século.

⁵⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.



Fotografia 6: Foto do Papa João XXIII em audiência com os bispos brasileiros em Roma por ocasião do Concílio Vaticano II.
Destaque para a figura de Dom José Maria Pires em meio aos bispos.
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Segundo Dom José, o Papa João XXIII chamava atenção e repetia várias vezes também a palavra *refontinização*. O ideal, segundo Dom José, era voltar às origens do cristianismo, marcada pela simplicidade ritual, pela coerência de vida dos cristãos, por estruturas mais simples e não aos séculos anteriores marcados pela experiência medieval, repleta de excessos no que diz respeito a doutrina, liturgia e a hierarquia.

O Vaticano II foi responsável por quebrar a ideia de uma estrutura monolítica, onde a Igreja era uma instituição em que repercutia apenas a voz do Sumo Pontífice. A natureza desse Concílio se dava em meio às múltiplas experiências e propostas diferenciadas ao longo das sessões conciliares, formadas por sugestões de colégios episcopais dos mais diversos países. (BEOZZO, 2005, p. 229).

Ao longo das sessões conciliares, foram se formando grupos de bispos de acordo com interesses. O grupo brasileiro que ganhou maior destaque, ao longo das sessões conciliares,

foi o grupo da “Igreja dos pobres”, formado por bispos latino-americanos e africanos e tendo Dom Helder Câmara como seu principal líder. Esse grupo denunciava a relação da Igreja com o capitalismo e mostrava sua indignação frente aos problemas econômicos do “Terceiro Mundo” (idem, p. 193). Embora não participando desse grupo, Dom José revela que acolheu todas as decisões dali e que as pôs em prática desde o período em que esteve em Araçuaí. O grupo de estudo de Dom José era frequentemente o de Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar de Natal, que possuía um perfil moderado durante as sessões conciliares⁵¹.

Para Dom José Maria Pires e para outros bispos do país, o Concílio era um momento único onde o próprio episcopado brasileiro teve a oportunidade de se conhecer melhor. Na casa conhecida como *Domus Mariae* (Idem, p. 70)⁵², foram alojados inicialmente 80 bispos. Eles tenderam, no início do concílio, a uma postura mais conservadora tendo em vista a teologia tomista que tinham estudado nos períodos de formação nos seminários. Contudo, aos poucos, por conta de questões pastorais brasileiras, eles foram mudando a mentalidade (LIBÂNIO, 2000, p. 70).

Durante o Concílio, todas as pessoas da casa onde estava hospedado, o tratavam carinhosamente com o apelido que havia herdado das reuniões do MEB, pelo fato dele ser negro e pelo fato de Pelé ser um jogador bastante conhecido. Dom Paulo Evaristo Arns, costumeiramente, o tratava por esse apelido e explicava que a razão se dava também por ele ser mais do que um bispo negro, mas acima de tudo, um “craque” na prática pastoral (PIRES, 1980, p. 184).

O Papa João XXIII faleceu no dia 3 de junho de 1963 e deixou como legado o início do Concílio com uma série de reflexões. A morte do “Papa Bom” deixou grande parte dos trabalhos por concluir, uma vez que nenhum documento conciliar havia sido promulgado.

⁵¹ É importante ressaltar o perfil de Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal pelo fato dele ter desempenhado diversas atividades em consonância com a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil e no período pós-conciliar assumir um postura no mínimo oposta a fase pré-conciliar.

⁵² A *Domus Mariae* (Casa de Maria) é a sede da Ação Católica Feminina Italiana, afastada do burburinho da cidade de Roma, possuindo uma ampla área para estudos e aprofundamentos. Era uma grande casa com quartos individuais e numerosos auditórios e salas para reuniões e conferências.

A segunda fase do Concílio pode ser compreendida como uma fase de continuidade, retomada com o pontificado do Papa Paulo VI⁵³.

Em 29 de setembro de 1963, o outrora Cardeal Giovanni Batista Montini (SOUZA in GONÇALVES, 2004, p. 43) ⁵⁴, assume a liderança da Igreja Católica, após a morte de João XXIII. O novo líder religioso reconhecia o carisma de seu predecessor e atribuía a ele o surgimento do maior evento do cristianismo do século XX. Nessa mesma declaração, o papa recém-escolhido faz questão de falar da necessidade da Igreja se auto-definir melhor. Assim, ele afirma:

O principal tema desta segunda sessão do Concílio Ecumênico será a Igreja. Indagar-se-á qual a sua natureza íntima e como exprimir sua definição na linguagem corrente, de maneira a precisar o que realmente é e esclarecer seu múltiplo mandato em função da salvação (PAULO VI In: SANCTIS, 1998, p. 53).

O Concílio, ao longo do pontificado de Paulo VI, contou com momentos de profundas tensões por conta das diversas perspectivas presentes nas reflexões para consequente elaboração de documentos.

O encaminhamento do concílio foi decididamente difícil e isso não tanto devido ao regulamento que permitia intervenções muito longas e desordenadas, mas sobretudo pela nítida oposição que estava se mostrando entre progressistas e conservadores. Os trabalhos necessariamente sofreram uma notável lentidão, tanto mais que se precisou bem cedo constatar que na assembléia a maioria era progressista (era formada pelos episcopados da França, da Alemanha, do Benelux, da América Latina e da África) ao passo que os textos que tinham em mãos tinham sido preparados por peritos da tendência tradicionalista. Assim, aconteceu que nenhum dos cinco textos, levados à sala das reuniões para a discussão durante a primeira sessão, obteve a aprovação da assembleia (MONDIN, 2009, p.700).

Como resultado das reflexões do Concílio, foram elaborados pelos bispos, e promulgados por Paulo VI, as seguintes Constituições Dogmáticas (textos que dizem respeito à exposição de temas doutrinários): Lumen Gentium (“Luz dos Povos”): é o documento que

⁵³ Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini nasceu em 26 de setembro de 1897 e faleceu no dia 6 de agosto de 1978. Apesar de ser apenas bispo recebeu dos cardeais diversos votos para ser papa durante o consistório que elegeu João XXIII. Foi Papa de 21 de junho de 1963 até o dia de sua morte. Ainda como cardeal conheceu o Rio de Janeiro em vista de sua amizade com o bispo auxiliar dessa mesma cidade Dom Helder Pessoa Câmara.

⁵⁴ Paulo VI era bem diferente de seu antecessor em diversos aspectos. Quando ainda cardeal Montini possuía grandes preocupações sociais e conquistava a credibilidade da Cúria Romana desde o pontificado do Pio XII. De algum modo, no conclave que elegeu João XXIII, ele foi colocado a margem por seus posicionamentos progressistas.

pretende esclarecer a todos os fieis a natureza e missão da Igreja; Dei Verbum (“Palavra de Deus”): é o documento que tem por finalidade tratar do tema da Revelação Divina e de sua conseqüente transmissão; Gaudium et Spes (“As Alegrias e Esperanças”): trata do tema da Igreja em sua relação com o homem moderno e seus principais problemas; Sacrosanctum Concilium: documento sobre a liturgia e sua série de inovações na prática dos ritos da vida eclesial.

Os decretos (documentos que dizem respeito a questões disciplinares) que foram promulgados no final do Concílio foram: Unitatis Redintegratio (Sobre a Unidade dos cristãos católicos, protestantes e ortodoxos); Orientalum Ecclesiarum (“A Igreja do Oriente” e diz respeito a relação da Igreja Romana com outros ritos orientais), Ad Gentes (“Aos povos” e diz respeito a ação missionária da Igreja), Christus Domini (“Cristo Senhor” e diz respeito a função dos bispos), Presbiterorum Ordinis (“A Ordem dos Presbíteros” e diz respeito a vida e ação dos clérigos); Perfectae Caritatis (“A Perfeita Caridade” e trata da vida e prática das pessoas de vida consagrada e religiosa), Optatum Totius (“A opção de todos” e trata da questão dos seminários), Apostolicam actuistatem (“A Atuação Apostólica” e diz respeito a ação dos leigos no mundo) e a Inter Mirifica (“Entre as ciosas admiráveis” que trata da questão das Comunicações Sociais).

Ao término do Concílio, também foram publicadas algumas declarações voltadas para questões seculares. O Concílio se preocupou com a educação, a liberdade religiosa e o diálogo com as outras experiências religiosas. Assim, foram elaborados as seguintes declarações com os temas mencionados anteriormente: Gravissimum Educaciones (a Educação), Dignitatis Humanae (Dignidade Humana) e Nostra Aetate (Nossa Época).

Destes documentos, podemos destacar três que marcaram profundamente a vida e ação pastoral e política de Dom José e de outros bispos, nas décadas de 1960 e 1970. A *Lumen Gentium*, por propor uma avaliação da própria Igreja como instituição; a *Ad Gentes* por tratar do tema da teologia da missão e da ação da Igreja no mundo e a *Gaudium et Spes* por ser uma tentativa de resposta ao encontro da Igreja com o mundo contemporâneo. Tais documentos, segundo o teólogo João Batista Libânio, são positivos. Contudo, devem ser compreendidos à luz do momento em que foram redigidos. É importante ressaltar que existe uma divisão no Concílio não só por conta do governo de dois papas distintos, mas também por conta das sessões conciliares. As sessões conciliares enfrentavam problemas como a falta de

assiduidade dos bispos, o tempo para estudo e, ainda, o cansaço e o envolvimento dos bispos em suas dioceses de origem.

Segundo o Teólogo José Comblim, o Concílio, embora possuindo sérias limitações, estabeleceu um diálogo com o homem moderno, que terminou perpassando vários documentos conciliares, a partir da *Constituição Gaudium et Spes* (COMBLIM, 2005, p.53)⁵⁵.

Dom José percebia, já no período conciliar, que a abertura dada pelos papas poderia abrir os horizontes da Igreja Católica, mas de algum modo isso seria conquistado com muitas resistências. Dom José lembra que uma das maiores dificuldades seria a proposta de um novo modelo de Igreja presente na reflexão de muitos bispos brasileiros⁵⁶. De *príncipe dos apóstolos e moradores de palácios*, em pleno século XX, os bispos teriam de repensar o que Dom José chama de estrutura eclesial piramidal. Assim, ele fala:

É evidente que essa mudança de perspectiva encontraria grandes dificuldades de aceitação porque exigiria mudanças profundas de atitudes e hábitos arraigados. A começar pela própria imagem de Igreja. Teríamos que sair de uma imagem piramidal: papa, bispos, padres, religiosos e leigos para imagem comunional: papa, bispos, padres e religiosos a serviço do povo de Deus.⁵⁷

Embora reconhecendo os diversos avanços do Concílio Vaticano II, o bispo de Araçuaí realiza algumas críticas a esse mesmo evento. Ele criticava a pouca autonomia das mulheres nos ambientes e assuntos eclesiásticos, a impossibilidade de homens casados para o ministério sacerdotal e os processos eleitorais episcopais (idem, 2011).

Dom José alude à questão da relação entre Igreja e sociedade, com a necessidade de parcerias que conduzam sempre ao bem do homem moderno.

Acredito que, no momento em que a reflexão dos teólogos, dos pastores e dos políticos caminha nessa direção de recuperar as aberturas e as intuições do Vaticano II, todos cumpriremos melhor a missão registrada nessa belíssima afirmação da *Gaudium et Spes*: “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”(Idem, 2011).

⁵⁵ O teólogo José Comblim enfatiza essa carta por ela abordar temas como o mundo, o homem e a liberdade que eram palavras que não eram refletidas com tanta veemência nos concílios anteriores.

⁵⁶ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

⁵⁷ Idem.

Ainda no final deste evento, cerca de quarenta bispos se uniram junto ao túmulo da mártir Domitila⁵⁸ e realizaram o chamado “*Pacto da Igreja servidora e pobre*”, conhecido também como “*Pacto das Catacumbas*”. Sua característica principal era a ideia de um cristianismo marcado pela simplicidade, onde os bispos abandonariam seus privilégios e benefícios para viverem com os mais pobres e necessitados. Dentre as resoluções do *Pacto das Catacumbas*, convém destacar alguns desses votos que são fundamentais como gestos simbólicos e que demonstram uma mudança de perfil em alguns bispos ao término do Concílio.

- 1) Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí segue.
- 2) Para sempre renunciamos á aparência e à realidade da riqueza, especialmente no traje (fazenda ricas, cores berrantes), nas insígnias de matéria preciosa (devem esses signos ser, com efeito, evangélicos).
- 3) Não possuiremos nem imóveis, nem móveis, nem conta em banco etc., em nosso próprio nome; e se for preciso possuir, poremos tudo em nome da diocese, ou das obras sociais e caritativas (PACTO DAS CATAUMBAS In: BEOZZO, 2002, p. 137).

Dom José não fez parte desse *pacto*, mas conheceu as cláusulas presentes nesse juramento e viveu com fidelidade as propostas presentes no concílio e nesse ritual simbólico, tanto em Araçuaí quanto, posteriormente, na Paraíba.

Eu tenho conhecimento do fato. Eu nunca participei, por que na ocasião em que quarenta bispos se organizaram e foram as catacumbas e fizeram esse pacto, eu era ainda bispo de Araçuaí. Então como eu não participava dessas coisas, eu era desconhecido na CNBB. Araçuaí é uma diocese no interior de Minas, sem maior representação e eu estava muito bem lá. Durante o concílio eu era bispo de Araçuaí e não participei. A partir daqui de João Pessoa foi que eu passei a ter contato com outros bispos, etc. antes eu conheci que teve o pacto das catacumbas, mas eu concordei, sobretudo por que vim pro nordeste e aí eu tinha que entrar na linha de Dom Helder.⁵⁹

Para Dom José, o Concilio Ecumênico Vaticano II foi um marco no campo dos avanços da Igreja em seu diálogo com o mundo moderno. No entanto, ele faz questão de ressaltar que os momentos que sucederam esse evento dificultaram a implantação desse

⁵⁸ Segundo a tradição martiriológica da Igreja Católica, Santa Domitila (ou Santa Flávia Domitila), era sobrinha-neta dos Imperadores Tito e Domiciano. A jovem converteu-se ao cristianismo e rejeitou a adoração aos deuses romanos e não quis casar com um jovem pagão. Esta profissão de fé a conduziu ao martírio em Roma, em 95 dC. (SGARBOSA, 2012, p.261).

⁵⁹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

projeto tanto do ponto de vista eclesial, isto é dentro da própria Igreja, quanto do ponto de vista da concretização de algumas atividades junto à sociedade civil, em virtude do momento político vivido pelo país.

No momento em que grande parte do episcopado brasileiro estava fora do país, por ocasião das sessões do Concílio, no Brasil acontecia o Golpe de 1964.

O *golpe militar* iniciou um novo modo de governar trazendo à tona mudanças radicais do ponto de vista político, econômico e social. O novo regime teve como marca a instauração do Estado Autoritário. Dois aspectos se tornavam fundamentais para a nova ação política: a Segurança e o Desenvolvimento (CITTADINO, 2006, p. 118).

Os movimentos conservadores favoráveis ao Golpe de 1964 difundiam a necessidade da existência de um Estado Autoritário, forte e centralizado, pondo fim ao sistema democrático existente e acabando com as manifestações populares, vistas, em grande parte, como comunistas.

Essa compreensão era o resultado de diversas ações que causaram grande instabilidade ao governo do Presidente João Goulart. Os primeiros cinco meses do ano de 1963, por exemplo, foram marcados por profundas dificuldades políticas no país, por conta da presença de um novo eleitorado, de movimentos ambiciosos (tanto de esquerda quanto de direita) e ainda pela fragilidade do modelo populista⁶⁰ apresentado, ainda, pelo então presidente (SKIDMORE, 1982, p. 309).

Alguns membros de instituições eclesiás, estudantes, intelectuais, militantes de partidos e militares desenvolveram um movimento para infundir algumas noções de classe e política nas camadas mais populares, merecendo destaque algumas organizações com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Ação Popular (AP). Tais movimentos, vinculados aos jovens e adultos em períodos de estudos, pretendiam efetivar um plano de organização política. Além desses dois movimentos, o Movimento de Educação de Base (MEB) fazia com

⁶⁰ Sobre o modelo populista convém fazer uma breve reflexão sobre as recentes discussões acerca dessa terminologia. Para Jorge Ferreira, a terminologia é perpassada por uma trajetória que se dá de 1930 a 1964. Angela de Castro Gomes propôs em 1988 por meio de sua obra *A invenção do trabalhismo a substituição* daquele termo pela expressão *trabalhismo*. No primeiro há claramente a manipulação das massas por meio das elites políticas do país; no segundo de algum modo reflete sobre a reação da multidão dos trabalhadores frente a política trabalhista adotada no país. (FERREIRA, 2001, p. 117).

que o número de eleitores crescesse, uma vez que o voto era prerrogativa dos cidadãos alfabetizados.

No interior do país, cresciam os movimentos de esquerda e, sobretudo, as Ligas Camponesas e sua luta pela permanência na terra. Devido à pressão desses movimentos, o presidente já havia anunciado a necessidade de se fazer uma Reforma Agrária no país, o que ocasionou um crescimento na oposição, formada também por proprietários rurais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Nordeste (Idem, p. 309).

Além desses grupos contribuindo como oposição ao governo, agregaram-se ao novo regime três grupos fundamentais (BRUMM, 2000, p. 291): a *Escola Superior de Guerra* (ESG), o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)* e o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)*.

A ESG era um grupo de oficiais oriundos das Forças Armadas que eram vistos como uma elite militar conservadora e “modernizante”, possuindo como seus fundadores os oficiais Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandi Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora (DREIFUSS, 2008, p. 85). Esses oficiais eram articulados com empresários da perspectiva “desenvolvimentista”, que executavam ações conjuntas para promover e impregnar tais concepções junto às várias corporações do país. Com o auxílio de um bom número de civis e de outras instituições, esse grupo se organizou para depor o presidente, acusando-o de constitucionalidade, munidos de fortes sentimentos patrióticos e anticomunistas, tendo em vista a formação conservadora presente nos quartéis.

Desde 1959, a ESG formulou a Doutrina da Segurança Nacional, divulgando nos meios militares que havia uma conspiração comunista que, a começar por Cuba, invadiria a América Latina. Como reação, eles afirmavam que havia a necessidade de uma ação com forte aporte ideológico, utilizando a força física e entrando em confronto com os movimentos revolucionários de esquerda.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) era um grupo reacionário que recebia ajuda financeira do exterior, inclusive da Agência Central de Inteligência Americana

(CIA). Patrocinou a campanha de 250 candidatos conservadores nas eleições parlamentares de 1962. Para o IBAD, era necessário não só compartilhar do governo político (Idem, p. 111)⁶¹, mas também forjar valores na opinião pública, contando com o apoio da Sociedade *Tradição, Família e Propriedade* (TFP)⁶².

Além desse grupo tradicional de clara oposição ao Governo de João Goulart e das ideias socialistas, destacam-se as mulheres pertencentes à CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e da LIMDE (Ligas das Mulheres Democráticas) que organizaram diversas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* pelo país (SIMÕES, 1985, p. 91).

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais também é um grupo que merece igual destaque, pois tinha à frente o General Golberi do Couto Silva. Essa instituição se auto-considerava como científica e era composta de empresários, militares e políticos, recebendo incentivos de empresas estrangeiras com interesses econômicos no país. Dentre seus objetivos, destaca-se a modernização do país e a implantação articulada do sistema capitalista.

Essas três instituições (ESG-IPES-IBAD) atuavam em estreita sintonia, constituindo-se como “cérebro” da conspiração. Eles apregoavam o fim da subversão, da corrupção e do comunismo. O IPES e o IBAD utilizavam-se de práticas de persuasão que compreendiam divulgações por meio de palestras, conferências, filmes, livros, peças teatrais, propagandas no rádio e na televisão com o intuito de envolver as pessoas em projeto político de modo sutil (DREIFUSS, 2008, p. 249)⁶³.

Munidos de elementos religiosos e políticos, as “*Marchas da Família com Deus pela liberdade*”, organizadas pela LIMDE com o apoio de governos estaduais, municipais e da TFP, espalhavam-se pelo país e divulgavam o terço mariano e o forte grito: “Que Deus salve o Brasil do comunismo!” Era essa a principal súplica presente em tais eventos.

⁶¹ Idem, p.111. A princípio, o IBAD não pretendia atuar de modo visível, mas apenas na infra-estrutura. O poder do IBAD era tamanho que eles conseguiram intervir no poder legislativo e nos governos estaduais.

⁶² A TFP não é um órgão católico, mas uma associação civil fundada por Plínio Correia de Oliveira em 1960. É importante ressaltar que até mesmo a CNBB e diversos bispos do país foram perseguidos e criticados pela TFP. O grupo que tinha a frente a presença de seu fundador Plínio Correia de Oliveira também possuía o apoio do bispo de Diamantina Dom Geraldo de Proença Sigaud.

⁶³ É importante ressaltar que no ano de 1964, o IBAD lançou também, de modo gratuito a Encíclica *Mater et Magistra* por meio de um texto popular, onde a Igreja Católica mais uma vez condenava o socialismo por meio desta vez, do Papa João XXIII. O intuito do IBAD, bem como do IPES era o de proporcionar ao público brasileiro uma reflexão sobre um projeto desenvolvimentista presente na Cartilha para o Progresso e agora com o respaldo da instituição eclesial.

O “*Rosário em Família*” se tornava, na verdade, um instrumento político para combater ideologicamente o comunismo. O Pe. Patrick Payton tomava a frente dessas iniciativas em alguns países e, nesse mesmo ano, passava por diversas cidades do Brasil. Várias foram as dificuldades da CNBB junto às iniciativas desse padre.

Os católicos progressistas viram-se em dificuldade para denunciar o Pe. Peyton. Os objetivos da campanha pareciam puramente religiosos. O slogan – “A família que reza unida permanece unida”- era aparentemente, neutro. Antes da concentração que marcou o começo da Cruzada, concentração realizada no Rio de Janeiro entre a Igreja da Candelária e o Ministério do Exército, era impossível de acusá-la de interferência indébita nos negócios políticos do país. Depois da concentração e das denúncias frenéticas do perigo comunista a que deu lugar, era demasiado tarde. Os bispos conservadores já se tinham empenhado em apoá-la, outras manifestações estavam já programadas nas principais cidades, os secretariados do Rosário em Família estavam já instalados por todo o lado. (...) Uma vez derrubado Goulart, a Cruzada pelo Rosário perdeu o interesse, não só pelas classes dirigentes, como para a hierarquia conservadora (ALVES, 1976, p. 113).

O tom ideológico de direita atravessava essas experiências religiosas, infundindo nos participantes de tais eventos uma postura política e o surgimento de uma nova cultura política.

Conforme vimos, no início desse texto, Segundo Rodrigo Patto de Sá Mota (2002, p. 19), as famílias e as instituições religiosas são responsáveis por incutir no indivíduo um tipo de cultura política específico onde a fundamentação de opções políticas se dá por meio de valores, costumes e convicções. No nosso caso, a instituição católica possuía, em sua grande parte, uma cultura política que se constituiu na maior matriz anticomunista do país.

Evidenciava-se que, do ponto de vista eclesial, sem sequer mencionar os bispos nesse processo, existia no país a presença de duas experiências antagônicas dentro da mesma Igreja. Os grupos religiosos de esquerda se vinculavam com facilidade aos movimentos políticos de orientação semelhante e os grupos religiosos de direita também possuíam suas lideranças com um bom número de seguidores. O clima religioso era o não só de “troca de farpas”, mas também de anátemas.

Analizando os posicionamentos da “esquerda” política do país, se percebia as dificuldades para uma organização maior. “*A esquerda tinha sua própria crise*” (BRUMM, 2001, p.277) e isto dificultava a prática de ações conjuntas. O cenário político brasileiro ficou marcadamente agitado, tendo em vista as mais diversas manifestações e greves no país.

Goulart era visto tanto pelos movimentos de esquerda quanto os de direita como um presidente frágil e incapaz de administrar os problemas do país. Além disso, as iniciativas do governo no campo político faziam com que tanto militares quanto civis vissem nele um provável ditador.

Pressionado pelos grupos de esquerda, o Presidente João Goulart anunciou no Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, a necessidade de implantação de reformas em caráter de urgência. Como reação, os militares tomaram a iniciativa por meio de uma ação precipitada no dia 31 de março de 1964, derrubaram o presidente e ofereceram ao país um regime ditatorial.

Apesar da existência da CNBB, os bispos expunham suas opiniões publicamente, por vezes, entrando em desacordo com o líder religioso de outras dioceses. Ao se difundir a notícia de que o presidente havia sido deposto, os bispos do Brasil se dividiram de maneira desigual acerca do *golpe*.

Um grupo de bispos de esquerda, no qual fulgurava Dom José Lamartine Soares, na época, vigário capitular da Arquidiocese de Olinda e Recife, reprovou o *golpe* publicamente e proibiu severamente que nessa mesma diocese se utilizassem elementos religiosos nas *Marchas com Deus pela Família e Liberdade* para comemorar esse evento (NASCIMENTO, 2005, p. 181).

O outro grupo de bispos vibrou ao receber a notícia de que João Goulart havia sido deposto. Dom José faz questão de ressaltar que a maior parte dos bispos apoiou o Golpe. Destacamos aqui a figura do Arcebispo da Paraíba, Dom Mario de Miranda Villas Boas, cujo texto, publicado no Jornal a Imprensa, do dia 5 de abril de 1964, revela a posição política do jornal e do arcebispo:

Exprimindo os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimentos que resultaram em necessária renovação do regime democrático nacional, o Sr Arcebispo Metropolitano D. Mario Villas Boas telegrafou aos principais chefes deste movimento que podemos considerar o mais firme golpe em todo o plano de *comunização* do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto e mui virtuoso guia espiritual, é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil. Nestes termos foram redigidas as mensagens telegráficas de Sua Exma. Revdma.:

João Pessoa, 2- General Justino Alves Comando do 4º exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia, saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. Dom Mario, Arcebispo; João Pessoa, 2 – Cardeal Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb Admirável vigilância serena Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente Vossa Eminência. Dom Mario, Arcebispo.

João Pessoa, 2- Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Nesta. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelênci cuja colaboração foi muito oportuna presente momento. Dom Mario (JORNAL A IMPRENSA, 5 abr. 1964).

Com o pretexto de uma purificação ideológica, os militares conquistaram a simpatia de grande parte da hierarquia eclesiástica católica para a realização do *golpe*. Com o argumento de trazer ao país o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, por um fim à possibilidade do sistema comunista, os militares receberam de diversos bispos mensagens de apoio a essa nova experiência política.

Dom José Maria, como bispo de Araçuaí, partilhava da opinião dos bispos favoráveis ao *golpe*. Em artigo escrito em 01 de abril de 1968, ao Jornal *A Imprensa*, intitulado “A revolução que não houve”, ele afirma o posicionamento que possuía acerca dos comunistas na época e seu apoio ao *golpe*:

Eu fui um dos entusiastas do movimento de 31 de março em 1964. Torci para que não se realizasse em Belo Horizonte o Congresso da CUTAL, de cunho reconhecidamente comunista. Condenei de público, em sermão, a atitude do Governo Federal no comício monstro de 13 de março, sua conivência com a anarquia, as greves políticas e a subversão (A IMPRENSA, 01 abr. 1968).

Além dessa ocasião, convém destacar sua narrativa sobre o apoio ao *Golpe* durante o XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social em Recife, no dia 15 de novembro de 1983.

Quem lhes fala nesse momento é um bispo que aplaudiu calorosamente a revolução de 1964. Nessa época eu vivia no interior de Minas Gerais, à frente da diocese de Araçuaí. Com antecedência me fora comunicado por funcionário do governo que Minas Gerais ia rebelar-se contra o Governo Federal e daria início a um movimento de salvação nacional visando combater a corrupção e toda sorte de desmando na área oficial e impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. Creio que toda a Hierarquia, salvo uma ou outra tímida exceção – e que houve-, sentiu um grande alívio com o triunfo da Revolução (PIRES In: RIBEIRO (org.), 2005, p.157).

Dom José, nos momentos iniciais da administração dos militares, queria confiar em sua administração. Contudo, decepcionou-se muito rapidamente e iniciou, por meio de seus

discursos, críticas a esse Governo. Segundo ele, o que foi anunciado com base num programa político, econômico e social, jamais foi cumprido.

A gente vivia numa situação de instabilidade muito grande. Veio o Golpe de 64 e a primeira manifestação do General Castelo Branco dizendo que a Revolução não foi feita para defender os privilégios dos ricos, mas para que todos os brasileiros pudessem... Então uma manifestação muito de acordo com aquilo que a gente esperava. Acontece que pouco depois a gente começa a ver que a Revolução não era para melhorar a situação do Brasil⁶⁴.

É evidente que os militares conseguiram realizar algumas mudanças significativas na economia do país, na educação e no campo social. Contudo, tais mudanças não eram compatíveis com as ideias e os projetos da esquerda brasileira.

A atuação de Dom José com relação a defesa desse direitos diz respeito inicialmente ao período do início da administração dos militares tendo o Marechal Castelo Branco como presidente do país. No início do governo desse presidente já se iniciavam algumas medidas que violavam tais direitos por meio da “Operação Limpeza” onde diversas pessoas eram questionadas severamente acerca da postura política e ideológica. Os documentos Ato do Comando Supremo da Revolução n° 8 e Portaria n°1, do dia 14 de abril revelam que os condutores de tais inquéritos seriam oficiais superiores, em sua maioria coronéis, ansiosos por punições mais severas para manifestantes e presos políticos.

Convém ressaltar que não é apenas a “ausência” de mudanças que provoca as críticas dos religiosos, mas, sobretudo a violação dos Direitos Humanos desde o início da administração dos militares. O golpe militar e, sobretudo sua subsequente administração, fazia com que Dom Pelé lutasse pela defesa de alguns Direitos Humanos presentes na Declaração Universal de 1949.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada logo após a Segunda Guerra Mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de evitar uma *Terceira Guerra Mundial*, com a pretensão de promover o diálogo e implantar a paz entre as nações. Desde o início de sua exposição, a Declaração enuncia que os tais direitos são um “ideal” de vida pacífica entre os indivíduos e entre os povos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente "Declaração Universal dos Direitos do Homem" como o ideal comum a ser atingido por

⁶⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (BOBBIO in: SANTILLAIN, 2003, p.196).

Sobre os Direitos Humanos⁶⁵, convém refletir que partilhamos da opinião de Norberto Bobbio (2004, p. 91) que, de maneira sistemática, reservou grande parte de seus escritos a essa temática marcada por diversas polêmicas no campo teórico. Segundo esse pensador, os Direitos Humanos não são direitos inatos ao homem, mas uma construção histórica em forma de apelo e desejo.

Do ponto de vista teórico, sempre defendi - e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos - que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (Idem, p. 5).

Tais direitos, segundo o mesmo autor, experimentam modificações por falta de sua elucidação filosófica, histórica⁶⁶ e política (TOSI, 2005, p. 25). Convém ressaltar que Bobbio (2005, p. 17) não quer dedicar escritos a uma reflexão meramente especulativa, mas argumentar a necessidade da defesa de tais direitos em todas as sociedades. Para ele, uma discussão meramente teórica possui pouca relevância e inevitavelmente, só concede ao pensador, tautologismos. De algum modo, a ideia de direitos fundamentais como *direitos naturais*, com certeza serve de excelente argumento no campo da retórica, tendo em vista a necessidade de defender tais direitos na prática como direitos inalienáveis a todos os indivíduos desde a mais tenra idade. Os direitos do homem não são direitos de origem metafísica, onde tais benefícios são concedidos a um ser abstrato, mas direitos históricos, suscetíveis de ampliação e modificações (Idem, p.32).

⁶⁵ A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” foi aprovada em 26 de agosto de 1789, pela Assembleia Nacional da França. Esse ato se tornou um ato simbólico, rompendo com o Antigo Regime destruído pela Revolução Francesa. A Declaração até hoje sofre críticas pelo caráter abstrato de suas assertivas ou de sua vinculação com uma determinada postura ou classe política. Os escritos do jovem Marx, por exemplo, vinculam tais direitos ao burguês e acentua o problema do individualismo, considerando o indivíduo como uma espécie de *mônada* sem relação com os demais membros de uma sociedade.

⁶⁶ Para Giuseppe Tosi, os Direitos Humanos podem ser compreendidos em duas acepções: a histórica e a conceitual. Tosi também partilha da ideia de que os Direitos Humanos possuem um caráter mais prático do que teórico.

Norberto Bobbio afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é inovadora por não mais se apoiar em uma argumentação filosófica, mas por buscar contemplar o homem nas sociedades onde se fez a opção de adotá-las. Percebe-se que enquanto se afirmava que os direitos naturais eram uma condição essencial ao homem, houve um distanciamento na vida prática, ao passo que quando se optou por uma argumentação que considerasse os homens e seus dramas, e onde se aceitou tal declaração, houve um maior respeito para com os indivíduos (Idem, p.486).

Bobbio reflete sobre o tema revelando o modo como esses direitos podem ser manifestos, estabelecendo uma discussão sobre as liberdades e a igualdade. Acerca das liberdades, Bobbio reflete que o direito à liberdade possui pelo menos três acepções oriundas da Declaração de 1948. A primeira delas seria uma liberdade negativa, que diz respeito aos direitos pessoais e aos tradicionais direitos de liberdade, presentes nas declarações anteriores, que nada mais eram do que o não impedimento de se fazer algo; a segunda seria a liberdade política ressaltando o direito de participação presente nos processos eleitorais, o voto secreto e o direito de ser representado por seus líderes políticos, participando de algum modo do governo de seu próprio país; o direito da liberdade positiva refere-se a aos direitos à segurança social, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais (Idem, p. 489). Tais direitos são fundamentais para que o indivíduo não apenas seja reconhecido em sua dignidade, mas considerados essenciais para o desenvolvimento de sua personalidade.

Ao referir-se ao tema da igualdade entre os indivíduos, o filósofo político discorre que a igualdade presente em tal declaração versa sobre a existência de um consenso mínimo de direitos entre as pessoas, acentuando que a liberdade jamais pode ser dissociada da igualdade.

Outra novidade refletida por Bobbio é a de que os direitos naturais proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos constituem-se em uma lista de direitos que não dizem respeito apenas à vigilância do Estado, mas a um órgão internacional, a ONU que, dentre suas atribuições, tem competência para defender o indivíduo até mesmo diante da má ação do Estado (Idem, p.490).

Celso Lafer na obra *A reconstrução dos Direitos Humanos*, matiza a questão dos Direitos Humanos e, a partir de uma leitura de Hannah Arendt, afirma que tais direitos não são inatos, mas uma construção histórica. Assim ele afirma:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. É a prática do reconhecimento da própria liberdade e do respeito a liberdade de outrem. (LAFER, 1988, p.22).

A partir de 1948, graças a uma série de reflexões suscitadas com a Declaração dos Direitos Humanos desse mesmo ano, surgiram sugestões para se categorizar tais direitos por meio de “gerações” (TOSI, 2005, p. 22). Assim, eles são divididos da seguinte forma:

Direitos de primeira geração: São os direitos civis e políticos. Dentre eles, elencamos: os direitos à vida, à propriedade, à liberdade, à igualdade perante a lei, os direitos a um julgamento justo, igualdade de gêneros, direito à liberdade religiosa e livre expressão do pensamento, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa e informação, liberdade política, liberdade de formar partidos e organizações sindicais. São direitos que são considerados como os verdadeiros direitos humanos pela tradição liberal pelo fato de serem de aplicação imediata, podendo ser exigidos e defendidos diante de um tribunal.

Direitos de segunda geração: são direitos que incluem os direitos econômicos, sociais e culturais. Dentre eles, podendo ser destacados: os direitos a um trabalho e a segurança laboral, salário justo, formação de sindicatos, lazer, descanso remunerado, proteção especial para a maternidade e a infância, e educação básica gratuita e de qualidade.

Direitos de terceira geração: são direitos a uma nova ordem internacional. O fundamento desses direitos diz respeito a uma ordem social e internacional em que os direitos da Declaração Universal possam ser realizados em sua plenitude. Podemos exemplificar por meio do direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à proteção do patrimônio da humanidade. O problema de tais direitos consiste, na verdade, no fato de que tais direitos se baseiam na ideia de uma solidariedade entre os povos.

Direitos da quarta geração: são direitos marcados ainda por certa polêmica. Podemos dizer que tais direitos são os que dizem respeito ao que podemos deixar como legado para as gerações futuras. São direitos que dizem respeito à manutenção do espaço de onde vivemos com preocupações ecológicas e também ambientais.

Os direitos são, portanto, mais do que uma questão jurídica, uma declaração que se caracteriza por enunciar uma série de valores. Assim, eles possuem também uma dimensão

ética, política, econômica, social e histórico-cultural. Contudo, convém ressaltar que tais direitos só alcançam seu real significado quando são capazes de criar conexão entre as várias dimensões e gerações mencionadas acima. Não há uma hierarquização dos Direitos na Declaração dos Direitos Humanos, pois eles se constituem como uma realidade universal, interdependente e inter-relacionada (TRINDADE, 1998, p. 158).

Assim, quando discorremos sobre Dom José Maria Pires e sua ação em defesa de tais direitos, podemos elencar uma série de violações aos direitos humanos contemplados a partir dessa discussão.

A Igreja Católica, por meio de sua hierarquia, se dividia mais uma vez quanto ao modo de interpretar tais violações. A CNBB, que, na época possuía a membros com um perfil progressista, analisava tais ações como um abuso e não apenas a violação de direitos políticos, mas também humanos. Ainda no ano de 1964, alguns movimentos e líderes da hierarquia eclesiástica mostravam seu descontentamento com relação às atrocidades cometidas por tal regime, por meio de denúncias públicas e a proteção de perseguidos políticos (DELGADO In: PASSOS (org.), 2003, p. 116). No mês de maio, no Rio de Janeiro, alguns bispos metropolitanos, reunidos com alguns outros bispos secretários da CNBB, fizeram uma primeira avaliação do regime militar, a partir da realidade de cada estado brasileiro.

Inicialmente se colocou mais marcadamente a questão dos direitos humanos violados pela arbitrariedade e violência do aparato repressor. Mas logo em seguida houve uma tomada de consciência da injustiça social embutidas nos programas de desenvolvimento econômico. Esta segunda questão assumiu especial importância pelo fato de a cooperação entre Igreja Estado no campo econômico e social ter sido uma característica marcante das relações entre e Igreja e Estado ao longo dos últimos anos. Se a questão dos direitos humanos sensibilizava, sobretudo os bispos mais intelectualizados e dotados de uma visão nacional e internacional mais ampla, a questão da justiça social tocava de muito perto a maioria dos membros do episcopado que na sua atividade pastoral de cada dia testemunhavam e escutavam os “clamores do povo” (BARROS, 2003, p. 171).

Ela, a instituição eclesiástica, graças a sua diversidade, era acusada de defender “comunistas” e, por tal motivo, era perseguida em diversas localidades do país. O historiador Raimundo Caramuru Barros afirma que houve abusos de diversos modos, por parte dos militares com relação a essa instituição:

Conflitos, confirmando a expectativa, os houve; foram inúmeros; de todos os feitos e capazes de satisfazer todos os gostos, chegando quase a esgotar a

pauta das alternativas possíveis. Abrangeram praticamente todas as regiões do País e envolveram leigos, clérigos e bispos: manobras de intimidação. Censura ao acesso aos meios de comunicação social; acidentes de todo o gênero; intensas campanhas de difamação sem conceder às vítimas a mínima chance de defesa; invasão de instituições ligadas a Igreja, de residências paroquiais e mesmo episcopais; tentativas de cooptação pela oferta de honrarias e condecorações, que foram coerentemente recusadas; interpretações malévolas das dimensões do Evangelho; prisões e torturas; processos esdrúxulos, que se arrastaram por meses e as vezes anos; deportações sumárias de estrangeiros, que trabalhavam nos quadros da Igreja; e finalmente sequestros, execuções e assassinatos (BARROS, 2003, p. 173).

Dom José Maria Pires revela que, desde muito cedo, não mais apoiou a ação dos militares. O início do governo de Castelo Branco e a legitimação da violência por meio de Atos Institucionais e a criação de órgãos com essa finalidade no governo dos militares inquietavam Dom José e provocavam uma postura de defesa dos direitos básicos do indivíduo. Envolvido com o clero de sua pequena diocese e já com o trabalho que desenvolvia junto a essas pequenas cidades mineiras, o bispo negro se colocava como crítico ao novo regime de governo.

Dom José Maria Pires, que inicialmente apoiou o “golpe” e vibrou com a notícia de que essa elite militar havia chegado ao poder, discordou desde cedo da ação dos militares e foi inevitável seu confronto com autoridades militares, sobretudo em defesa de perseguidos políticos, ainda em Araçuaí. Ele nos revelou que, diversas vezes, teve de defender padres do clero dessa diocese acerca de questões tidas como subversivas no começo do regime totalitário.

Eu já era bispo e tive de sair de Araçuaí e vir até Belo Horizonte, quinhentos e tantos quilômetros num jipe para puder interpelar aqui em Belo Horizonte o general que era comandante da guarnição federal. Por quê? Ameaçaram prender um padre. Eu vou dizer pra ele: Olha o Senhor é militar, sabe que se um subordinado seu cumpre uma ordem sua, sabe que não deve acertar conta com ele, mas com o Senhor que mandou. Ele disse: Perfeito! Eu disse: Na Igreja é a mesma coisa. Se um padre toma uma atitude na paróquia ao invés de prender aquele padre o Senhor tem que saber por que ele tomou aquela atitude, pois aquilo era orientação do bispo e se era orientação do bispo ele fosse prender o bispo e não o padre. [disse o general:]Lá vem o Sr criar problema pra mim. Eu tô chegando lá de Uberaba pra ver se acalmava o bispo de lá que era Dom Alexandre Gonçalves do Amaral por que ele estava furioso por que nós prendemos dois padres na diocese dele.Eles fizeram aqui a mesma coisa e prenderam um padre lá em Araçuaí e eu realmente não posso concordar com isso, eu vim aqui pra protestar e dizer que não t'á certo e que não pode. Ele disse: mas é que os padres estão seguindo o comunismo. Eu disse: mas general, o comunismo? Nós da Igreja? O comunismo é ateu.

Nós da Igreja, estamos apoiando o comunismo ateu? Ele disse: eu só vou mostrar pr'o Senhor. Ele foi lá dentro e trouxe uns livros que era do MEB. Eu disse: não. Que é que tem de comunismo aqui? Ele disse: olha aí... Olha o começo dessa página: o camponês é um sofredor. Eu disse que é que tem de comunismo? Mas, general camponês é um homem do campo. Ele disse: nós não usamos essa linguagem, os comunistas que usam. Nós usamos trabalhador rural, o empregado. Eu disse se for por aí realmente a gente não vai se entender. bem mas aí ele me deu uma carta declarando que qualquer coisa que acontecesse com padres na diocese de Araçuaí, eles deveriam procurar o bispo. Saí com aquela carta. Logo depois chama um dos padres. Aí eu disse: Pode ouvir o padre aqui na minha casa, na minha frente ou na frente do vigário geral. Como eu tive que viajar, o vigário geral ficou responsável por isso. Então, realmente, foram ouvir o padre que eles achavam que era subversivo na minha casa e na frente do vigário geral. Isso fez com que a gente começasse a perder toda fé no golpe de 64. E daí então, p'ra frente à coisa foi piorando.⁶⁷

O bispo percebia que o discurso que havia escutado no dia 15 de abril de 1964, por ocasião da posse do Presidente Castelo Branco, não traria a igualdade social e econômica do país. Para ele, os militares conseguiram afugentar a possibilidade de uma experiência comunista. No entanto, as outras dimensões da vida do país eram progressivamente esquecidas. Thomas Skidmore demonstra um maior compreensão dessa posição, revelando as dificuldades nas quais o país estava entrando, mas que teria, segundo ele, algumas conquistas consideráveis.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era "frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares"; o segundo era "restabelecer a ordem de modo que se pudesse executar reformas legais". O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil (SKIDMORE, 1988, p. 26).

Percebe-se claramente que, graças a dois eventos (o Concílio Vaticano II e o Golpe de 1964), Dom José passou por uma experiência de mudança de mentalidade. As necessidades de implantação dos ideais do Concílio e, ao mesmo tempo, a vigilância com relação à defesa dos Direitos Humanos, fizeram com que o bispo se posicionasse e criticasse o regime dos militares.

O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu, ainda, estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu

⁶⁷ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão. O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Por que eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil. No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que estavam no coração do povo. Então havia mesmo um clima de luta entre os trabalhadores e os proprietários (PIRES In: PASSOS (org.), 2011, p.6).

Dom José Maria Pires sempre possuiu a preocupação da defesa dos pobres e de todo o gênero humano. Em todas as paróquias onde trabalhou, criou nos movimentos religiosos o desejo de mudar a perspectiva de atuação no mundo. Pierre Bourdieu atenta para a necessidade de visitar essas questões sociais como questões fundamentais na esfera religiosa. Segundo esse pensador, se as religiões tomam uma postura dessa ordem, se deve ao fato, que os membros de determinado grupo religioso não se contentam apenas com questões vinculadas à mística e à espiritualidade, mas também às questões do cotidiano. De algum modo, elas contam com elementos que justifiquem sua ação nas outras dimensões do indivíduo (BOURDIEU, 2009, p. 70).

Capítulo II: Ação Pastoral e política na Paraíba (1966 a 1975)

2.1. “É Santa a Terra em que piso”: a chegada à Arquidiocese da Paraíba

Em 26 de março de 1966, Dom José Maria Pires chega à Paraíba. É importante ressaltar que, somente depois de um ano de nomeação para essa diocese, é que, de fato Dom Pelé chegou à capital paraibana. Segundo o próprio arcebispo, sua chegada à Arquidiocese da Paraíba demorou esse período por conta de algumas pendências que o líder religioso teria de resolver na Diocese de Araçuaí.

[Minha chegada foi:] por um lado uma apoteose. Por outro uma decepção. Uma apoteose porque eu venho logo depois do Vaticano II. O Vaticano II quando terminou, eu já estava transferido para a Paraíba. Só não permiti que a transferência fosse publicada porque eu ainda tinha várias coisas para resolver em Araçuaí. Eu tinha que criar uma paróquia, tinha que instalar outra paróquia, tinha que tomar decisões sobre o seminário... Se saísse já publicada a notícia eu já não era mais o bispo de Araçuaí, então não poderia tomar aquelas decisões. Então, eu pedi e a Santa Sé concordou que a notícia só fosse publicada depois do concílio, o que aconteceu. E foi apoteótica minha chegada lá.⁶⁸

Com relação a sua chegada, Dom Pelé narra que houve um clima de profunda expectativa, e ao mesmo tempo, de grande decepção. Ele explica que isso realmente ocorreu pelo fato de Dom Helder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, ter feito nessa diocese uma grande propaganda a seu respeito ressaltando suas qualidades, aptidões pastorais e sua “raça”. Além disso, Dom José relatou-nos que, por ser um momento em que o povo experimentava o autoritarismo e violência da ditadura militar, aquela manifestação religiosa se tornava a ocasião para se festejar ou ainda tirar as “tensões” presentes naquele momento.

Sua chegada à Paraíba foi saudada por diversas autoridades religiosas e políticas. Destacam-se, nessa ocasião, os bispos Dom Hélder Pessoa Câmara (arcebispo da Arquidiocese de Recife e Olinda), Dom José Lamartine (bispo auxiliar dessa mesma arquidiocese), Dom João Mota (Arcebispo da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo), Dom Zacarias Rolim (bispo da Diocese de Cajazeiras), Dom Manuel Pereira da Costa (bispo da Diocese de Campina Grande), Dom Expedito de Oliveira (bispo da Diocese de Patos), Dom Augusto de Carvalho (bispo da Diocese de Caruaru), Dom Acácio Rodrigues Alves (bispo da Diocese de Palmares), Dom Gentil Diniz Barreto (bispo da Diocese de Mossoró) e

⁶⁸ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Dom Luis Gonzaga Fernandes (bispo auxiliar de Vitória do Espírito Santo). Além desse grupo de religiosos, havia uma comitiva da cidade de Curvelo e da Diocese de Araçuaí, que o acompanhava.

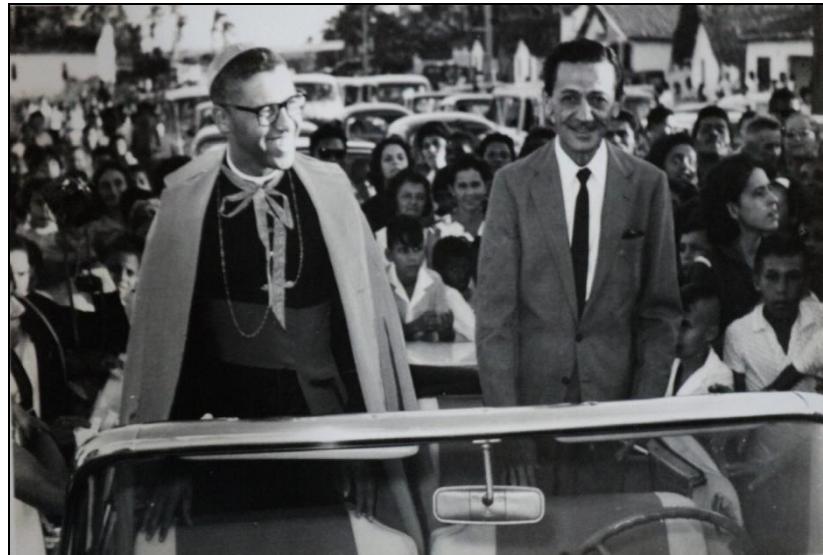
Nessa ocasião, estavam presentes também autoridades políticas como o Governador do Estado, João Agripino Filho, e o prefeito do município de João Pessoa, Domingos Mendonça Neto, além de outras autoridades civis, militares, clérigos da Arquidiocese, de outras dioceses e uma grande multidão.

Na divisa do estado paraibano com o de Pernambuco, havia uma comitiva política aguardando sua chegada com destino à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa⁶⁹. Dom José atravessou toda a Avenida Cruz das Armas num carro aberto ao lado do Governador João Agripino. Assim ele descreve como foi sua chegada:

E foi apoteótica minha chegada lá [em João Pessoa]. Meu antecessor não era velho, mas por causa de problemas de saúde já não tinha mais nem condições de sair de casa. Então o bispo quase não era visto. Em todas as coisas, ele era substituído pelo vigário geral e então chega um bispo relativamente novo para substituir um que não era velho, mas tinha problemas de saúde e já não tinha condições de trabalhar, Dom Mario de Miranda Villas Boas e toda aquela alegria e ao mesmo tempo aquela esperança de que a Igreja vai melhorar, vai ser mais nossa etc, etc. foi uma festa popular. Depois foi já o período da ditadura e então a chegada do bispo foi um motivo de expansão. Todo mundo pode ir pra rua, todo mundo pode gritar, todo mundo pode falar e etc. A decepção foi que Dom Helder tinha anunciado: Gente, olhe, vocês vão receber um bispo negrinho, vocês nunca viram um bispo negrinho. Quando eu cheguei foi aquela decepção: “ah, eu pensava que ele era negro mesmo, mas ele não é não”. Até eu provar que eu era negro (...). A segunda decepção é que se esperava alguém que começasse logo a ter certas atitudes para preservar os direitos da Igreja e a minha atitude desde o começo foi a atitude do diálogo e um diálogo franco⁷⁰.

⁶⁹ A posse de Dom José Maria Pires como arcebispo da Paraíba se deu na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pois no mesmo período a Catedral de Nossa Senhora das Neves passava por reformas em sua estrutura.

⁷⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.



Fotografia 7: Chegada de Dom José Maria Pires a capital paraibana, em 26 de março de 1966.

Nessa foto, desfilam, de modo solene, ele e o governador João Agripino.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Dom José entra na capital paraibana em carro aberto com o governador João Agripino, sendo aclamado por populares que enxergavam naquele evento a possibilidade de melhorias para a vida social e religiosa do estado.

Na foto acima, podemos identificar a chegada de Dom José Maria Pires em João Pessoa tendo a multidão por trás do automóvel onde ele está ao lado do governador. Nessa ocasião, a figura central do evento é o novo arcebispo que se dirigia ao Palácio do Carmo, residência tradicional⁷¹ dos bispos paraibanos. Além disso, ao percebermos a presença de dois personagens tão distintos em uma carreata, nos ocorre mais uma vez, a ideia de poder simbólico de Pierre Bourdieu (2006, p. 60).

Nesse caso, esse poder é exercido não por ter sido conquistado pelo arcebispo em relação direta com o povo e as autoridades paraibanas. Esse poder é reconhecido graças à filiação religiosa que ele possui.

⁷¹ É importante ressaltar que Dom José Maria Pires após alguns anos de residência no Palácio do Bispo, ele se dirige para uma casa bem menor nas proximidades da Igreja e Museu de São Francisco. Assim como o arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, Dom Pelé também abandonava a residência no Palácio Episcopal.

Além disso, Bourdieu⁷² afirma que a religião, nesse caso a Igreja Católica, por meio de seu representante, se torna fundamental para a melhor vivência da experiência política, pois da experiência transcendental nasce certa legitimação hierárquica. Assim, ele afirma:

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica: (I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos as estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimização suprema que é a “naturalização”, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de pensamentos comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica dos símbolos religiosos com vistas a reforçar sua eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia; (II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa de que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2006, p. 70).

A recepção por parte de populares foi fundamental durante sua chegada. Ao sair da Igreja, durante sua posse, Dom José não esteve acompanhado das autoridades políticas, como fez durante sua ida ao Palácio do Carmo, e sim de populares, de alguns religiosos e de uma grande maioria de mulheres que se trajavam de modo simples. A faixa pintada nos umbrais da Igreja do Rosário revela as expectativas das pessoas: “Os fiéis da Paraíba saúdam o seu novo Pastor, luz e guia de suas almas”.

⁷² Para Bourdieu, o líder religioso pertence a um grupo já consolidado e aceito por um bom número de adeptos conta com uma série de vantagens para um desempenho melhor de sua ação religiosa, mas também política. De modo distinto, ele irá tratar do profeta e do herege como alguém que precisa ser continuamente reconhecido pela comunidade e grupos de seguidores para não cair no descrédito. Podemos dizer que ambos, tanto líderes religiosos quanto *profetas*, possuem esse poder simbólico. Contudo, temos na figura de Dom José, sobretudo nos primeiros anos de sua chegada o típico perfil de um líder religioso que responde as expectativas da instituição a que pertence e, posteriormente, um líder religioso que possui um perfil mais profético a partir de seus posicionamentos e ações.



Fotografia 8: Dom José Maria Pires saindo da Igreja do Rosário no bairro de Jaguaribe
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Segundo o próprio Dom José, seu ministério episcopal era visto como o início de uma nova ação da Igreja⁷³, onde ela seria mais popular e atenta às questões sociais, implantando as resoluções do Concílio Vaticano II. Além disso, sua chegada propiciava ao povo a possibilidade de ir as ruas da cidade embora existindo práticas autoritárias por parte dos militares, nesse período. A presença de dois projetos tão distintos traria algumas dificuldades à atuação do arcebispo paraibano, mas aos poucos, e com parcerias significativas, ele conseguiria bom êxito.

A percepção do povo da Paraíba e, sobretudo, da grande João Pessoa, com relação a Dom José Maria Pires, pode ser inferida pela crônica “Nosso Arcebispo”, de 29 de junho de 1966, no Jornal *O Norte*, feita pelo jornalista Rui Macedo.

A crônica, gênero literário, visto há pelo menos dois séculos, como um gênero literário simples que não pretende ser científico, mas marcado pela leveza, sem a pretensão de ser perene, visto quase como que puro entretenimento, não é, entretanto, um gênero literário menor, mas sim um gênero difícil que exige a cumplicidade dos leitores, que compartilham com o autor os mesmos temas e opiniões.

⁷³ É importante ressaltar que no período pós-conciliar muitos padres abandonaram o ministério sacerdotal por não conseguirem se adaptar as mudanças significativas trazidas para o seio da Igreja Católica.

É sem dúvida, o começo de uma nova redenção deste velho mundo conturbado e sedento de justiça e paz.

Porque, justamente o Cristo no começo de sua aparição ao mundo, cuidou com especial destaque, dos deveres sociais do homem e só depois, da vida espiritual propriamente dita. Como que fazendo compreensiva a necessidade da espiritual na vida social, ou seja, a finalidades desta como preparação daquela. Isto é, como justificando e afirmindo a possibilidade de se harmonizarem ambas sem prejuízo de uma.

E este, é ainda o que me parece. O empenho principal do Vaticano II, como representante autêntico do cristianismo.

Este é, como se deprende o sentido do novo Vaticano que é a Igreja evoluindo no possível na orientação sobre os deveres sociais do homem, sem perda daquela harmonia eficaz e necessária. Devemos portanto, nos congratular com isto.

É motivo de satisfação geral, que não deve ser só de católicos, mas, de todos nós paraibanos, porque, este acontecimento feliz, não distingue beneficiários, veio para proveito comum.

Cumpre-nos atentar para esta oportunidade que nos é oferecida de uma boa liderança e sabermos dela nos aproveitar. Isto vale dizer, devemos observar a seguir o itinerário traçado pelo nosso grande líder, não só nos deveres sociais atualmente de difícil compreensão em face da confusão, do estado de cousas a que chegou uma sociedade confusa, na complexidade dos seus problemas (O NORTE, 29 jun.1966).

Em seu discurso de posse, com o título “É Santa a terra em que piso”, Dom José ressalta que incorreu numa grave “gafe”. Com o intuito de propagar e reforçar o culto à Virgem Maria, chamou-a de *Primeira Dama do Estado*, sem mencionar seu nome, o que ocasionou, por conta da ambiguidade da expressão, um constrangimento ao governador e, sobretudo, à sua esposa, a Sr^a Maria de Lourdes Maia Mariz. Assim, Dom Pelé nos revelou:

Quando chegou minha vez, eu comecei assim: “Eu queria começar saudando a Primeira Dama da Paraíba”, aí João Agripino puxou Dona Lourdes perto dele né (?) e eu fui falando: “A Primeira Dama, aquela a quem a Paraíba deve tanto, aquela que está presente desde o começo da Paraíba”, e eu fui falando, fui falando aí eu disse: “Nossa Senhora das Neves”. Aí foi aquela gargalhada. O pessoal pensava que eu ia falar Dona Lourdes. Aí, eu vi que ela ficou assim muito constrangida. Então, no dia seguinte quando eu fui visitar o governador, eu dei pra ela um tercinho que foi dado pelo Beato [Papa] João XXIII⁷⁴. Então eu disse: “isso aqui é uma lembrança do papa atual. Foi lá num encontro com ele e ele me deu esse tercinho, então achei que ficaria muito bem nas mãos da senhora, etc.⁷⁵

⁷⁴ Na verdade, Dom José comete um equívoco quanto ao papa da época. Quando ele chegou à Paraíba o papa era Paulo VI, contudo a doação do terço a Dom José foi realizada pelo pontífice anterior.

⁷⁵ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Não houve rixas, nem conflitos por conta dessa situação. Muito pelo contrário, desde o início de seu ministério episcopal à frente da Arquidiocese da Paraíba, Dom José possuiu ótimas relações com o Governador João Agripino. No discurso que Dom José preparou para essa ocasião, ele ressalta que já estava informado sobre a atuação política do governador e já falava da necessidade de se estabelecer parcerias em vista do bem do povo da Paraíba.

Exmo Sr. Governador do Estado: já tenho ouvido, por onde passo, que nesses primeiros meses de governo, V Ex^a tem procurado demonstrar ser um homem identificado com os anseios, com as necessidades do povo de quem Deus lhe constituiu ministro para o bem temporal. Acredito que V Ex^a, nestas manifestações populares, mais um atestado, uma demonstração desse desejo que já manifestou, por várias vezes, de uma íntima colaboração com a Igreja, nessa campanha do desenvolvimento. Sem dúvida essa é a missão direta de V. Ex^a, sem dúvida, somente como atividade supletiva. Nós, bispos e padres, devemos nos dedicar ao desenvolvimento material, mas sem essa atividade supletiva, não haverá condições para que se realize nossa missão sobrenatural, porque não podemos dissecar o homem, não podemos matá-lo, separando a alma do corpo. E assim devemos unir as nossas forças, e V Ex^a sabe que poderá contar com a boa vontade, com a colaboração dos homens da Igreja, em tudo o que diga respeito ao bem, à promoção do povo da Paraíba e de todo o Nordeste (PIRES In: RIBEIRO (org.), 2005, p. 13).

Durante os primeiros dias de sua presença na Paraíba, foi-lhe oferecido um almoço especial com a presença de diversas autoridades religiosas e civis. O próprio arcebispo relata que o Governador João Agripino, nessa mesma ocasião, havia declarado: “Olha, o Arcebispo, aquilo que ele precisar para Igreja, que achar bom, ele não pede ao governador não, ele manda no governo”⁷⁶. Percebida-se claramente que Dom José iria ter uma boa relação com o governador João Agripino, tornando-se posteriormente uma espécie de consultor ou diplomata para resoluções de problemas políticos.

A chegada de Dom José à Paraíba coincidiu com a semana em que se os militares celebravam o Golpe e ele tinha clareza da grande responsabilidade que possuía como líder religioso da capital paraibana naquele momento:

Sou convidado para celebrar a missa. A catedral estava em reforma. Minha posse foi na Igreja do Rosário e a Missa dos Militares foi na Igreja de São Francisco. E olha, São Francisco estava assim de militares. E eu, estava no momento da comemoração do golpe, e eu então falo o que eu acho que a revolução já fez de bom pra nós. Então a calma hoje dos estudantes, já estão podendo estudar, etc, etc... O que a revolução poderia ter feito e não fez? Aí

⁷⁶ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

então eu mostrei que não era coisa da Revolução fazer o que estavam fazendo. Por exemplo: prender estudantes, fazer isso e aquilo, não. Vocês tinham que ter um diálogo com os pais para que os pais corrijam seus filhos em casa, para que os professores nas escolas, etc...[fizessem o mesmo], mas vocês prenderam estudantes, etc, etc. terminou a missa o capelão militar que era um capuchinho ele do meu lado disse: os generais estão indignados com o senhor por que o senhor apontou falhas na revolução o que não é permitido. Vou pra casa e pego a homilia, que no começo eu deixava tudo escrito, e peço uma audiência com o General Euler Bentes e chego lá e digo: olha general, ontem ontem houve a missa aqui dos militares e que eles estavam presentes, eu fiz essa homilia, soube que os militares ficaram contrariados, eu quero ler aqui com o senhor para ver se tem alguma coisa errada. Ele bateu no meu ombro e disse: não, eu já ouvi falar. Eu não estava aí não, quando eu cheguei eu vi a repercussão, mas nós vamos nos dar muito bem. Aí ele me convidou para conhecêr as instalações lá do agrupamento de engenharia, tomamos um café, fizemos um lanche e realmente o relacionamento durante o período do general Euler Bentes o relacionamento foi realmente muito bom. Mas ficou aquela marca. Resultado daquilo, eu recebo poucos dias depois um telegrama de Stanley Fortes, coronel Stanley Fortes, me desconvocando para participar juntamente com o general Juarez Távora, da inauguração de uma obra do exército. Por quê? Tendo em vista as suas atitudes anti-revolucionárias. Esse telegrama eu tenho guardado [risos de dom Jose]. E t'á bom, já tivemos logo um primeiro atrito.⁷⁷

Se a relação de Dom José Maria Pires com o governo local seria das melhores, isso não se reproduziria do mesmo modo na esfera do governo federal. Na verdade, os líderes políticos e religiosos se colocavam em, ao menos, duas posições políticas com relação ao Golpe de 1964: ou apoiam os militares, ou firmavam sua resistência a esse grupo. Conforme visto no capítulo anterior, Dom José mostrou-se favorável ao *Golpe* até a reunião do mês de maio de 1964. Assim, desde os primeiros meses de sua chegada à Paraíba, criou-se um clima de certa tensão entre o poder do arcebispo e o dos militares.

Dom José Maria Pires, ao chegar ao estado paraibano, encontrou um clero ordenado em grande parte pelo Arcebispo Dom Moisés Sizenando Coelho, que esteve a frente da Arquidiocese da Paraíba de 1935 a 1959. O arcebispo posterior a Dom Moisés, Dom Mário de Miranda Villas Boas, havia ordenado apenas um sacerdote. Assim, a maioria do clero, seguia um perfil instruído pelo arcebispo Dom Moisés, conservador e seguidor do modelo de uma Igreja apegada a orientações tridentinas. Dom Pelé sentiu algumas dificuldades no relacionamento com os padres dessa diocese, de modo especial com o Mons. Eurivaldo

⁷⁷ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Caldas Tavares⁷⁸ que, segundo o próprio arcebispo, repetidas vezes lançava críticas contra ele por meio de seus sermões nos momentos de culto. O arcebispo percebia que esse padre possuía um perfil reacionário e era alinhado ao poder político vigente.

O Padre Gabriel Giacomelli ressalta, em sua dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, que os padres dessa arquidiocese, em sua maioria, não nutriam grandes afetos por Dom José, pois este tentava implementar mudanças no ambiente eclesial à luz das resoluções conciliares e aqueles marcavam forte oposição a essas iniciativas. Assim, Gabriel Giacomelli afirma:

Dom José Maria Pires, se apresentou à Arquidiocese da Paraíba com muita garra, propondo iniciativas novas, apontando ideias e projetos, bem animado para pôr em prática o novo rumo conciliar. Tinha ideias, tinha entusiasmo, mas em breve percebeu que não podia conseguir tudo isso sem ter ao redor pessoas que acreditasse na mesma concepção de Igreja, pessoas que ‘falassem a mesma língua’. Assim, como precisava de um consenso mais geral e, em particular, precisava do apoio dos padres, com os quais não se deu bem. (GIACOMELLI, 2001, p.109).

Em certa ocasião, o capelão militar deixou o ministério e como consequência, também as atribuições militares. O governador João Agripino recebeu a notícia da vacância dessa função religiosa e militar⁷⁹ e solicitou ao arcebispo nomes para o preenchimento do cargo. Dom José sugeriu dois nomes de clérigos: Pe. Eurivaldo Caldas Tavares e Pe. Juarez Benício Xavier, enfatizando a idoneidade de ambos para o exercício dessa função. No entanto, o próprio governador aconselhou a Dom José que seria melhor um padre que já tivesse relações políticas no estado e um perfil mais conservador. Deste modo, o nome de Pe. Eurivaldo prevaleceu e ele assumiu essa mesma função.

Havia um grupo de padres na arquidiocese que, desde cedo, apoiou as iniciativas do arcebispo. Esse grupo era composto por clérigos que possuíam boa formação filosófica e teológica e que, na maioria dos casos, haviam estudado na Europa. Era o caso dos padres: Everaldo Peixoto, Juarez Benício Xavier e o José Loureiro Lopes.

⁷⁸O Mons Eurivaldo Caldas Tavares nasceu em 29 de outubro de 1921, foi ordenado padre em 04 de março de 1944 e exerceu na arquidiocese diversas atividades religiosas dentre elas as de capelão da Polícia Militar do Estado e da Santa Casa de Misericórdia (SANTOS & VELOSO, 2010, p.100).

⁷⁹Ao ser promovido a capelão militar, o sacerdote não exerce apenas funções religiosas, mas também funções dentre da corporação.

Além desses presbíteros, Dom José pode contar com a presença de alguns agentes de pastoral leigos e freiras oriundos de outros estados brasileiros e até mesmo de outros países.

Sobre sua relação com os líderes de outras dioceses do estado paraibano, Dom José teve a oportunidade de conviver com os bispos Dom Manuel Pereira (bispo da Diocese de Campina Grande), Dom Expedito Eduardo de Oliveira (bispo da Diocese de Patos) e Dom Zacarias Rolim (bispo da Diocese de Cajazeiras). Os bispos das dioceses localizadas no sertão da Paraíba apresentavam um perfil mais conservador em sua atuação pastoral ou com relação a temas políticos. Já o bispo da capital e da diocese de Campina Grande apresentavam um perfil mais progressista. Entretanto, isso não dificultava a convivência entre os líderes religiosos, mas propiciava ações políticas complementares. Na concepção de Dom José, as dioceses de Patos e Cajazeiras possuíam pontos comuns muito fortes como a concepção religiosa, política e a própria noção eclesiológica. Tanto Dom Expedito Eduardo de Oliveira quanto Dom Zacarias Rolim partilhavam de ideias semelhantes sobre a sociedade e política sem trazer grandes dificuldades para a política local ou nacional. Dom José revela que, embora esse bispos fossem conservadores nada atrapalhava a sua boa relação e convivência com eles. Dom José ressalta que essa concepção conservadora dos bispos do interior foi importante para trazer vantagens mediante algumas decisões significativas na Arquidiocese da Paraíba. A partir dos perfis quase que antagônicos dos bispos sertanejos com relação à postura mais progressista dos bispos das cidades maiores, Dom José soube tirar proveito disso e nos relatou:

Pelo fato dos dois serem pessoas voltadas só para questões religiosas, coisas de Igreja, eles tinham liberdade, carta branca, para resolver os problemas com os militares. Então vinha um padre da França para minha diocese, se eu peço para esse padre entrar no Brasil, o processo fica lá, não sai, não sai por que foi o arcebispo da Paraíba que pediu. Se dom Zacarias pedir, vem logo. Então nós fizemos o seguinte, essas questões com os militares, a gente deixava com dom Zacarias e ele com aquele jeitão bom dele, ele resolvia tudo. O padre vinha lá da Bélgica, passava uns três meses com dom Zacarias e depois vinha pra João Pessoa ou Campina Grande para fazer o trabalho dele.⁸⁰

Em tal ação de Dom José, vemos claramente o que Michel de Certeau chamava de *estratégia*, ou seja, ele fazia daquela situação de credibilidade dos bispos do sertão uma

⁸⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

ocasião para tirar proveito para o território da arquidiocese. A *estratégia*, termo utilizado por Certeau, será utilizada por Dom José nessas situações. Compreendemos e partilhamos da opinião e acepção do termo desse historiador francês, que assim enuncia:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo a ser próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc). Como na administração das empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política e militar. (CERTEAU, 2009, p. 93).

A *estratégia* é regida, de algum modo, pela previsibilidade. Dom José soube com maestria usufruir dessa ação marcada pela astúcia e esperteza. Percebe-se, além disso, na fala do bispo, que ele não era uma unanimidade para assuntos que envolvessem questões políticas, tanto que a rejeição de pedidos envolvendo a vinda de presbíteros e religiosos de outros países para essa arquidiocese era algo comum. Assim, para exercer o poder simbólico nessa ocasião, ele não era apenas alguém que concordava com as ideias do catolicismo, mas alguém que deveria conquistar a confiabilidade das autoridades militares para tais assuntos. Pierre Bourdieu afirma que tais líderes religiosos, que agem dessa forma, são vistos como *hereges* ou *profetas*, pois o poder que tais religiosos exercem, deve ser comprovado e conquistado por meio de atos quase que miraculosos e uma boa performance. Geralmente, tais figuras se apresentam em períodos de crises e transformações sociais.

O êxito do profeta permanece incompreensível enquanto a explicação estiver presa nos limites do campo religioso. A não ser que se invoque um poder miraculoso, ou seja, uma criação ex-nihilo de capital religioso, como faz Max Weber em algumas de suas formulações da teoria do carisma. Na verdade, assim como o sacerdote alia-se a ordem ordinária, o profeta é o homem das situações de crise quando à ordem estabelecida ameaça romper-se ou quando o futuro inteiro parece incerto. O discurso profético tem maiores chances de surgir nos períodos de crise aberta envolvendo sociedades inteiras; ou então, apenas algumas classes, vale dizer, nos períodos em que as transformações econômicas ou morfológicas determinam, nesta ou naquela parte da sociedade, a dissolução, o enfraquecimento ou a obsolência das tradições ou dos sistemas simbólicos

que forneciam os princípios da visão do mundo e da orientação da vida. (BOURDIEU, 2009, p.74).

Convém lembrar que, embora membro de uma instituição, Dom José terá de conquistar progressivamente a aceitação de seu discurso para além do ambiente religioso e popular. Essa aceitação ou rejeição dele como figura que exerce um *poder simbólico* é o que o enquadra nessa categoria de *profeta*. Dom José embora pertencendo a uma instituição milenar dotada de poder e sistema simbólico terá de conquistar sua credibilidade mediante a comprovação de eventos por ele anunciados. No período de problemáticas políticas, é que surgem homens dispostos a terem sua autoridade questionada, constituindo, assim, um elemento de luta em defesa da ampliação de seu poder.

Além dos bispos do Estado da Paraíba, um bispo que merece destaque é Dom Helder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, que possuía um perfil progressista e boa afinidade com Dom José. No *Jornal Correio da Paraíba*, de 09 de junho de 1966, havia uma nota fazendo menção à vinda do bispo pernambucano a Paraíba para discorrer sobre questões litúrgicas e sobre a *Carta Encíclica Populorum Progressio*. Percebia-se, por meio de iniciativas como essas, que esses bispos possuíam diversos pontos em comum tanto do ponto de vista da ação pastoral quanto do ponto de vista político.

2.2. As denúncias, o mediador e a nova teologia: Dom José Maria Pires e a política

Durante os primeiros anos de Dom José Maria Pires à frente da Arquidiocese da Paraíba, podemos perceber uma forte relação do líder religioso e político com o governo dos militares. Essa relação não é marcada pela parceria, mas sobretudo, pela experiência de crítica e busca de soluções diante dos diversos impasses criados por aqueles que governavam o país.

Em 1966, a grande problemática no campo político dizia respeito à sucessão do Presidente da República, Humberto Castelo Branco. Os militares estavam divididos com relação a quem deveria suceder esse presidente. Em março de 1967, o referido presidente, estabelece uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa. Tais iniciativas só reforçavam o poder dos militares, propiciando ações repressoras contra manifestantes de esquerda em todo o país.

Como reação à oposição no Congresso, aos manifestantes e aos grupos armados de esquerda, os militares reagem com uma política marcada pela existência de Atos Institucionais, leis, emendas e reformulações na própria Constituição Federal.

O governo dos militares iniciou a política de implantação de *Atos Institucionais* ao longo de seu exercício do poder. Tais *Atos Institucionais* eram uma clara violência a democracia e seu exercício. O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 foi promulgado pelo Comando Militar do país e estabelecia a suspensão de direitos políticos, as primeiras cassações de mandatos e a transferência de militares de um lugar a outro do país configurando certa estratégia política. Com esse *Ato Institucional*, iniciava-se a *Operação Limpeza*, que tinha por finalidade coibir a ação de grupos de esquerda e políticos contrários ao *Golpe*.

Após a derrota nas urnas durante o pleito eleitoral de 1965, os militares lançaram o *Ato Institucional n° 2* cassando mandatos e direitos políticos de candidatos em vários estados do país. Esse Ato foi responsável pelo fim dos partidos políticos, e pela possibilidade de por um fim ao Congresso quando o presidente bem entendesse.

Art 15- No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição [grifos nossos], poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único – Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se que o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 16- A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além dos disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I-A cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II-A suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III-A proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

A aplicação, quando necessária a preservação da ordem política social, das seguintes medidas de segurança:

a) Liberdade vigiada;

b) Proibição de frequentar determinados lugares;

c) Domicílio determinado. (ATO INSTITUCIONAL N° 2. IN: FICO, 2004, p.356).

Tal Ato tinha a marca de um governo marcado pelo autoritarismo e pelo abuso de poder. Nesse mesmo período, Presidente do País, Castelo Branco retomava a *Operação Limpeza*. Segundo o historiador Carlos Fico, O Ato Institucional nº 2 era o indício de que o um grupo conhecido como “linha dura” dentro do governo, aos poucos iria consolidar um projeto maior do ponto de vista dos abusos contra os Direitos Humanos.

O Ato Institucional nº 3 também possuía forte caráter repressor, tornando as eleições estaduais também indiretas.

Deste modo, percebe-se que, com a promulgação de *Atos Institucionais*, ficava cada vez mais difícil o exercício da democracia, impossibilitando a existência de denúncias públicas.

Dom José se destaca nesse período por uma vasta produção de cartas e discursos escritos contra o regime militar. Na maioria de tais escritos, Dom José conclama a sociedade a tomar uma posição política contra os abusos, porém sem o confronto físico. Em dezembro de 1966, em discurso como paraninfo geral dos cursos dos conluíentes da Universidade Federal da Paraíba, Dom José refletiu sobre a contribuição que essa instituição poderia dar a sociedade e denunciou o sistema vigente afirmando:

O Concílio Vaticano II condena repetidas vezes o cerceamento da liberdade por parte do poder político. “É desumano que a autoridade política incorra em formas totalitárias ou ditatoriais que lesem os direitos das pessoas ou dos grupos sociais”. O episcopado do mundo inteiro condenou “quaisquer formas políticas, vigentes em algumas regiões, que impedem a liberdade civil e religiosa, multiplicam as vítimas das paixões e crimes políticos e desviam o exercício da autoridade, do bem comum para o proveito de algum partido ou dos próprios governantes”.

Diante da realidade dos fatos, de regimes ditatoriais que proliferaram dentro de nosso século, e em diversas regiões onde ainda se perpetuam, pode a juventude de hoje perguntar que atitude tomar. (PIRES In: RIBEIRO (org.), 2005, p.42).

Desde os primeiros anos de sua presença na Paraíba, Dom José já agia como protetor de lideranças políticas no estado. Sobre isso, escreve Sampaio Geraldo Lopes:

Em nenhum momento Dom José titubeou. Não houve general, exército, telefonemas anônimos, ameaças, perseguições que o fizessem hesitar um momento sequer. Era justamente, aquela firmeza que impedia que os militares fizessem qualquer coisa contra a pessoa do Arcebispo da Paraíba ou com os pobres da região.

A muitos pais de família ou jovens, perseguidos, ajudou para que fugissem, não por covardia, mas diante da repressão militar, do complexo armado no país, que o levariam a tortura, a morte certa (RIBEIRO, 2005, p.09).

Em 9 de fevereiro de 1967, o Presidente da República Castelo Branco promulgara a Lei de Imprensa que trazia uma série de condenações à liberdade de expressão e de imprensa, impossibilitando o trabalho de diversos jornais e veículos de comunicação. Assim, Dom José se posicionou afirmando que o regime político dos militares fez uma série de presos políticos e isso questionava o próprio Dom José. Com a legitimação de tal perseguição por meio de Atos Institucionais, os militares poderiam em nome da segurança do país, perseguir e prender quem eles vissem como ameaças ao regime estabelecido por eles.

Em entrevista ao Jornalista Edson Teixeira, do Jornal *Correio da Paraíba*, Dom José revela as críticas que havia realizado à *Lei de Imprensa* de janeiro de 1967. Para ele, essa lei deveria ser chamada de “Lei do Arrocho”, pois coibia a liberdade de imprensa e de pensamento.

Se você em seu jornal reproduzir um relatório ou qualquer debate ou escrito impresso por ordem da Assembleia Legislativa, por exemplo, não é crime. Mas, infeliz de você se nesse impresso feito por ordem da Assembleia houver injúria, difamação ou calúnia contra alguém. Você, meu caro, pelo fato de ter divulgado a notícia sem expungi-la da arte injuriosa, difamatória ou caluniosa, será responsabilizado como autor da calúnia que inconsideravelmente divulgou. (...) Você será punido com prisão de 2 a 6 meses e multa de cem mil a um milhão de cruzeiros se divulgar anúncio, aviso ou resultado de loteria não autorizado, bem como de jogo proibido (CORREIO DA PARAÍBA, 11 jan. 1967).

Dom José fulgurava em 1968, em algumas manifestações públicas de estudantes e militantes de movimentos sociais, como uma espécie de *mediador* em meio a conflitos procurando evitar abusos e violência por parte dos militares. Em algumas ocasiões, o próprio governador João Agripino solicitava-o como mediador nesses processos.

No dia 02 de abril de 1968, Dom José celebrou a missa em sufrágio da alma do jovem Edson Luís Lima Souto, que havia sido assassinado no dia 28 de março desse ano. Edson Luiz foi assassinado por policiais que reprimiam uma manifestação pacífica em defesa do Restaurante Universitário *Calabouço*, localizado no Rio de Janeiro. Esse estabelecimento estava prestes a ser fechado. Como reação à violência dos militares, os estudantes em todo o país organizavam passeatas fazendo memória deste ato, ao mesmo tempo reivindicando melhores refeições nesse restaurante (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p.133).

A cerimônia estava repleta de estudantes eufóricos por manifestações e que haviam combinado uma manifestação com populares para protestar contra o regime ditatorial. Isso exigia de João Agripino um bom tino diplomático para resolver esse impasse. Dom José foi fundamental nessa situação. Esse fato foi realmente marcante, pois alguns jornais descreveram o mesmo fato e o Professor Cláudio José Lopes Rodrigues fez o seguinte resumo dos fatos:

A passeata inflete pela Duque de Caxias em direção ao Ponto Cem Réis. À altura da Rádio Arapuan, contingentes da PM desembarcam dos caminhões com fuzis com baionetas caladas e bombas de gás. Em marcha forçada, passam a espancar os estudantes que reagem com vaias e pedradas. Manifestantes são presos, alguns dentro de casas comerciais onde procuravam se refugiar. No entrevero, um investigador, confundido como manifestante, é espancado pela própria polícia e ferido na cabeça. Oito estudantes são presos, além de um comerciante e um oficial da reserva do Exército. O comerciante, proprietário da Sorveteria Moderna, foi preso por protestar contra um espancamento que presenciava. José Augusto, oficial da Reserva do Exército, foi preso por chamar os policiais de palhaços. (RODRIGUES, 2000, p. 49).

Dom José comenta que foi chamado pelo governador para atenuar os ânimos dos militantes e evitar um confronto maior. Assim ele nos relatou:

Quando naquele dia, da missa de sétimo dia do estudante Edson Luiz, aquele estudante foi morto lá no restaurante calabouço. Aí os estudantes do país se movimentaram. Em João Pessoa, houve a missa de sétimo dia. Pediram pra eu celebrar, vou celebrar. Estava lá cheio de militares. Então celebrei a missa e falei sobre a coisa e disse olha: Tô vendo que há muitos estudantes aí, vocês estão cheios de cartazes e etc... Eu queria dizer a vocês que não fizessem passeata não, por que o clima não é bom pra isso.. O que poderíamos fazer era missa e fizemos. Já foi celebrada a missa etc..etc..Resultado: terminada a missa queriam sair em passeata, certo(?). Aí então aquela confusão, os militares cercam daqui, cercam dali e prendem os estudantes. Não prendem, propriamente, os estudantes, eles ficaram encurralados, aqui no centro de João Pessoa (nê). Aí eu telefono para o presidente do Tribunal de Justiça dizendo: Nós podíamos ir ver se resolvemos essa coisa. Ele disse: coisa assim da ditadura eu não entro nisso não. Telefonei para o Presidente da Assembleia, ele disse: Ih, Senhor Arcebispo, negócio de militar, depois de militar eu não entro nisso não. Então eu vou sozinho. Aí eu pego meu carro, eu mesmo dirigia. Telefono e João Agripino atendia imediatamente. Aí eu digo: olha o que aconteceu, depois da missa, agora os estudantes coitados, estão todos encurralados lá no centro. Todas as entradas tomadas por militares. É imoral um negócio desses. Então, eu pediria ao Senhor que mandasse a sua polícia se retirasse daqueles locais. João Agripino, com aquele jeito dele, ficava assim parado, depois dizia: Senhor Arcebispo tirar a polícia eu não tiro não porque na hora

que tirar a polícia, o exército toma conta. Na polícia eu mando, no exército eu não mando. Então eu vou fazer o seguinte a polícia fica na rua, mas eu vou dar ordem para que eles se afastem ali daquelas praças, fiquem lá, mas que não sejam vistos. Isso deve tomar tempo, mas não vão ver a polícia não. Mas, ela fica na rua. Então o Senhor está cuidando pra ela ir pra casa. Então tá bom. Eles não podem é com a polícia naquelas entradas. Aí quando eu chego a estudantada vem me encontrar aí eu falo assim: olha vocês não estão vendendo polícia em parte nenhuma, já passou da hora do almoço é hora de vocês irem pra casa, vão todos caladinhos. É hora de todo mundo ir pra casa. Os estudantes saíram como se fossem carneirinhos e os pais que estavam com medo ficaram felizes, pegaram seus filhos e foram embora.⁸¹

No final desse mesmo ano, os militares promulgaram o Ato Institucional N° 5 (AI-5) de 13 de dezembro, declarando que preservariam a liberdade conquistada pela “*Revolução*” e que quaisquer manifestações contrárias a implantação das ações oriundas do *Golpe de 1964* deveriam ser punidas e repudiadas. Os militares se apresentam desde o início de sua gestão como os verdadeiros democratas e as manifestações de grupos de esquerda devem ser afastadas do cenário político do país. Com o AI-5, o Presidente da República passa a ter o direito assegurado por esse mesmo decreto de suspender direitos políticos e cassar mandatos municipais, estaduais e federais. Assim está escrito no Artigo 5⁸² desse mesmo Ato:

A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II- suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III- proibição de atividades ou manifestações sobre o assunto de natureza política;
- IV- aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) Liberdade vigiada;
 - b) Proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) Domicílio determinado (ATO INSTITUCIONAL n° 5. in: FICO 2004, p.384)

O AI- 5 concedia plenos poderes ao Presidente da República com o pretexto de trazer a estabilidade política e social. Como resultado imediato, o AI-5 representou uma intensa campanha de cassação aos mandatos políticos e ainda a legitimação para torturas e repressões.

Além disso, com esse mesmo Ato Institucional, o Presidente decretava o fim do *habeas corpus* para crimes políticos. Nesse caso, violava-se um dos acordos presentes no Tratado de Nuremberg (MAZUOLL & GOMES, 2011, p.88) sobre a validade e o fomento do

⁸¹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

⁸² O AI-5 é uma reiteração do Ato Institucional nº 2. Com esse Ato Institucional, os militares radicalizaram suas ações autoritárias.

habeas corpus. O número de presos políticos graças a esse recurso aumentou gradativamente de 1968 a 1976.

Foi em uma visita ao prisioneiro político Frei Carlos Alberto Libâneo de Christo (Frei Betto) da ordem dominicana, que Dom José conheceu outros presos, dentre eles, Wanderley Caixe, que mais tarde trabalharia com ele em defesa dos Direitos Humanos na Paraíba.

Eu o conheci quando estava preso. Eu fui com outros bispos a convite de um dos nossos companheiros... eu fui fazer visita aos presos políticos. Por quê? Porque havia lá alguns dominicanos presos, dentre eles Frei Betto. Então foi Dom Tomás Balduíno que também era piloto, então nós fomos no avião dele. Nós fomos, quatro bispos, visitar os presos políticos. Quando nós chegamos lá, nós passamos primeiro em Presidente Prudente e pegamos o bispo que era Dom José Gonçalves e tinha sido secretário da CNBB. E disse você vai conosco por que está na sua diocese e você conhece o povo, então fomos e quando chegamos lá, Dom José Gonçalves à frente falou: aqui é visita e autorizara logo. Quando comunicaram ao Frei Betto, ao Frei Fernando e ao [Frei Ivo]... Eram três que nós fomos lá visitá-los eles responderam: a gente não quer a visita de vocês, não. A gente só aceita visita se vocês conseguirem que outros presos políticos que nunca recebem visita possam participar também. Aí, Dom José Gonçalves, a gente não vai perder o tempo não né...a caminhada também. Aí, Dom José Gonçalves disse: a gente quer também os outros presos políticos que sejam uma reunião que todos participem. Se fosse eu não conseguiria, mas como era o bispo de lá e ele era sempre bem aceito, então autorizaram os outros presos políticos a participarem da reunião. Ficamos lá um bom tempo com eles e eles então depois sugeriram o seguinte: que cada um desse ficasse se articulando com um dos bispos. Então coube a mim, o Wanderley Caixe. Se a gente mandar uma carta vocês recebem? A gente tem um sistema aí que permite a gente iludir a vigilância e recebe a carta. Então a gente de vez em quando mandava uma carta. Um dia sou surpreendido com um telegrama dele dizendo: "eu estou em liberdade". Quer dizer, a nossa visita fez também com que apressasse o julgamento daquele pessoal. Tava todo mundo em liberdade.⁸³

Com relação à proteção que ele concedia as vítimas desse regime político autoritário, Dom José no revelou:

A gente fazia o que era possível. Se era preciso esconder a pessoa, a gente já sabia que devia mandar pra tal lugar, mandava muitas vezes p'ro interior, pra casa de um padre. É necessário? Como é que vai pra lá? Entra no meu carro aqui, fica lá atrás, deita lá. Meu carro passava. Não tinha a Manzuá, mas tinha a polícia na estrada... Era o arcebispo, pronto, logo conseguia. Então a gente pode levar pessoas assim.⁸⁴

⁸³ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

⁸⁴ Idem.

Por defender presos políticos e mostrar um perfil mais progressista em seus discursos, Dom José paulatinamente ganhava o título de bispo subversivo que incitava as massas à prática comunista juntamente com o bispo pernambucano Helder Câmara. Sobre essa situação convém ressaltar as críticas do ex-ministro da saúde Raimundo de Moura Brito⁸⁵, em 1967, ao arcebispo paraibano. Tais críticas foram aceitas com muita indignação por parte de populares e de jornalistas da Paraíba. Assim descreve o Jornal *O Norte* do dia 09 de novembro de 1967:

Enquanto isto cresce a onda de indignação e repúdio as declarações do ex-ministro Raimundo de Brito que retornando do nordeste disse no Rio aos jornais que “a subversão está voltando à região nordestina pela mão dos padres e bispos”.

O Sr. Raimundo de Brito é o mesmo de quem Stanislaw Ponte Preta disse o seguinte: “o Sr Raimundo de Brito para administrar era meio fracote, mas para incentivar besteira é excelente.” (*O NORTE*, 09 nov. 1967).

No capítulo anterior, podemos perceber que o pontificado de Paulo VI foi fundamental na resolução de problemas de ordem interna na Igreja, porém convém destacar que tal pontificado trouxe inovações significativas em muitos aspectos e, sobretudo, com relação a pronunciamentos e promulgações de documentos de grande impacto na Doutrina Social da Igreja e em sua relação política com o mundo.

Paulo VI promulgou, em 26 de março de 1967, a Carta Encíclica *Populorum Progressio* (O Desenvolvimento dos Povos). Esta encíclica, na verdade, teve a assessoria de diversos cardeais e teólogos progressistas, além de prováveis sugestões de bispos brasileiros. Ela surge exatamente como um pronunciamento sobre questões relevantes da América Latina que não haviam sido abordadas ao longo do Concílio Vaticano II. Nesta encíclica, o Papa aborda temas como a crescente desigualdade social e econômica dos países do mundo, tecendo duras críticas ao sistema capitalista, considerado um sistema nefasto. Assim o papa afirma:

Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial no progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduzia à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do “imperialismo internacional do dinheiro”. Nunca seria demasiado reprovar tais abusos,

⁸⁵ Raimundo de Moura Brito foi Ministro da Saúde durante o governo do Presidente Castelo Branco.

lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está a serviço do homem (PAULO VI, 1991, p.403).

A proposta de Paulo VI era a de uma nova ordem solidária internacional, onde os países ricos e desenvolvidos mudassem de mentalidade e agissem em favor dos países subdesenvolvidos garantindo-lhes sua independência. Além disso, o Sumo Pontífice intuía que a avareza das pessoas e meio a um sistema econômico marcado pela exploração, era um subdesenvolvimento moral (GUTIERREZ, 1995, p. 66).

Durante o período que antecedeu a publicação da *Carta Encíclica Populorum Progressio*, os jornais da Paraíba destacavam a opinião de Dom José sobre esse texto. O povo da Paraíba esperava um pronunciamento de Dom José sobre a Carta Encíclica por conta dos rumores de que a Carta possuía forte apelo transformador no que diz respeito às questões sociais, e a outra idéia era a de que nela estavam contidos as convicções e opiniões do arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara (O NORTE, 21 mar 1967).

No dia 08 de abril de 1967, o Jornal *O Norte* divulgava:

O Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires concederá entrevista coletiva a imprensa, na próxima segunda-feira, as 16 horas, no Palácio Episcopal.

Na entrevista, Dom José Maria Pires abordará questões relacionadas com a divulgação e interpretação da Encíclica “Populorum Progressio” e a sua significação e influência na condução dos problemas políticos e sociais do mundo moderno. (O NORTE, 08 abr. 1967).

De fato, a Encíclica causaria grande impacto no que se referia à postura política e Doutrina Social da Igreja em amplos setores da sociedade. O ex-deputado Márcio Moreira Alves (1979, p. 201), criticou a afirmação dos militares de que no Brasil, o governo tentava implementar as orientações e resoluções do Papa Paulo VI.

A postura do Arcebispo da Paraíba foi semelhante à do ex-deputado. Dom José comentou essa Encíclica por meio do Jornal *A Imprensa* por meio do artigo “Industrialização sim! Capitalismo não!” afirmou que o sistema capitalista era danoso a democracia no Brasil:

(...) O capitalismo é uma espécie de pecado original que despojou o homem de seus privilégios e feriu profundamente nossa natureza. O capitalismo faz do trabalhador um escravo, e do trabalho uma mercadoria.

Como se redimir desse pecado original? Com que batismo? Pelo das reformas de base. Para alguns povos, tem sido um batismo de sangue o que lava as misérias acumuladas durante séculos de capitalismo, fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos duráveis. (...)

A Encíclica diz tudo isso? Creio que sim. Paulo VI, sem sair do campo dos princípios, afirma coisas explosivas e faz declarações bem “subversivas”. (PIRES In: A IMPRENSA, 04 set. 1967).

Em 04 de setembro de 1967, Dom José Maria Pires afirmara ao Jornal “*A Imprensa*” que ele (Dom José) era avesso a qualquer sistema de tirania, parafraseando o Papa Paulo VI em sua Encíclica “*Populorum Progressio*”⁸⁶, no entanto, afirmava ao término do artigo que a tirania não existia no Brasil. Na verdade, o bispo ainda não queria associar o sistema dos militares à repressão, nessa ocasião. Certamente, no campo diplomático, havia tentativas de conciliação. Na verdade, só se comprehende o posicionamento do arcebispo a partir do texto da *Populorum Progressio*, onde Paulo VI enfatiza que qualquer mudança social ou econômica deveria levar em consideração cautela, precauções e investimentos. Até mesmo a luta ou a guerrilha, para o papa, só é lícita quando não há mais nenhuma alternativa. Assim, Dom José teme muito mais os conflitos físicos marcado pela violência entre grupos de “esquerda” e militares do que uma ação política mais consciente e organizada.

Em 1968, o Papa Paulo VI manifestou publicamente seu desejo de uma conferência latino-americana. Esse projeto se desenvolveu ao longo desse mesmo ano em Medelín, na Colômbia. Essa conferência foi fundamental no processo de implantação das idéias conciliares e superação dos temas vinculados apenas ao centro-europeu cristão presente nas discussões do Vaticano II⁸⁷. O Concílio era amplo, e ao mesmo tempo genérico, em diversos aspectos o que poderia propiciar uma série de interpretações estranhas a própria experiência conciliar. Além dessa universalidade presente no Concílio, se fazia necessário refletir sobre temas específicos da realidade latino-americana, como era, o caso do desenvolvimento, da desigualdade social e dos regimes dos militares existentes na América Latina. Sobre essa tentativa de se implantar as ideias e conclusões do Vaticano II, assim nos revelou Dom Pelé:

⁸⁶ Paulo VI afirma na *Populorum Progressio*: “ Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária - salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país - gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio*. IN: Encíclicas e Documentos Sociais. São Paulo: LTR, 1971, p.405.

⁸⁷ LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Os anos que se seguiram*. In:vv.aa. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005, p.83

O concílio terminou em 1965, Medellín se reuniu em 68. E realmente Medellín foi uma tentativa de aplicar para a América Latina as conclusões principais do Concílio. Então a gente ainda lê Medellín e sente mesmo aquilo, aquele saber do concílio. Você lê Medellín e vê logo a figura de Dom Helder trabalhando naquelas comissões. Você lê Medellín e vê a força de um grupo que era contra Medellín que se reuniu também lá procurando com as publicações mostrar uma visão diferente de Igreja, que era aquela Igreja Pré-Concílio Vaticano II.⁸⁸

A Conferência de Medellín, mais do que o próprio Concílio, se aproximou do *mundo dos pobres* e fez dele um dos principais temas de suas reflexões e resoluções. O Papa Paulo VI, em seu discurso de abertura, fez questão de ressaltar a prioridade que a Igreja e, sobretudo a Igreja da América Latina, havia reservado ao tema do ser humano em suas várias dimensões. Eis o que expressa o texto de Introdução ao Documento de Conclusão dessa Conferência:

A Igreja latino-americana, reunida na II Conferencia Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem desse continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Assim sendo, não se acha desviada, mas voltou-se para o homem, consciente de que para conhecer Deus é necessário conhecer o homem. (PAULO VI In: CELAM, 1998, p.37).

A Igreja, nesse momento, possui ciência da problemática dos governos ditoriais que haviam se instalado na América Latina. Por tal motivo, nesse evento, marcou espaços significativos denunciando a situação na qual o povo dessa parte do continente vivia. O regime ditatorial presente não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina, fazia com que os pronunciamentos dos bispos condenassem a ação dos militares e lhes provocassem uma reflexão sobre a possibilidade de um retorno à democracia. Assim o documento de Conclusão da Conferência afirma:

Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a idéia de que, além de suas funções normais específicas, têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes obter obstáculos. Além disso, as forças armadas têm a possibilidade de educar dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutas para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país. (idem, p. 123).

⁸⁸ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 15 de janeiro de 2011.

Além da crítica às *Forças Armadas*, os bispos falam da relevância da liberdade de expressão e de imprensa, tecendo severas críticas a qualquer “*intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes*” (Idem, p.49).

Dom José, ao longo dessa Conferência, teve uma preocupação com questões internas, principalmente aquelas questões que diziam respeito à liturgia e às normas disciplinares da Igreja. Contudo, convém lembrar que sua reflexão não se resumia a isso, mas também à preocupante realidade dos mais pobres nos países latino-americanos. Em entrevista ao Jornal *O Norte*, ele afirmou:

Essa maneira diferente na pregação e na vida da Igreja começou a desenvolver-se a partir do Concílio Vaticano II e ficou mais clara depois da Conferencia dos Bispos da América Latina realizada na cidade de Medellín na Colômbia, no ano de 1968. Aí foram destacados três pontos de grande importância:

- 1º) o compromisso da Igreja com os pobres;
- 2º) o reconhecimento de que o povo é oprimido e deve buscar os caminhos de sua libertação;
- 3º) a necessidade de promover a organização do povo cristão em pequenas comunidades de fé, de culto e de amor.

Nos meses que se seguiram, estas decisões não foram muito contestadas; ninguém foi muito contra elas: estavam ainda no papel. Mas, quando os cristãos começaram a pôr em prática as orientações recebidas, muita gente ficou pensando que eles estavam exagerando e indo longe demais (PIRES, 1980, p. 210).

Dentre as resoluções da Conferência de Medellín, é conveniente destacar o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tais comunidades nasceram a partir da intuição de uma igreja mais voltada para os pobres e promotora de uma nova ação e reflexão pastoral. Além de refletirem sobre temas religiosos, essas comunidades dedicavam tempo e investimentos para a realização de uma nova prática política e social oriunda de movimentos religiosos predominantemente composto por leigos, mas com a presença de religiosas (freiras), padres e bispos. O documento de Conclusão de Medellín destaca a existência dessas comunidades da seguinte maneira:

A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na “comunidade de base”, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja deve ser orientado a transformação dessa comunidades “famílias de Deus”, começando por tornar-se presente nelas, como fermento por meio um núcleo mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade. (...) Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento. (CELAM, 1998, p.208).

Sobre a decisão de fomentar o nascimento das CEBs na América Latina, convém entendê-la à luz da reflexão do teólogo Leonardo Boff. Para ele, as CEBs surgiram de uma necessidade religiosa e social que refletia uma reação a pouca presença de católicos em seus templos ao passo que as Igrejas protestantes ficavam repletas de adeptos em seus momentos de culto. De modo embrionário, as CEBs surgiam a partir de comunidades pequenas que se reuniam aos domingos para escutarem os líderes religiosos por meio de programas radiofônicos. Para ele, as CEBs romperam rapidamente com essa experiência e avançaram com uma nova mentalidade e posição dentro da Igreja.

As CEB's significam a “construção de uma Igreja viva, mais do que a multiplicação de estruturas materiais”, participação vital e íntima dos membros inseridos numa mesma realidade mais ou menos homogênea, vivendo a essência da mensagem cristã que é universal paternidade de Deus, a fraternidade com todos os homens, o seguimento de Jesus Cristo morto e ressuscitado, a celebração da Ressurreição e da Eucaristia e a construção já iniciada, na história, do reino de Deus, que é de libertação do homem e de todos os homens.

A vida cristã nas CEB's se caracteriza pela ausência de estruturas alienantes, pelas relações diretas, reciprocidade, profunda fraternidade, auxílio mútuo, comunhão de ideais evangélicos e igualdade entre os membros. Está ausente aquilo que caracteriza as sociedades: regulamentos rígidos, hierarquias, relacionamentos prescritos num quadro de distinções de funções e atribuições (BOFF, 2008, p.27).

Para Boff, as CEBs não pretendem ser uma alternativa ao modelo eclesial existente, mas uma renovação da própria Igreja passando da idéia de uma *sociedade perfeita*, como já lembrava o Concílio Vaticano I, para uma experiência de *redes de comunidades*. É evidente que uma experiência como esta ameaçava toda uma tradição marcada pela experiência de uma Igreja ainda fortemente hierarquizada. As CEBs possibilitavam imaginar que a Igreja passaria de uma estrutura rígida e hierarquizante para uma estrutura dialogal e fraterna. É uma concepção eclesiológica dessa natureza soava estranho aos bispos mais conservadores do país. Sobre as CEBs e sua inserção na Arquidiocese da Paraíba, Dom José (In: PASSOS, 2011, p. 76) afirmou:

A comunidade de base [CEBs] procura criar condições para as questões da vida e do trabalho e uma verdadeira evangelização e sintonia com os temas e questões que afetam as pessoas e os grupos. [As CEBs] Tinham o apoio da hierarquia da Igreja.⁸⁹

⁸⁹ Dom José fala que as CEBs tinha o apoio da hierarquia da Igreja, mas não de toda, nem de maior parte.

(....) Tínhamos mais de quatrocentas Comunidades Eclesiais de Base na área da Arquidiocese, tanto na zona rural, quanto na periferia de João Pessoa. Tais comunidades eram integradas por pessoas que queriam viver melhor a sua fé, e, assim, se reuniram e começaram a caminhar independente da presença do padre. Como as comunidades tinham como apoio a vida, logo começavam a surgir os problemas da vida. Desse modo, estabeleceu-se uma relação muito interessante entre a oração e a vida, entre a palavra de Deus e os fatos do cotidiano, os fatos vividos. Aí não existe a Palavra de Deus como uma coisa desencarnada, presa ao passado, mas a Palavra presente, aquela que toca a situação concreta, atual; portanto, as Comunidades Eclesiais de Base têm a função de dar, digamos, a força espiritual para que as pessoas enfrentem a sua caminhada – caminhada do Povo de Deus. Havia/ há uma luta justa do Povo de Deus? Deus está ao lado do povo. Mas a luta é o próprio povo que tem que empreender. Isso ajuda a superar o providencialismo, quer dizer, esperar tudo de Deus, achar que tudo o que acontece “É a vontade de Deus”, por que “O dia em que Deus quiser as coisas mudam.” (PIRES In: PASSOS, 2011, p. 77).

O arcebispo paraibano encorajava as CEBs à formação de uma nova consciência política e da realidade de seu estado. Em algumas ocasiões, em seus discursos, tinha-se a equivocada impressão de que ele incitava as massas e as comunidades ao confronto com grupos de proprietários ou lideranças políticas.

Porém, convém ressaltar que, além de seu compromisso político com essas pessoas, Dom José jamais pretendeu que tal luta envolvesse confronto físico ou a luta armada. Deveria ser uma reivindicação no campo das ideias e pronunciamentos:

Um dia chega um fulano que depois foi deputado, era padre, deixou o ministério e então ele era padre e estava trabalhando aqui no interior da Paraíba, ele me procura e diz: “Dom José nós resolvemos passar para a luta armada por que não pode continuar a situação como está...então a gente vai começar aqui mesmo! Queria saber que ajuda o Senhor pode nos dar?” Aí disse para ele: “Oh padre, quando vocês forem presos aí eu vou na cadeia visitar vocês. Você não tá vendo que é um absurdo vocês quererem uma luta armada? Vocês têm condições pra isso? [o Padre disse:] “ah, mas eu prefiro”. [Dom José então disse:] Tá bom, então não vou discutir com vocês. Vocês é que vão tomar a decisão. É claro que vocês não tem condições de enfrentar a organização militar que está aí. E não realmente esse o caminho não!” Então o fulano viu que da parte da Igreja não podia contar com coisa nenhuma e no final, eles não fizeram a luta armada como eles pensaram.⁹⁰

Dom José Maria Pires, de 1966 a 1969, fez diversas viagens pelo Nordeste e fora do país. Essa atividade era vista positivamente por alguns e como contraditória por outros. O

⁹⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

Mons. Eurivaldo Caldas Tavares, que foi indicado para assumir as funções da Capelania Militar posteriormente, pelo próprio Dom José, alegava, por exemplo, que o arcebispo se mostrava favorável aos pobres, mas vivia viajando de avião. Para esse monsenhor, o arcebispo era profundamente contraditório. Outro grupo de padres e pessoas da sociedade civil compreendia a importância das viagens e palestras de Dom José pelo país. O Senhor Antonio Henrique da Cunha, presidente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes de João Pessoa, por exemplo, revelou ao Jornal *O Norte* que a palavra de Dom José Maria Pires era fundamental em diversas ocasiões, na Paraíba e no país. Foi nessas viagens que ele realizou contatos para obtenção de fundos para projetos sociais da Arquidiocese da Paraíba.

Ao longo desses anos, o arcebispo escreveu um bom número de artigos para revistas, jornais e folhetins de circulação nacional, além de entrevistas enfocando temas relativos às questões sociais e políticas do país⁹¹.

Foi meio desconcertante a interpelação que me foi dirigida a um mês, durante nossos debates sobre a *Populorum Progressio*. Um jovem me perguntava se eu podia citar o nome de algum país que conseguiu sair do subdesenvolvimento sem empregar a violência. Confesso que não fui capaz de citar o nome desse país e ainda não o sou.

(...) O cristão traz dentro de si essa semente de violência. E não se trata de uma atitude provisória. É essencial ao cristianismo: é seu dinamismo próprio, sua dialética. O cristão não pode se acomodar, nem se conformar.

(...) um pouco mais de violência e de agressividade contra as estruturas não seria mau. Talvez desse coragem ao Governo para imprimir a Revolução o sentido de libertação nacional que esperávamos. E ainda esperamos e desejamos de todo o coração (A IMPRENSA, 14 out. 1967).

Pode-se perceber que embora oferecendo duras críticas aos militares, pelo menos oficialmente, Dom José buscava conciliar seus anseios sem necessariamente passar pela dureza do regime. É importante ressaltar que desde esse período Dom José já afirmava que era a favor de um sistema socialista com novos elementos a partir de uma experiência brasileira. Em 1967, Dom José escreveu ao Jornal *a Imprensa* sobre a necessidade de uma revolução social verdadeira.

O arcebispo tinha muita prudência ao usar o termo *marxismo* por exatamente revelar uma profunda contradição com a doutrina cristã católica, no entanto, ele dedica alguns textos

⁹¹ Sobre sua produção intelectual e, sobretudo sobre suas cartas pastorais convém ressaltar o trabalho monográfico de Ricardo Grisi Veloso, “As Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)” ao término do Curso de Especialização em História do Nordeste Contemporâneo da Universidade Federal da Paraíba.

e pronunciamentos à possibilidade dessa nova experiência no país. Em setembro de 1967, ele afirmava:

A pouco e pouco vamos terminar batizando o socialismo. Não no que ele tem de materialista, mas no que apresenta de humano. Não admitimos um socialismo de estado que é mera transposição do capitalismo. O Estado passa a ser o grande patrão e todos os cidadãos seus empregados. Nem um socialismo desumanizante, sem alma e sem Deus. (...) não poderia haver uma forma [de socialismo] brasileira? Diferente da de Cuba e do Leste Europeu? Devemos questionar-nos sobre isto se não o estamos fazendo ainda. É muito pouco condenar o regime de Fidel Castro no que ele trouxe de arbitrariedades e de supressão de direitos individuais. É importante examinar com serenidade se a revolução cubana não está sendo, sob certos aspectos, uma resposta aos anseios de libertação e de desenvolvimento de um povo. Libertação e desenvolvimento impossíveis de serem atingidos dentro da estrutura econômica em que vivia aquele país irmão. Não temo afirmar que, aproveitando a lição e evitando os erros de Cuba, nossos governantes devem utilizar a soma de poderes a eles outorgados pela Revolução para intervir com mais coragem na economia privada. (A IMPRENSA, 14 set. 1967).

As críticas do Ex-Ministro da Saúde Raimundo de Brito, destinadas a Dom José, também era partilhadas por outras autoridades políticas. Esses viam Dom Pelé e parte do clero do nordeste como adeptos e propagadores das ideias comunistas. Sobre isso Dom José responde publicamente por meio do Jornal *A Imprensa* em novembro de 1967:

Ora, dizer que o clero é subversivo e que há bispos comunistas é prova de ignorância do que seja o clero e do que seja o comunismo. E é também uma pilharia de mau gosto. Porque o povo está vendo que o clero toma seu partido, que os bispos defendem os humildes. Afirmar que este clero é subversivo e que estes bispos são comunistas equivale a dizer que a subversão é coisa boa e que o comunismo é o melhor sistema porque está sendo praticado por aqueles que, em qualquer circunstância, estão ao lado dos pobres e oprimidos (A IMPRENSA, 16 nov. 1967).

Em *Carta ao Jovem Edson Ferreira*, intitulada “Por que o clero no Nordeste é subversivo”, o arcebispo paraibano ainda comenta as críticas do ex-ministro e admite que carrega nele e no clero do Nordeste princípios subversivos, afirmando:

(...) “A subversão volta ao nordeste promovida pelo Clero”. Se é isso que o Dr. Raimundo de Brito afirma, eu estou de acordo com a formulação embora discorde da interpretação que ele dá à atuação do Clero. Você sabe, pela história, que o Evangelho sempre subverteu uma pretensa ordem constituída, não a atacando por fora com armas e soldados, mas transformando-a por dentro. (...) O Evangelho é uma mensagem que se caracteriza pela luta. Nossa Senhor disse que não veio trazer a paz, mas a espada. E é muito

característico que os que o apresentaram a Pilatos como o réu de morte, fizeram exatamente a acusação que o Dr Raimundo de Brito fez ao Clero, acusação de subversão. (PIRES, 14 nov.1967).

Da década de 1960 a 1980, grande parte dos bispos e padres foram vinculados ao comunismo com campanhas em jornais de circulação nacional, por conta de sua clara oposição ao regime ditatorial. Eis o que afirma sobre Dom José o leitor Nilton Vieira dos Santos, de Sorocaba, à Revista *Veja*, em de outubro de 1968:

Sr. Diretor: Em Veja (18/09.p52) há uma foto de Dom José Maria Pires em página inteira e a cores . Ele está fazendo o jogo do socialismo, vulgarizando e desmoralizando a Igreja. A foto de Dom Sigaud, líder do catolicismo autêntico, homem que defende os bons princípios, é nove vezes menor e em preto e branco. (VEJA, 27 out. 1968).

Para Dom José, o título de subversivo jamais o incomodou. Para ele, isso era uma espécie de medidor para saber se ele estava próximo ou distante da relação que a Igreja deveria estabelecer com a sociedade e os grupos que a regiam.

Prefiro mil vezes a acusação de “subversivo” à de “ópio do Povo”. Por que quando dizem que nós somos subversivos, pelo menos podemos pensar que a mesma acusação foi feita a Cristo em circunstâncias bem parecidas com as nossas, a saber, quando ele combatia os privilégios dos grandes de seu tempo.⁹²

É equivocado dizer que, somente a partir do AI-5, Dom José toma um partido avesso à ditadura. No entanto, convém lembrar que esse Ato Institucional foi fundamental para a radicalização de alguns setores da Igreja, e no caso de Dom José, fez com que suas posturas políticas ganhassem maior destaque e radicalidade. Dom José fez duras críticas à existência desse Ato Institucional e foi à Revista *Veja* no ano de 1969, criticar o posicionamento dos militares com relação à imprensa secular. Dom José ressaltava a Revista *Veja* de 25 de fevereiro de 1970 que Atos Institucionais como os que foram promulgados ao longo da gestão dos militares era absurdos, pois violavam as liberdades dos indivíduos. Sobre a portaria acerca da censura de programas televisivos, Dom José (in VEJA, 25 fev. 1969) afirmava: “*até a Bíblia a rigor seria censurada pela portaria*”.

Além disso, ele escreveu, em 09 de janeiro de 1979, o artigo *Não há mal que dure para sempre*. Nesse artigo, Dom José apresenta sistematicamente as iniciativas e resoluções

⁹² Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

do AI-5, enfatizando a perseguição feita a diversas pessoas do país e, ainda, ao Jornal *A Imprensa*.

[o AI-5] veio para combater a corrupção, mas, impedindo a liberdade de expressão e censurando os meios de comunicação. (...) Solidária com a pátria, a Igreja nunca ti aceitou conviver pacificamente contigo, nunca te incensou ou te lançou uma gota sequer de água benta. Desde aquela primeira condenação oficial de fevereiro de 1969, quando tinhas apenas dois meses e ela já te comparava ao nazismo e alertava que tua presença levaria a clandestinidade muito jovem idealista..., desde tua entrada em cena te o final de tua infeliz existência, a Igreja não cessou de ti “malhar” mesmo sabendo que isto lhe custaria um alto preço como aconteceu com este jornal, uma das inúmeras vítimas de teu rolo compressor da liberdade.⁹³ (PIRES, 09 jan. 1979, mimeo).

A leitura desse discurso nos inquietava por não ter sido publicado e fazer menção ao Jornal da Arquidiocese e às possíveis perseguições que este veículo de comunicação sofria. Assim, em conversa com o Arcebispo emérito da Paraíba, perguntamos sobre a repercussão do AI-5. Sobre o Jornal *A Imprensa* e ele nos respondeu:

Olha, primeiro o jornal da diocese realmente não foi perseguido por que nós não tínhamos. A *Imprensa* já tinha saído de circulação naquele tempo, né. Não era possível continuar. Era um irmão de uma religiosa [freira] que dirigia a *Imprensa*, mas não havia mais condições materiais. Então não houve propriamente uma perseguição; o jornal é que não teve condições de continuar. Não teve apoio do governo, não tendo verba, não tendo também a propaganda por parte do governo, ele não tinha como se manter. Então não foi propriamente uma ação do governo. Foi indireta, por que a gente não tinha mais os recursos que tinha antes para manter o jornal.⁹⁴

O Jornal *A Imprensa*, de fato, funcionou até o ano de 1968. Nesse período houve fiscalização com relação aos escritos do Jornal *A Imprensa*, mas tudo antecedeu ao AI-5.

Em tempos de democracia, a Igreja costumeiramente se encontrava com os militares ou com autoridades políticas. A partir de 1969, a Igreja sentiu a necessidade de fazer retomar tais encontros com os militares. Embora, vivendo as tensões e problemáticas desse momento, os bispos brasileiros, em 1969, formaram uma aliança com os militares, que ganhou o nome de *Aliança Bipartite*. Essa aliança ganhou esse nome por ser composta de lideranças religiosas e militares, tendo como finalidade apaziguar a violência decorrida do Golpe de 1964 e

⁹³ É conveniente informar que esse texto encontra-se datilografado pelo Arcebispo com data de 09 de janeiro de 1979.

⁹⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

fortalecida com o surgimento do AI-5. Os membros mais frequentes nas reuniões dessa organização eram homens ilustres da hierarquia católica nacional como: Dom Eugênio Sales (arcebispo do Rio de Janeiro), Dom Paulo Evaristo Arns (arcebispo de São Paulo), Dom Lucas Moreira Neves (arcebispo de Salvador), Dom Aluísio Lorscheider (arcebispo de Fortaleza). Os bispos que faziam parte dessa Equipe eram intelectuais que haviam estudado na Europa e possuíam boas relações com a Cúria Romana. Esse perfil fazia com que militares e grande parte da elite brasileira os vissem com certa admiração.

Como representante dos militares, estava o General de Exército Antonio Carlos Muricy que possuía acesso as mais altas patentes do Exército Brasileiro e se revelava como um católico fervoroso. A *Aliança*, segundo o historiador Kenethy Serbin (2001, p.33), era uma organização marcada pela busca da compreensão recíproca. Contudo, as reuniões terminavam quase que sempre em “*trocas de farpas*”, pois cada grupo buscava seu próprio interesse.

Com posturas mais conciliatórias, outras progressistas e ainda outras mais conservadoras, a Igreja Católica se dividia e apresentava múltiplas faces de posicionamentos políticos. O bispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, era ovacionado constantemente por movimentos como a TFP e por políticos conservadores e militares da mesma orientação ideológica. Ele afirmava que “*confissões não se conseguem com bombons*” e concluía que a prática da tortura só era realizada durante os interrogatórios. Além disso, em entrevista, à Revista *Veja*, no dia 19 de novembro de 1969, o bispo Sigaud afirmava: “*quando a força está a serviço do direito, contra o comunismo, é hora de nós, bispos e padres, benzermos as carabinas, os revolveres e as balas*”. Ficava claro que o episcopado brasileiro estava dividido quanto ao governo dos militares e a tortura no país.

Dom José Maria Pires não fazia parte dessa Equipe, mas participou de uma dessas reuniões e demonstrou, desde cedo, qual seu posicionamento sobre a possibilidade de diálogo entre militares e bispos do país.

Olha realmente naquele período era difícil a gente ter um entendimento. Eu participei de uma dessas reuniões. Não porque eu fizesse parte daquela comissão, mas pelo fato de eu estar no Rio para participar de outra comissão que era a do MEB da qual eu fui presidente, então me convidaram e eu fui também. E eu vi que era impossível o diálogo uma vez que o AI-5 não procurava a justiça, saber se o sujeito estava ou não errado... era preso por uma acusação qualquer e por causa de um telefone, a nossa discussão e

discordância era nesse sentido com relação aos Direitos Humanos que não eram observados pelos que eram responsáveis pelo AI-5. Então naquela ocasião realmente não havia condições de diálogo. Dom Paulo Evaristo [Arns, arcebispo de São Paulo] chegou à mesma conclusão. No começo, nós pensávamos que era possível, mas um pouco eu vi que não era possível o diálogo com aqueles que realmente estavam imbuídos de princípios que nós não podemos aceitar.⁹⁵

Dom José Maria Pires era contrário à existência da *Comissão Bipartite*. O bispo da Paraíba, em correspondência ao Pe. Celso José (padre da Diocese de Fortaleza) (SERBIN, 2001, p. 201) reconhecia que a Igreja estava sendo omissa e, ao mesmo tempo, conivente com a situação do país. Denunciava que as torturas aconteciam antes mesmo da instituição do Ato Institucional 5 (AI-5), que a Igreja era cúmplice e que, ao mesmo tempo, ela (a Igreja) desencorajava aqueles que questionavam o novo regime.

Desde o início da década de 1960, surgiu a intuição de se fazer teologia a partir de novos paradigmas. Em 1969, o Padre Gustavo Gutierrez utilizava, provavelmente pela primeira vez, o termo *Teologia da Libertação* (BOFF, 2011, p. 27) em uma Conferência realizada no Peru. O nascimento dessa teologia dava-se a partir das experiências eclesiás, culturais e sociais latino-americanas. Dom José é um dos bispos que atuou tendo como aporte teórico essa teologia, fazendo dele alguém vinculado a esse grupo, compondo uma trajetória repleto de reflexões e do compromisso com uma nova percepção do cristianismo, onde não se cuida apenas de metafísica ou práticas puramente religiosas, mas de um vivo interesse de se engajar na luta pela defesa da vida das pessoas, priorizando as mais pobres.

A *Teologia da Libertação* pode também ser compreendida como um conjunto de textos produzidos por teólogos latino-americanos que levam em consideração a realidade social da América Latina antes de se realizar qualquer afirmação teológica. Ela deve ser compreendida como o resultado de uma trajetória eclesial voltada para as camadas mais populares e excluídas da sociedade, buscando ou indicando os rumos para a mudança social. Esse movimento religioso, na verdade, carrega consigo mais do que a exposição doutrinária ou moral de uma perspectiva ou grupo religioso. Por esse motivo, Michael Lovy (1996, p. 56) sugere o nome de *Cristianismo da Libertação*, acentuando, assim, o caráter pragmático desse movimento.

⁹⁵ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

A *Teologia da Libertação*, como movimento intelectual na experiência católica, possui como fundamentação teórica elementos oriundos do desejo de um retorno às origens do cristianismo e um diálogo com o marxismo. Nos escritos da maioria dos teólogos latino-americanos podemos perceber uma preocupação não só com questões religiosas, mas também sociais e políticas⁹⁶. Por esse motivo, apresentou questionamentos à estrutura hierárquica da Igreja Católica, desde seu surgimento até os pontificados posteriores ao Concílio Vaticano II.

Parte da Igreja Católica desse período radicalizou suas posturas políticas e ideológicas (WANDERLEY, 2002, p.466), surgindo uma Igreja voltada e preocupada com a realidade dos mais pobres. Por conta desse dinamismo, da realidade social, econômica e política do país, podemos intuir que tudo isso servia de substrato para uma reflexão teórica dos conceitos teológicos. Nessa teoria teológica, a ortopráxis⁹⁷ se sobreponha à ortodoxia, fortalecendo movimentos e pastorais sociais. Merece destaque o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, das organizações religiosas com preocupações sociais, do laicato, de entidades de educação popular de “esquerda” e a posterior criação das Comissões e Centros de Direitos Humanos em diversas dioceses do país. Sobre a Teologia da Libertação, Dom José nos falou:

A única teologia que serve para nós é a Teologia da Libertação. Se o povo t’á oprimido ou t’á em dificuldades físicas, morais ou sociais... Então o povo precisa caminhar p’ra libertação. Deus não quer que seu povo fique escravo. Está sendo escravo de muitas coisas, né. Hoje t’á sendo escravo das drogas, do sexo sem amor, né... Então é escravidão. Então a teologia que me serve não é aquela teologia indutiva que eu pegava os princípios e tudo isso vou aplicar, não. Mas a Teologia da Libertação em que eu começo a ver a realidade. Qual é a realidade que está aí? Deus quer a coisa assim? Não quer! Que precisa mudar? Vou logo trabalhar para a libertação disso. Quando eu penso em libertação, aí eu vou ver o que produz essa situação do povo? Então vou ver que existem causas disso. (...) temos que libertar o povo dessa exploração. Então todo esse trabalho da Teologia da Libertação é um negócio muito a partir do Evangelho, muito a partir da Palavra de Deus. Só que para fazer análise da realidade, eles usaram o esquema marxista. Análise da realidade. Então começaram a dizer que a teologia da Libertação era coisa de comunista, coisa do materialismo, etc, etc...mas não, ela simplesmente isso: um esforço de ajudar o povo a sentir que ele deve se unir para ser Filho de Deus. Deus não quer nenhum filho dele escravo. Então você não deve ser escravo nem da fome, nem do subdesenvolvimento, nem da droga. Tem que

⁹⁶ Atualmente, teólogos da Teologia da Libertação como Leonardo Boff e Marcelo Barros escrevem também com uma linguagem marcada também por questões ambientais, ecológicas e até mesmo holísticas.

⁹⁷ Ortopraxia é um conceito bastante utilizado pelo Teólogo brasileiro Clodovis Boff. Para ele, a grande marca da Teologia da Libertação não diz respeito a questões doutrinárias ou dogmáticas, mas ao surgimento de um novo ethos que leve em consideração a realidade de pobreza e opressão da América Latina.

se libertar de tudo. Libertação é isso! Onde é que está havendo opressão? Então, vamos trabalhar com o povo para que ele se liberte.⁹⁸

Dom José ressalta, em entrevista ao Prof. Mauro Passos, que a Teologia da Libertação não só possui esse caráter de transformação social, mas também como uma teologia que necessita do auxílio de outros saberes como a antropologia, a economia, a política e a história. É uma teologia que se coloca, segundo o próprio Dom José, como dialogável. Com relação ao uso do marxismo presente na Teologia da Libertação como aporte teórico, Dom José faz questão de ressaltar que os teólogos medievais consagrados pelo período patrístico e escolástico também fizeram uso de autores considerados “pagãos” pela própria Igreja. Assim ele afirma:

A Igreja precisa, cada vez mais, ampliar seu horizonte, dialogar, ouvir ou melhor saber ouvir. As críticas que se fizeram afirmavam que essa teologia utilizava categorias marxistas. Bem, Santo Agostinho e Santo Tomás buscaram apoio na reflexão filosófica dos gregos para escreverem seus tratados teológicos. A meu ver, a Teologia da Libertação deve seguir o mesmo caminho (PIRES In: PASSOS, 2011, p. 75).

A Igreja Católica, por meio de seus órgãos oficiais como a Congregação da Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício), condenou a Teologia Latino-Americana no início da década de 1980, por meio da Instrução *Sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. O documento tece alguns comentários à opção pelos pobres, contudo condena a chave metodológica para a teologia e a práxis libertadora. Para o Cardeal Joseph Ratzinger (1984, p.14), a Teologia da Libertação se detém nos aspectos imanentes, relativizando o pecado, o mal e outras questões de ordem metafísica⁹⁹.

Segundo Michael Lowy (1996, p.117), o cristianismo latino-americano se aproximou do marxismo como um caso único. Doutrinas aparentemente antagônicas dialogavam nas camadas mais populares, por meio de alguns líderes, exatamente porque existiam pontos e desejos comuns. Tanto comunistas quanto cristãos católicos compartilhavam um universalismo, de um senso comunitário, de críticas ao liberalismo, possuíam esperanças futuras pautadas na justiça, e defendiam os pobres.

⁹⁸ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

⁹⁹ O Antigo Cardeal Joseph Ratzinger é o atual papa Bento XVI que vem ao longo dos últimos anos dando continuidade a política eclesial de João Paulo II, revelando-se um pontífice conservador em diversos aspectos e se destacando por cuidar da Igreja e suas estruturas internas.

2.3. “Do Centro para a margem”: Dom José Maria Pires e a opção pelos pobres

Em 1967, Dom José criou uma comissão permanente chamada de Ação Pastoral Arquidiocesana (APA). Essa Comissão possuía dois segmentos: um voltado para a *pastoral geral*, cujos destinatários eram as paróquias, e outra chamada de *pastoral especial*, que compreendia quatro grupos: os camponeses, os operários, os jovens e os pescadores. A criação da APA e sua ação junto a esses quatro grupos revelavam uma clara opção do líder religioso pelas camadas mais populares. Foi, de algum modo, a prática do lema que marcou a atuação de Dom José ao longo de seu bispado na arquidiocese: *Do centro para a Margem*¹⁰⁰. Dom José intuía, com as perspectivas do Concílio Vaticano II e a inovação nas práticas pastorais no Brasil, que era necessário focar a atuação em destinatários que estavam esquecidos pela Igreja e, principalmente, por sua hierarquia.

Dessa Comissão Arquidiocesana, surgiu o projeto *Ação Pastoral Igreja Viva*¹⁰¹, que se preocupava com questões sociais em meio aos problemas cotidianos do povo. A *Igreja Viva* era um grupo religioso, que priorizava não apenas a doutrinação de fiéis católicos, mas com ações para com as demais dimensões da vida das pessoas. O projeto existente desde 1969 questionava a realidade na qual estava inserida a Arquidiocese da Paraíba, preocupando-se em esclarecer a doutrina da Igreja à luz da vida e de cada realidade. Dentro as várias metas desse projeto destaca-se a alfabetização de adultos nos bairros da periferia da cidade e a formação de uma nova consciência política.

O surgimento dessa Ação Pastoral se deu em 01 de março de 1969 e seu intuito era criar um organismo que levasse em consideração a Campanha da Fraternidade desse mesmo ano, cujo tema era “*Para o outro o próximo é você*”. Em relatório existente na Cúria Arquidiocesana da Paraíba, há um breve relato de como surgiu essa Ação Pastoral.

¹⁰⁰ Não é por acaso que esse slogan tornou-se posteriormente o título do livro publicado pela Editora Acauã, com reflexões e textos do arcebispo. Em entrevista a J. Chasin, Dom José revela que ir do “Centro para a Margem” é uma mudança de perspectiva que direciona a prática pastoral para os mais necessitados e excluídos da sociedade.

¹⁰¹ A Igreja Viva tornou-se a pauta principal de um grande encontro da juventude no ginásio nossa Senhora da Luz em Guarabira, em 1971. Em relatório específico da “Igreja Viva” na Cúria Metropolitana, vê-se que esse trabalho contava com uma série de dificuldades, tais como reunir trabalhadores adultos para serem alfabetizados, a resistência de muitos clérigos a esse projeto e a desmotivação pela qual os monitores passavam ao longo das experiências o que trazia a consequente desistência. As cidades de Pirpirituba e Mari são exemplos registrados da falta de apoio dos padres.

(...) depois de apurados estudos chegamos a conclusão de que poderíamos fazer de fato não só uma ação evangelizadora, mas uma ação pastoral mesmo com dimensões mais amplas... Uma ação pastoral e evangelizadora que deveríamos fazer para toda a Arquidiocese. Pensamos no tema central da Ação e foi escolhido o tema da igreja. Através de pequenos grupos de reflexão, estudaremos, em toda a Arquidiocese: o plano de Deus para todos os homens. (RELATÓRIO DO DECÉNIO: 1966-1976).

Desse modo, surgia *A Igreja Viva*, um grupo que compreendia que a ação pastoral da Igreja era muito mais do que doutrinação religiosa, mas uma ação libertadora com os mais carentes e excluídos da sociedade e da própria Igreja.

Para Dom José Maria Pires, *A Igreja Viva* não era um projeto social, mas uma ação com a preocupação de revelar o modo de ser da Igreja.

Olha o Igreja Viva não tinha como objetivo melhorar a vida das pessoas tinha como objetivo, a gente mostrar a verdadeira natureza da Igreja. Que Igreja é povo, quando há uma multidão você não dá para saber se é povo, pelo menos povo consciente. O povo toma consciência na medida de que são pequenos grupos. Então a Igreja deveria privilegiar também esses pequenos grupos, as Comunidades de Base por exemplo. Então, eram pequenos grupos que se organizavam e eram chamados de Igreja Viva, porque as pessoas podiam falar, podiam dar sua opinião, mas não tinha como objetivo o social, aí o objetivo era religioso.¹⁰²

Em junho de 1969, Dom José Maria Pires anunciava solenemente na emissora de rádio *Correio da Paraíba*, o surgimento desse projeto e, no mês seguinte, diversas paróquias da Arquidiocese foram visitadas por agentes de pastoral e vigários responsáveis por essa comissão. A Ação Pastoral Igreja Viva tinha uma clara preocupação com as questões sociais presentes no cotidiano das pessoas. O projeto era doutrinário ou pastoral, mas na prática também desenvolvia ações com populares sobre temas como política, justiça social e conceitos básicos de cidadania.

Com relação à *Ação Pastoral Igreja Viva*, Gabriel Giacomelli lembra que a tônica desse projeto era colocada sempre no “agir”. Essa palavra inaugurava um novo significado dentro das estruturas eclesiás, distanciando-se de uma prática assistencial ou caritativa e

¹⁰² Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

mostrando-se como uma prática libertadora. Assim consta no relatório da Ação Pastoral Arquidiocesana (APA):

Igreja Viva não é só reflexão, mas também é Ação, de modo que leva os membros do grupo a uma vivência mais fraterna a se sentirem responsáveis pela comunidade. À medida em que os grupos se conscientizam de seu papel dentro da comunidade, partem para o real, trabalhando pelo desenvolvimento do povo, de acordo com as exigências locais. Promovem-se então, por exemplo, cursos de Alfabetização dos Adultos, Cursos de lideranças, de Bíblia ou de promoção humana, em geral (RELATÓRIO DA APA, DOC 19).

O que motivava essa *Ação* eram as mais diversas necessidades, tais como as dificuldades no campo educacional, a carência de grupos de alfabetização de adultos, problemas de falta ou má qualidade da água, limpeza de açude e construções habitacionais.

Nessa Ação Pastoral, destacam-se como objetivos o nascimento de uma nova consciência sobre a Igreja e o surgimento de pequenas comunidades, despertando nelas a ideia de pastoral de conjunto.

Nos primeiros meses de atuação, os grupos formados nas comunidades espalhadas na arquidiocese contavam com lideranças que vinham de outros lugares para um trabalho dessa natureza. Com algum tempo, os líderes, que eram na maioria padres, freiras ou agentes de pastoral que faziam parte da coordenação desse trabalho, davam lugar a presença de líderes locais como foi o caso de Manuel Ferreira dos Santos, em Santa Fé¹⁰³, distrito de Alagoa Grande.

Atualmente estamos trabalhando em grupo, fundamos uma cooperativa, somos quinze famílias, que unidas trabalhamos um ou dois dias por semana. Fazemos reunião todas as primeiras terças-feiras de cada mês. Em grupo construímos também casas para as pessoas pobres... Atingimos a todas as idades principalmente por adultos ... as primeiras iniciativas que foram tomadas foi a divisão da terra de Santa Fé, que foram assumidas através da união de todos... as dificuldades que mais encontramos em nossa comunidade é a pobreza e a ignorância da religião. A posição que tenho é de orientar pessoas e além de tudo trabalhar junto com todos. Contamos com ajuda do Prefeito, do Vigário desta paróquia junto com o Irmão Leonard Vissers, que prestou grandes serviços a esta comunidade. O sindicato dos trabalhadores também presta ajuda. (RELATÓRIO. APA. DOC. 22).

¹⁰³ Convém ressaltar que Santa Fé, distrito de Alagoa Grande é o lugar onde foi sepultado o corpo do Pe. José Antonio Maria Ibiapina, que para os padres de origem belga presente nessa Arquidiocese era uma rica inspiração para a prática pastoral pós-conciliar. O Pe. Ibiapina atuou pelos estados do nordeste como líder religioso de profundas preocupações sociais durante os anos de 1856 a 1875(COSTA, 2010, p.69).

A *Igreja Viva* treinava seus *agentes de pastoral* nos finais de semana, em toda a Arquidiocese e, após alguns encontros, eles deveriam ser enviados a outras regiões da cidade e de outros zonais para alfabetização de adultos e outras iniciativas. Nesse projeto se inscreviam diversas pessoas da capital, em sua maioria estudantes, trabalhadores e pessoas simples. Muitos deles viajavam às sextas-feiras e passavam o final de semana em cidades como Caldas Brandão e Ingá.

É evidente que o trabalho da *Igreja Viva* se deu, sobretudo pela presença dos agentes de pastoral leigos, mas convém destacar o depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho ao Pe. Gabriel Giacomelli em sua dissertação de mestrado:

A Arquidiocese estava cansada. Cansada não só de Dom Mário, mas de Dom Moisés Coelho também. Dom Moisés morreu como arcebispo, e ele viveu os últimos dez anos dele como príncipe da Igreja. Eu me lembro perfeitamente daquela cerimônia da Semana Santa, em que se trocava publicamente até os sapatos do bispo, e como um grande príncipe, ele saía do Palácio para a Catedral. A grande “viagem” dele, a grande saída dele, era do Palácio para a Catedral. A grande “viagem” dele, era do Palácio para a Catedral; que dava o que? Mil metros? Dom José não. Ele jogou a Igreja no meio da sociedade. Só que como a Igreja estava muito difícil, ele também sofreu a dureza de certas resistências e a fadiga dos desentendimentos. Então Dom José encontrou uma situação altamente privilegiada. Ele tinha com certeza qualidades pessoais, e um dinamismo intelectual de liderança. Mas o contexto também ajudou a evidenciá-las e estimulá-las mais. (...) [Dom José] introduziu um tipo de relação que a Igreja não conhecia. Dom Adauto foi homem do Palácio: tinha influência política, mas dentro do Palácio. Dom Moisés viveu dentro desse mesmo palácio, e nem marcou presença na vida social da Paraíba. Dom Moisés era homem da Igreja, de dentro da Igreja, das paróquias, e dentro do palácio, onde ao final mais se fechou. Dom José Maria não. Foi para a rua, foi homem que introduziu essa novidade. Nenhum bispo tinha feito isso. Dom José chegou e foi para rua. Foi dialogar com as pessoas, com os diversos segmentos sociais. (J.CARVALHO *apud* GIACOMELLI, 2001, p.110)

Nas frases de José Jacson Carneiro de Carvalho se percebe que além da clara distinção que ele fez com relação aos bispos predecessores, ele ressalta uma mudança no que diz respeito à relação estabelecida com as demais pessoas. Percebe-se que tanto o bispo quanto a *Ação Pastoral Igreja Viva* possuíam como pontos comuns a presença junto às diversas comunidades. E quais eram os trabalhos realizados por Dom José nesse projeto? Seu papel era coordenar a nível diocesano esse projeto e visitar as várias comunidades apresentando-lhes a *Ação Igreja Viva* e os agentes desse mesmo projeto.

Convém destacar que dentre as várias preocupações dessa Ação, a pretensão em se colocar como um movimento de Educação Popular. Dom José afirmava que o modo de educar as pessoas deve ser a partir da concepção de Paulo Freire, onde o povo é agente de sua própria educação e transformação.

Não se começa com a alfabetização, mas com a educação. As pessoas, a partir do que elas fazem e do que elas conhecem, vão colocando suas experiências e essas são colocadas em diálogo com conhecimentos formais. E a educação consistirá na sistematização disso, e devolvendo a riqueza da vida para que seja fonte de vivência. Então esse é o processo que vem de lá: primeiro a gente escuta, reflete, elabora, devolve (PIRES *apud* GIACOMELLI, 2001, p.161).

O modelo de educação implementado e aconselhado pela *Igreja Viva* e o Arcebispo paraibano não agradavam algumas lideranças políticas presentes no território da arquidiocese, o que trouxe por conseguinte a perseguição a alguns agentes de pastoral presentes nas cidades do Brejo e Agreste paraibano. A *Igreja Viva* por meio de seus agentes de pastoral, presentes, sobretudo na área rural dessas cidades, eram constantemente perseguidos e o arcebispo também partilhava dessas mesmas dificuldades por conta de tais posicionamentos políticos.

Além desse projeto bem elaborado e com claras prioridades, Dom José organizou e liderou ações de alcance mais imediato. Destacamos a *Operação Gota Dágua* que, segundo o próprio Dom José Maria Pires, era um sinal de esperança para os mais simples e necessitados. Com a seca de 1970, Dom Pelé foi escolhido por diversas instituições seculares e religiosas para ser o líder de uma operação de cunho assistencial de amparo às vítimas desse fenômeno. Essa ação, denominada de *Gota Dágua*, era realizada de maneira conjunta com outros grupos da sociedade e outras dioceses do estado.

Dom José era uma figura diplomática e conseguia estabelecer diálogo com vários segmentos da sociedade paraibana e, sobretudo, de João Pessoa. Os bispos das dioceses de Patos, Campina Grande e Cajazeiras escolheram por unaminidade o bispo Dom Pelé para ser o mediador com a sociedade civil.

Dentre os objetivos dessa Operação, podemos destacar a atenção dedicada à criação de soluções em vista das vítimas da seca em todo o estado. Dom José nos relata que juntamente com a Universidade Federal da Paraíba, buscaram uma solução prática para resolver como um paliativo o drama da escassez de água na população.

A Operação Gota d'água era diferente [do *Igreja Viva*] . Então, a gente queria que todas as comunidades tivessem pelo menos água para beber. O que a gente fez então? Nós descobrimos com um professor da Universidade [UFPB] a possibilidade de dessalinização da água que não é potável, né, ela tem sal. Então como fazer isso? Nós começamos a desenvolver isso. Bastaria você furar um poço, então vem água, essa água você não pode beber, não é? Então você coloca no dessalinizador solar que é um recipiente com uma tampa de vidro. Então o sol batendo ali, a água que está embaixo esquenta e chega ao estado mesmo de ebulição. Nessa hora, então a água que vira quase que gás ela vai passando para outro tanque, essa água então é água doce, por que o sal ficou todo ali [no primeiro recipiente]. A água passa, mas o sal é pesado, ele desce e no fundo dele fica o sal da água. Você tira ou usa se quiser. E a água que passa pro outro lado é uma água realmente doce, só que ainda não é potável, precisa de ela receber ar. Então a gente recomendava passe assim com ela, passe de uma vasilha para outra. A partir daí a água está dessalinizada e pode servir para o uso. Só que o projeto não pode ir p'ra frente por que você coloca vidro [como tampa] vem uma pedra e quebra aquele vidro. Pronto, não vale mais. Colocou o vidro qualquer acidente que houver pronto, não dá. (...) Nós desenvolvemos a coisa dava, um litro de água por pessoa. É mais do que o suficiente, agora não dá água p'ra toda serventia.¹⁰⁴

Para o início dessa operação, o bispo enviou cartas às instituições seculares com o propósito de convidá-las para comparecerem a uma primeira reunião no dia 13 de outubro de 1970. Dom José enviou diversas correspondências a grupos como o Rotary Club, a Loja Maçônica Padre Azevedo, donos de lojas comerciais de João Pessoa, representantes das Forças Armadas e o governador João Agripino.

Por meio dessa reunião com esses representantes e pessoas de algum poder aquisitivo, o bispo pretendia unir forças para doação de vestimentas e mantimentos para as cidades castigadas pela seca. O grupo que refletia e agilizava os trabalhos da *Operação Gota d'água*, possuía militares, representantes de Lojas Maçônicas, da Federação Espírita e ainda de outras igrejas cristãs. Com iniciativas como essa, Dom José despontava como exímio diplomata, sendo capaz de congregar ao seu redor membros das mais diversas ideologias e experiências religiosas.

Os assuntos tratados na primeira reunião dessa operação foram os objetivos da campanha (Operação Gota d'água), distribuição de tarefas com os participantes da reunião, leitura de telegramas a serem enviados ao Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici, ao ministro do Interior, ao superintendente da SUDENE e ao Cardeal

¹⁰⁴ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

Agnelo Rossi¹⁰⁵. Como conclusão da primeira reunião, ficou definido que cada segmento religioso ou grupo ali representado conseguiria ajuda financeira, mantimentos, vestimentas para as vítimas da seca, dentro de seu próprio grupo. Tudo que fosse arrecadado, deveria ser encaminhado para as cidades de Campina Grande, Patos e Cajazeiras que eram as sedes das outras quatro dioceses paraibanas. A reunião saiu com a resolução de que a coleta do dia 1 de novembro de 1970, de todas as missas da arquidiocese, deveria ser destinada à campanha. Ainda deveria ser enviadas cartas a outras instituições nacionais e até multinacionais como a Nestlé (RELATÓRIO DA APA, DOC 27). Seria disponibilizado um veículo para recolher alimentos nas ruas da capital, tentando envolver as Universidades nesse projeto por meio dos Diretórios Acadêmicos.

Após a experiência dos últimos meses do ano de 1970, Dom José juntamente com os outros bispos da província, propõem uma ação conjunta, favorável aos sertanejos, que não contemplasse apenas a questão do vestiário e alimentos, mas que os tornasse conscientes de seus direitos, iniciando a reivindicação por um projeto de alfabetização de adultos. Dom José, desse modo, percebia que, pior do que a seca de 1970, era o analfabetismo e a falta de consciência política na qual o povo estava imerso.

Na Paraíba, segundo relatório da Arquidiocese do decênio 1966-1976, há um forte surto de gripe decorrente da má alimentação (RELATÓRIOS DO DECÊNIO - ATOS DE GOVERNO: 1966-1976). Segundo esse relatório, grande parte do país estava sem produtos alimentícios como era o caso do feijão e tentavam conseguir alguns quilos trazendo-os do Paraná. A SUDENE, segundo esse mesmo relatório, conseguiu leite em pó e outros alimentos para crianças. O ministro Costa Cavalcanti conseguiu cerca de três mil peças de roupa junto a fábricas de tecidos do sul do país.

As medidas tomadas por essa campanha variavam de acordo com a emergência dos fatos. Na reunião de 13 de outubro de 1970, ficou como sugestão o aumento do valor pago pelo governo das diárias nas frentes de emergência. Além desse aumento, deveria também ser alterado o preço dos ingressos em cinemas e clubes, destinando o acréscimo à *Operação Gota d'água*. Além dessas propostas, sugeriram no mesmo encontro que se fizessem interrupções durante a exibição dos filmes para pedir fundos para campanhas. Os membros que compunham a organização da *Operação Gota d'água* queriam, além disso, que parte do

¹⁰⁵ Cardeal Agnelo Rossi era o presidente da CNBB naquele período e homem de muita influência política.

salário pago a todos os trabalhadores fosse descontada, em folha de pagamento, conseguindo assim 1% do salário de cada trabalhador para essa operação. É evidente que nem todas as sugestões foram aprovadas.

Além do apoio local, o religioso foi à procura da ajuda das dioceses do sul do país e do estado de Minas Gerais, seu local de origem. Não sendo suficientes os esforços em vista de maior parte da população do sertão paraibano, ele foi à procura da ajuda de projetos sociais de outros países como o “*Misereur*”¹⁰⁶ da Alemanha. Tais projetos eram visivelmente uma tentativa de aplacar ou reduzir os castigos oriundos das calamidades, contudo Dom José já reconhecia, desde fevereiro de 1971, a ineficácia desse projeto. Assim ele relatou ao Jornal *Correio da Paraíba*:

A Operação Gota Dágua também não deu resultados, pois não conseguiu sequer o objetivo inicial de dar uma calça para cada homem e um vestido para cada mulher. Foi mais uma prova de solidariedade que uma solução eficiente e eficaz para o problema. (CORREIO DA PARAÍBA, 17 fev. 1971).

Além de iniciativas como a *Operação Gota D'água*, Dom José criou uma *Equipe de Promoção Humana* que se iniciou em 1971 e deu lugar ao *Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba*, em 1976. Esta Comissão tinha a preocupação de se envolver em problemas concretos do povo paraibano e, principalmente, as comunidades presentes na capital e Brejo paraibano.

Num primeiro momento, a atuação dessa comissão se destinava ao mundo urbano e principalmente, às comunidades periféricas da grande João Pessoa. A ação desse grupo levava em consideração alguns itens como o respeito à comunidade local, necessidades e os principais problemas sociais das comunidades localizadas nessa região.

No ano de 1971, por exemplo, uma das ações foi junto a comunidade do Cordão Encarnado, bairro localizado nas proximidades do centro de João Pessoa. Nessa ocasião, este grupo tinha como projeto preocupações com questões de saúde, moradia e educação. Os agentes dessa ação eram leigos e religiosos dessas comunidades com um bom número de

¹⁰⁶ O *Projeto Misereur* era um projeto de cunho assistencial para países da América Latina e África. Tais projetos eram elaborados por bispos em busca de alguma ajuda financeira para criação de organizações assistenciais.

voluntários de algumas paróquias da Arquidiocese e ainda os membros dessa equipe. A princípio, essa comissão era formada pelo arcebispo, que era seu coordenador, uma enfermeira e alguns agentes de pastoral. Citamos os seguintes membros como referenciais, pela quantidade de tempo e trabalho desenvolvidos nessa Comissão: Tonny van Ham (freira, enfermeira e assistente social, de origem holandesa), Elisabeth Cartier (enfermeira, de origem holandesa), João “Belga” (agrônomo), Sebastião Geriz Sobrinho (técnico agrícola), Gláucia (estudante de medicina) e Marlene Burgers (técnica agrícola, de origem holandesa)¹⁰⁷.

Com o passar do tempo, a Equipe modifica seu perfil e por qual motivo esse perfil foi sendo alterado dentro da *Equipe de Promoção Humana da Arquidiocese*? Exatamente porque a atenção dessa Equipe estava se voltando para as áreas rurais e pequenas cidades do território da Arquidiocese. No campo, a Arquidiocese providenciou meios de instalar pessoas mais humildes nos territórios rurais dessa instituição religiosa que se localizavam em áreas do Agreste e Brejo paraibano. Mas para Dom José não bastava inserir as pessoas no campo. Era necessária a existência de meios mínimos de sobrevivência, por isso ele escreveu carta endereçada a organizações internacionais e locais solicitando investimentos para resolução de alguns problemas agrários.

Estes agricultores vão povoando áreas como Gurinhém, Pitimbu e Alagoa Grande, vivendo nas terras da arquidiocese de modo relativamente tranquilo. Contudo, alguns problemas e abusos são cometidos no campo, em regiões próximas às terras concedidas a populares. Em 1974, a Srª Joanna Maria da Conceição, agricultura e moradora de Alagoa Grande, escreveu a seguinte carta a Dom José:

Senhor arcebispo Dom Joze Maria Pires eu peço ao Senhor uma proteção porque no mez passado eu estava trabalhando i chegou Ceu Bino e um rapas da equipe cubando os terenos onde eu trabalho depois eu sobe que eles vam tomar os terenos onde eu trabalho como e que eu vou viver com as minhas sobrinhas Dom Joze Maria pelo amor de Deus não deixe que eles tome eu peço que o Senhor faça um arrendamento para mim eu estou 60 1 annos morando na mesma caza onde nassi já tive o grande prejuízo da estrada feita por dentro do meu sítio em Novembro eu mandei uma carta para o Senhor falhado do prejuízo da estrada não cei se o Senhor recebeu desde aquele dia não tiva mais socego.

Que Deus o guarde Dom Joze Maria Pires

¹⁰⁷ No período da fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, esses membros migraram da Comissão de Promoção Humana para aquele grupo.

Joanna Maria da Conceição ou Joanita de Azevedo. (DOSSIÊ PROMOÇÃO HUMANA: 1974).

Dom José respondeu essa carta e remeteu a Equipe de Promoção Humana para resolução desse problema. Além da Sr^a Joanna Maria da Conceição, escreveu ao arcebispo, o Sr Luis Francisco de Oliveira, agricultor residente em Belém:

Belém 29/09/75

Sr Arcebispo eu queria falar com o Sr em Serra da Raiz , mas não foi possível. Ele já mandou que eu podia ficar para não pagar nada, mas eu quero é sair e ele por que o que deve é 10 milhões e 800 e quer sair da terra do malvado – também do vizinho Índio Teodósio de Lemis que eu encontrei na mesma necessidade, passando necessidade. Ninguém quer ficar na terra dele não. Pois como ele faz malvadeza pode fazer outra pior.

Luis Francisco de Oliveira (idem).

Segundo o Sr Luis Francisco de Oliveira, era comum o Sr Joacil de Brito¹⁰⁸ se confraternizar com os membros e o presidente do sindicato. Em várias ocasiões o sindicalista e o proprietário saíam para beber juntos. Assim, os agricultores se sentiam desamparados quanto às ameaças dos senhores de terra do brejo paraibano.

Apesar de não ser ainda o foco de nossa discussão a atuação de Dom José os conflitos rurais, convém lembrar que não há uma ruptura naquilo que o arcebispo vinha realizando e passa a realizar. Há uma clara evolução em seu trabalho, onde as preocupações do arcebispo não se restringem apenas as questões assistencialistas, mas uma nova postura política frente aos problemas do campo com novas preocupações e posicionamentos.

¹⁰⁸ Joacil de Brito Pereira era advogado vinculado a Associação dos Proprietários Rurais (APRA) também conhecida como LILA (Liga dos latifundiários).

Capítulo III – Questão agrária e os Direitos Humanos (Paraíba – 1975 a 1980)

3.1. Em defesa dos seres humanos, em defesa dos pobres: a criação do CDDH.

A partir das resoluções do Concílio Vaticano II e de um bispo sintonizado com as novas problemáticas do homem moderno, surge na Paraíba o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do país.

O CDDH da Arquidiocese da Paraíba foi fundado em 21 de abril de 1976 tendo como objetivo inicial prestar assessoria jurídica junto a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas por proprietários de terra ou pelo regime dos militares. Dom José revela que o nascimento do CDDH surgiu como resposta às problemáticas presentes e decorrentes de tensões no mundo agrário.

Porém, antes de prosseguirmos sobre a atuação de Dom José Maria Pires e do CDDH, convém refletir sobre a questão dos Direitos Humanos na Igreja e no pensamento do arcebispo paraibano para percebermos os pontos de convergências e as possíveis divergências.

Sobre os *Direitos Humanos*, convém ressaltar que esta é uma preocupação da contemporaneidade, implicando dizer que somente depois de superadas algumas noções do direito medieval é que filósofos e juristas refletem mais seriamente sobre a dignidade e os direitos inalienáveis universais e fundamentais dos seres humanos (RABENHRORST, In: TOSI (org.), 2005, p. 193). Na concepção de Eduardo Ramalho Rabenhorst, a ideia de *Direitos Humanos* supera a noção tautológica presente nessa mesma expressão.

Contudo, é importante observar que na locução composta “direitos humanos”, o adjetivo *humano* não significa uma mera relação desses direitos com os homens. O que a expressão “direitos humanos” pretende acentuar é o fato de que o homem tem certas necessidades essenciais indispensáveis ao pleno exercício de sua dignidade. (RABENHRORST, In: TOSI (org.), 2005, p.208).

Segundo Giuseppe Tosi, no final do século XIX, a Igreja Católica começou a refletir sobre algumas temáticas sociais relevantes. Contudo, convém ressaltar que a Igreja entrou tardeamente na reflexão e defesa daqueles direitos, na certa pelo fato de ainda possuir diversos elementos e intuições do período medieval. A *Carta Encíclica Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, promulgada pelo Papa Leão XIII trouxe para o ambiente eclesial a reflexão sobre questões sociais. A Carta, inegavelmente, foi um marco na reflexão sobre os direitos dos trabalhadores, porém não refletiu sobre os direitos fundamentais do homem. Somente a

partir do Pontificado do Papa Pio XII é que a Igreja tratou do tema dos Direitos Humanos, mas sem aprofundar a questão. O Concílio Ecumênico Vaticano II, por meio da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, promulgada pelo Papa Paulo VI, em 7 de dezembro de 1965, refletiu sobre os Direitos Humanos e enfatizou nesse documento a luta pela defesa desses direitos afirmando: “A Igreja, portanto, por força do Evangelho que lhe foi confiado, proclama os direitos dos homens e admite e aprecia muito o dinamismo do tempo de hoje, que promove estes direitos por toda parte” (PAULO VI, 1998,p.186).

Para Giuseppe Tosi, a questão dos Direitos Humanos foi refletida e defendida com profundidade por meio de teólogos (latino-americanos) da Teologia da Libertação.

Não podemos, finalmente, esquecer a contribuição aos direitos humanos, considerados na sua integralidade, da teologia e filosofia da libertação latino-americana com as obras, entre muitas, dos teólogos Gustavo Gutierrez no Peru, Leonardo Boff e José Comblim no Brasil e do filósofo e historiador argentino Enrique Dussel. A teologia da libertação é fruto de um amplo desejo movimento de renovação da Igreja Católica e, sobretudo latino-americana. (TOSI, 2005, p. 121)

Dom José Maria Pires estava vinculado a esse grupo de teólogos e compartilhava de muitas convicções sobre os Direitos Humanos presentes nos pensamentos desses religiosos. O Arcebispo concebia *Direitos Humanos* como *direito dos pobres*. Tal acepção do termo aparenta restringir os destinatários desses direitos. Em palestra na cidade de Governador Valadares ele afirmou: “Para mim, defender os direitos humanos significa defender os direitos do pobre. O rico não necessita de que se promovam seus direitos; ele já os tem bastantes e até em demasia” (PIRES, 1980, p.64). Dom José, desde o período de fundação do CDDH, tinha presente que a maior parte das violações dos Direitos Humanos eram cometidas nas classes mais pobres. A expressão que aparenta restringir o escopo dos destinatários dos Direitos Humanos é comentada por ele enfatizando o que significa ser *pobre* à luz das Sagradas Escritura:

Cristo assume a defesa do pobre. Pobre, no sentido bíblico, não é apenas o que não tem poder econômico; é todo aquele que se sente esmagado ou humilhado; é aquele que não tem voz nem vez; aquele a quem não se dá atenção e cuja presença mais incomoda do que agrada; pobre é todo aquele que não tem direitos.(...)

A boa atuação do CDDH concorre também para que possamos pôr em prática dois princípios de ação que nossa Igreja adotou, a saber, a não violência e a não clandestinidade. Por princípio, não aceitamos a violência. (PIRES, 1980, p. 172).

Na verdade, a concepção de Direitos Humanos de Dom José é partilhada pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. A prioridade em agir em favor dos pobres não era acidental para os documentos de conclusão dessa Conferência. Essa noção rompia com a ideia de que os pobres eram apenas objetos da ação caritativa e assistencial da Igreja surgindo no espaço eclesial à concepção de que eles eram protagonistas de sua própria libertação política, social e econômica.

O *pobre* é redefinido do ponto de vista conceitual a partir da Conferência de Medellín e sobre ele é lançado um olhar diferenciado e definido que não contemplava apenas o aspecto econômico e suas consequentes privações, mas as distintas formas de opressão, Paulo Fernando Carneiro de Andrade define *pobre* a partir das concepções presentes na Conferência de Medellín:

Se, inicialmente, o pobre era definido, sobretudo, pela dimensão econômica, isto é, pela situação de privação de bens materiais, pouco a pouco foi crescendo a consciência sobre as diferentes formas de opressão, tais como cultural, étnica, racial, sexista, geracional, entre outras, que não podem ser reduzidas a opressão econômica. As diferentes formas de dominação e exclusão geram demandas específicas e revelam a necessidade de ações específicas para superá-las. O pobre não é mais um único sujeito, as lutas pela justiça e cidadania são múltiplas, e a construção de uma sociedade mais inclusiva e onde os direitos sejam respeitados tornam-se mais complexa. (ANDRADE, 2006, p.151).

Para Dom José, a questão dos Direitos Humanos não é apenas uma discussão meramente teórica, mas prática que contempla lacunas na vida social dos mais carentes. É necessário, segundo o Arcebispo, que *Direitos Humanos* dialogue diretamente com os *Direitos Sociais*. Para ele, não se tratava apenas de defender as vítimas de violência e abusos na Paraíba, mas também as vítimas da injustiça social. Desse modo, para Dom José, Direitos Humanos e Direitos Sociais são indissociáveis:

Na bandeira dos Direitos Humanos devem estar gravadas as palavras que serviram de lema à Campanha da Fraternidade deste ano: “Justiça e Trabalho para todos.” E os que empunham essa bandeira ou marcham a sua sombra comprometem-se a lutar, sem desfalecimento, para que a fome seja superada, para que todos tenham casa própria: ninguém mais em casa alugada! – para que cada família goze de um mínimo de conforto e de possibilidade lazer. (PIRES, 1980, p. 164).

Dom José reflete que na base das violações aos Direitos Humanos há dois “aliados” que trabalham juntos: o *sistema político* e o *modelo econômico* apresentado no país e pelas grandes potências da época. Desse modo, é exatamente nessas ocasiões que Dom José reflete sobre o modelo econômico capitalista.

Para sustentar o sistema econômico, o poder político tem que cercear a liberdade dos indivíduos, evitar o debate franco e aberto de questões julgadas importantes e impedir a participação direta do povo nas decisões. A sociedade é organizada não a partir daquilo que o pequeno grupo que tem o poder de decisão considera como interesse do povo.

(...) Por isso é dever da Igreja proclamar os direitos inalienáveis da pessoa humana, direitos que não podem ser sacrificados por nenhum Estado, por nenhum sistema, por nenhuma doutrina. E, em consequência, ela deve denunciar as violações onde quer que surjam. Esse testemunho profético não se faz gratuitamente. A Igreja não deve esperar que o poder econômico ou seu aliado o poder político, por ela atingidos, se mostrem penitentes e submissos. Eles reagem tentando convencê-la a mudar de atitude e colaborar como força auxiliar. Caso contrário, assistirão contra ela suas armas e farão cair sobre ela o peso de sua força. (PIRES, 1980, p.174).

Sobre a criação do CDDH da Arquidiocese, Dom José atribui seu surgimento à mudança de postura da Igreja Católica em todo o mundo, ressaltando que a ação desse Centro não pode ser confundida como uma atividade de cunho assistencial, mas que buscasse alcançar a origem dos problemas comprometendo-se com mudanças significativas para o bem dos grupos e pessoas oprimidas por questões sociais e econômicas.

É importante recordar que no capítulo anterior dedicamos algumas reflexões sobre a ação do Centro de Promoção Humana da Arquidiocese da Paraíba que atuava junto às comunidades da periferia da capital paraibana e em pequenas cidades dessa arquidiocese. Durante a existência da Equipe de Promoção Humana da Arquidiocese, podemos afirmar que as atividades realizadas eram como que atividades suplementares, ou seja, onde o Estado era ineficiente em serviços como educação, higiene e moradia, essa Equipe buscava sempre apresentar e executar uma proposta concreta.

Alguns membros da Equipe de Promoção Humana migraram para a Pastoral Rural iniciando uma nova prática junto às comunidades dessa circunscrição religiosa. Destacamos dentre eles: Sebastião Geriz (um dos advogados do CDDH), Ir Marlene e Ir Tony.

Os objetivos do CDDH eram “a realização do Direito para a promoção do homem, subtraindo-o da injustiça que vem sofrendo sob o peso de estruturas sociais inadequadas e violadoras”. (RELATÓRIO DO DECÊNIO: 1966-1976, mimeo).

Segundo o próprio Dom José, o CDDH era composto de três setores: o setor jurídico, o setor espiritual e psicológico.

A ênfase dada à questão jurídica é reveladora. No *Relatório do Decênio 1966-1976* elaborado por Dom José e alguns padres e agentes de pastoral, não há qualquer menção ao trabalho realizado pelo setor espiritual e psicológico nessa seção. É evidente que foram desempenhados diversos trabalhos de cunho religioso e de assistência psicológica em grupos como a Pastoral da Mulher e a Pastoral do Menor. Contudo, quando se trata do trabalho do CDDH só é explicitado o trabalho jurídico:

O Setor Jurídico tem como objetivos específicos:

- a) Orientar juridicamente os casos de violação de direitos;
- b) Divulgação de leis ao nível popular através de cartilhas pelo boletim, etc;
- c) Intervir nos casos mais urgentes, quando solicitado;
- d) Acompanhar equipes pastorais, desde que solicitado, para orientação jurídica e outros encaminhamentos legais;

Em nível de proposta (á realizar);

Criar núcleos de Centro de Defesa dos Direitos Humanos nas comunidades – habilitar pessoas das comunidades para que possam dar respostas aos problemas locais e/ou o contato com o Centro;

Despertar autoridades ou órgãos responsáveis pela fiscalização da lei, da condição de intervenientes em processos e outros encaminhamentos que dependam de ação dos órgãos de justiça.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos não se limita aos pontos abordados acima. É além de tudo uma ideia que se incorpora na realização do direito para promover o homem. Subtraí-lo da injustiça que sofre sob o peso de estruturas sociais inadequadas e violadoras. (RELATÓRIO DO DECÊNIO, 1976).

O arcebispo ressalta que as atividades desse Centro se vinculavam diretamente a um conjunto de atividades desempenhadas pela arquidiocese da Paraíba. Além dessa assessoria, os membros dessa equipe se encarregavam de treinamentos de agentes de pastoral e se envolviam em diversas atividades de grupos dessa arquidiocese. Dom José descreve a ação desse Centro da seguinte forma:

O Centro não se constitui numa instância paralela. Não assume o patrocínio de causas, não age diretamente no foro. Mas orienta a parte que se considera lesada em seu direito, encaminha-se a Justiça gratuita quando é desprovida de recursos e acompanha todo o feito incentivando os Grupos de base a

refletirem cada passo e a se comprometerem solidariamente com os que lutam pelo respeito aos direitos. (PIRES, 1980, p. 232)

Para a criação do CDDH da Arquidiocese da Paraíba, Dom José contou com a presença e ação do advogado e ex-presso político Wanderley Caixe.

Indo a São Paulo eu me encontrei com Wanderley que tinha acabado de [concluir o curso de Direito], ele não tinha terminado o curso na época em que foi preso. Mas quando ficou em liberdade, faltavam uns meses só então ele agora já era advogado e já estava trabalhando na pastoral Carcerária lá em Ribeirão Preto. Mas, ele disse: a gente não pode fazer nada, tal. Aí eu disse: a gente tá começando a criação de um Centro defesa dos Direitos Humanos quem sabe você pode nos ajudar...então Wanderley veio pra'qui pra nos ajudar a organizar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele se dispôs a ser também o advogado de Centro. E aí começou o trabalho. Aí ele com aquela experiência de preso político aí ele enfrentava tudo. Aí acontecia uma coisa saia daqui de madrugada e esperava que fosse abrir o quartel e então começava a se apresentar como advogado, etc. então a gente viu que o negócio estava dando certo. Contratamos o menino pra ele ser o primeiro advogado Centro de Direitos Humanos que a gente estava fundando.¹⁰⁹

Wanderley Caixe, como apresentou o próprio Dom José Maria Pires, era alguém preocupado com mudanças substanciais na sociedade. Sua atuação no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba foi fundamental. Em 13 de novembro de 1976, com poucos meses da criação do CDDH da Arquidiocese já se tinha a notícia de que Wanderley havia analisado mais de duas mil denúncias de violações dos Direitos Humanos (CORREIO DA PARAÍBA, 13 nov. 1976). Contudo, alguns setores mais conservadores da Igreja Católica e alguns segmentos políticos criticavam sua ação e questionavam o Arcebispo sobre a presença do advogado no Centro pelo fato dele ser *ateu* e *comunista*. Além desses “adjetivos”, em 1979, Wanderley foi chamado pelos veículos de comunicação da Paraíba de *terrorista*. Dom José Maria Pires fez um esclarecimento sobre a atuação de Wanderley junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, enfatizando o profissionalismo e zelo com que tratava as questões de violação dos Direitos Humanos. Eis o que diz Dom José em texto de 03 de setembro de 1979:

Jornais da Capital e de Campina Grande publicaram no dia 1 de setembro declaração da mais alta gravidade atribuída ao Sr Secretário da Indústria e Comércio, Dr Carlos Pessoa Filho. Sua Ex^a. Teria afirmado que “... estranhava que o Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba estivesse sendo dirigido por um terrorista e desafio que diga o contrário” (O

¹⁰⁹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

NORTE, 01/09/79, 1^a. Pag. DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/09/79, 1^a. pag.).

Esta Arquidiocese sente-se profundamente atingida pela acusação, pois, se a Igreja da Paraíba criou um Centro para a defesa dos explorados e dos marginalizados, ela o fez dentro dos princípios da não-clandestinidade e da não violência, princípios estes que constituem norma obrigatória para todos os organismos e para todos os agentes pastorais a serviço da Igreja. Respeitando o direito que assiste a cada um de fazer suas opções, a Igreja da Paraíba fêz a dela: não aceita a colaboração de clandestinos e de terroristas. Eis por que ela se julga no direito e no dever de exigir que o acusador apresente as provas de que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos está promovendo ou já promoveu qualquer ato de terrorismo desde que foi admitido a trabalhar na Arquidiocese.

Queremos aqui reafirmar o que é do conhecimento público: o Dr Vanderley Caixe está quite com a Justiça, é um profissional competente e dedicado e se acha em pleno gozo de seus direitos civis e políticos. Não é admissível que se fechem as portas a jovens idealistas só porque foram acusados de terem agido, no passado, contra a Lei de Segurança Nacional. Se a Igreja pretende ser continuadora da missão de Cristo que acolheu no seu Reino um dos sentenciados à morte de cruz e transformou em Apóstolo o antigo perseguidor Saulo, ela não faz mais do que seu dever abrindo espaço para quantos buscam uma oportunidade de se colocarem a serviço da libertação dos oprimidos (PIRES, 1979, mimeo).

É importante frisar que graças ao excelente trabalho realizado por Wanderley Caixe junto ao CDDH, ele foi ameaçado de morte e sofreu um atentado. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.310).

Desde o início da atuação do CDDH da Arquidiocese, esse Centro denunciou uma série de violações dos Direitos Humanos. Convém recordar que a maior parte das ações era no mundo agrário. Desde 1976, ocorreram centenas de violações aos Direitos Humanos em propriedades rurais do Brejo e Zona da Mata Paraibana que se davam por meio das constantes perseguições a membros do CDDH, religiosos e agricultores. Dom José nos recorda algumas situações de perseguição e violência como a demolição de residências e a intolerância para com os mais carentes:

Fui testemunha ocular de mais de um desses acontecimentos dolorosos. No meu primeiro Natal paraibano, 1966, ocorreu bem perto de João Pessoa, a derrubada da casa de um trabalhador rural. Ele não aceitava o acordo proposto para deixar a terra que o proprietário desejava livre para plantar cana. Uma tarde, quando o morador voltou do trabalho, encontrou mulher e filhos à sombra de uma árvore. Da casa não existia mais nada e a cana já havia sido plantada onde, antes, morava uma família. (PIRES In: MOREIRA, 1997, p.18).

Para alguns segmentos da sociedade, o CDDH colocou-se como um diferencial na luta em defesa dos agricultores a partir dos anos de 1976.

O papel do CDDH era prestar assistência jurídica aos trabalhadores sem postular em juízo, uma vez que para a Arquidiocese, esta tarefa cabia a organização sindical (...). Naquela época marcada pelo medo e pela violência do latifúndio e da repressão policial, o CDDH distinguiu-se como um baluarte forte e destemido, que mereceu o respeito não só dos trabalhadores, mas também dos segmentos da sociedade civil comprometidos com a democratização do país e com a justiça social no campo. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.310).

3.2. A emergência dos conflitos agrários: Mucatu, o lugar da subversão

Em 1975, no estado da Paraíba inicia-se uma política de implantação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) priorizando o cultivo da cana-de-açúcar em grande parte da região agreste e zona da mata (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.105). O PROALCOOL surgiu em 14 de novembro desse mesmo ano e concedia benefícios fiscais e creditícios a proprietários que aderissem a política de expansão da cana-de-açúcar. Esse Programa contava com uma série de incentivos financeiros do governo federal para enfrentar a crise energética decorrente da alta de preços do petróleo a nível internacional. Os incentivos do PROALCOOL favoreceram a expansão do cultivo da cana-de-açúcar em áreas do Brejo, Agreste Baixo, Agreste Ocidental, do Piemonte da Borborema e litoral:

Os municípios que mais se destacaram nessa expansão foram os que compõem a franja litorânea como Mataraca, Rio Tinto, Lucena, João Pessoa, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. No Agreste, a cana avançou sobre os municípios de Gurinhém, Caldas Brandão, Pilar, Itabaiana, Mulungu e Guarabira, entre outros, na sua maioria sem tradição canavieira. (Idem, p. 108).

Contudo, convém destacar que essa expansão tinha um preço: a venda de propriedades e, em muitas ocasiões, expulsões de trabalhadores rurais de lugares onde residiam há longo tempo.

Os grandes proprietários de áreas dessa Arquidiocese viam na venda de suas terras a possibilidade de enriquecerem ainda mais. A ambição pela venda dessas áreas e o cultivo daquela cultura nessa região ocasionaram diversos conflitos e a consequente violação de uma

série de Direitos Humanos. De algum modo, Dom José responsabiliza o PROÁLCOOL pela existência dos conflitos na Paraíba:

Foi só eu chegar ao nordeste que eu pude enxergar a dimensão nacional da questão da terra. E também com o tempo e, sobretudo por causa da política econômica do governo, o problema da terra se tornou mais grave. Foi o PROÁLCOOL, o projeto do gado. A questão não é do proprietário ser bom ou ruim. Aqui, ele está em situação diferente. Veja o caso de Alagamar, área rural na Paraíba, onde houve um famoso conflito. Eu não creio que o primeiro proprietário, o Sr Arnaldo Maroja, fosse melhor ou pior que os proprietários posteriores, que criaram o problema social, mas ele vivia numa situação diferente. Havia muita terra e, sem incentivos, do PROÁLCOOL, podia conviver com setecentas famílias nas terras dele, permitindo que cada família trabalhasse, pagasse o foro a ele e pudesse viver tranquilamente. (PIRES In: PASSOS, 2011, p.53).

Esse momento da atuação de Dom José Maria Pires é marcado pela produção de cartas pastorais. Tais escritos tinham a preocupação de tematizar algumas questões sociais e políticas e ainda deveriam ser proclamadas nas celebrações dominicais de todas as comunidades eclesiás da Arquidiocese. Era um modo de fazer ressoar a voz do Arcebispo e suas preocupações políticas, religiosas e sociais.

Em junho de 1975, escreveu sua primeira Carta Pastoral com o título “Sobre o sofrimento dos camponeses”. Nessa primeira carta, logo após o término de um período de estiagem, Dom José revela sua preocupação com o homem do campo e questiona o que será feito tendo em vista que há incentivos para a produção de capim para o gado e nenhuma política agrária para os agricultores do estado:

Nós também precisamos de uma política voltada para a agricultura: plantar, plantar, plantar. Plantar não o capim, mas o que mata a fome. Precisamos de uma política que dê prioridade absoluta aos projetos agrícolas e não aos pecuários ou aos industriais a não ser quando se tratar da industrialização dos produtos alimentícios da região. Se quisermos acabar com a fome no Nordeste, as melhores terras e os maiores recursos devem ser para as lavouras de tipo familiar, para a ocupação dos braços ociosos por falta de trabalho ou pela oferta de salários muito baixos. Cabe a todos nós lutar por essa transformação (PIRES, 1980, p.25).

Sobre os Sindicatos Rurais, Dom José chama a atenção também para a necessidade de uma maior inserção na vida dos camponeses. Na maioria dos casos, os sindicatos resumiam sua missão à organização de papéis para posterior aposentadoria dos trabalhadores rurais:

Os Sindicatos [rurais] precisam fazer pelo homem do campo mais do que preparar papeis para aposentadoria dos velhos, fornecer guias para tratamentos de saúde ou providenciar transporte para os enfermos. Os Sindicatos precisam mostrar com exemplos concretos qual é a verdadeira situação dos camponeses. Os sindicatos têm que deixar de ser uma organização a serviço de velhos que buscam um conforto para o fim da vida para se tornarem instrumentos de união dos camponeses e de promoção de seus legítimos interesses (idem).

Dom José Maria Pires esteve presente em diversas fazendas do estado, em áreas marcadas por conflitos, onde sofria diversas ameaças:

Frequentemente telefonavam para minha casa quando eu não estava lá. O João que era sacristão, mas que ficava lá em casa quando eu viajava [escutava]. Então telefonavam e perguntavam: “O bispo t’á aí?” [E o João respondia] “tá não!”. [E quem ligava dizia:] “Ah, que pena. O bispo saiu? Viajou? Quando é que ele volta?”. [E o sacristão dizia:] “Sei não.” [E eles diziam:] “Ah, que pena porque a gente ia aí para baixar os pneus dele”. Naquele período mais de uma vez os estudantes universitários me escolheram para paraninfo deles não foi possível. O exercito não permitia. É sinal de que havia [perseguição] uma coisa indireta.¹¹⁰

Em meio às entrevistas realizadas com Dom José, destacou-se o relato de alguns obstáculos colocados às suas visitas em áreas de conflitos. O episódio ocorreu em Baía da Traição.

Eu tinha marcado uma visita pastoral a Baía da Traição e lá é área e terra dos índios. Então, mandaram um funcionário aqui, não sei se era da polícia, me dizer que p’ra eu ir precisava de uma licença do exército. Aí eu disse: “Eu vou pedir licença p’ra visitar minha família?”. [O funcionário respondeu:] “Mas, lá é área indígena e está sob a autoridade do exército”. E eu respondi: “Eu não vou pedir essa licença por que eu vou lá não é para passear. Eu vou lá cumprir uma missão junto deles. São católicos e eu vou visitá-los”. [O funcionário respondeu:] “Então o Senhor não vai poder entrar!”. [Dom José respondeu:] “Mas eu vou! Não posso entrar mas, eu vou!” Aí invés de ir com a freira que ia comigo, eu disse: “Não! Eu vou com homens”. Então dispensei a Irmã Estela e chamei João Batista que era seminarista p’ra ir comigo. A gente ia preparado já para enfrentar a coisa. Se eu não pudesse entrar eu voltaria, mas eu fui até onde foi possível. Quando cheguei lá na divisa, na porteira, t’ava lá um funcionário que fez sinal p’ra eu parar. Eu parei o carro e ele disse [com tom autoritário]: “Os documentos!”. Eu mostrei os documentos e passei. (...) Havia as coisas que se dizia que não podia fazer e a gente enfrentava e fazia mesmo.¹¹¹

¹¹⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

¹¹¹ Idem.

Sabemos que diversas áreas rurais contaram com a presença e ação de Dom José. Contudo analisaremos Mucatu e Alagamar tendo em vista a sua repercussão na imprensa local, nacional e, sobretudo a inserção de Dom José nesses espaços.

A fazenda Mucatu está localizada na microrregião do litoral sul em Alhandra. Sua área é de 1.235 hectares de terra. Nela, há dois rios importantíssimos para a região. São os rios Abiaí e o Mucatu. Em Mucatu, havia cerca de 170 famílias no ano de 1975. Elas viviam de maneira modesta em casas de taipas cobertas de palhas e cultivavam inhame, mandioca, fruteiras e feijão. Nesse mesmo ano, o novo dono das terras, o Sr Luiz Venâncio, começou a ameaçar os moradores desta região. Diante de tais ameaças, os agricultores procuraram o CDDH da Arquidiocese. Quem realizou este contato com a Arquidiocese foi o Sr Antonio Amâncio, um dos moradores dessa fazenda. A partir disso, todas as terças-feiras, à noite, os integrantes do Centro se encontrava com os agricultores numa localidade de Mucatu conhecida por Fazenda João Gomes. Os trabalhadores se reuniam para refletir textos da bíblia, o “Estatuto da Terra” e a situação dos trabalhadores rurais na Paraíba e no Brasil. É importante ressaltar que a leitura desses textos eram marcadas por interpretações que motivavam as pessoas a lutarem por seus direitos rompendo com uma noção alienante da religião.

Desse modo, à medida que os trabalhadores de Mucatu se organizavam, a perseguição aumentava. Várias prisões e torturas foram efetuadas em Mucatu graças a vigência do Regime Militar. Por tal motivo, os abusos cometidos possuíam permissão e apoio por conta do regime político do país. É importante ressaltar que dentre os novos proprietários dessas terras havia o Tenente Arnaldo que em algumas reuniões sobre Mucatu se apresentava como representante do exército na Paraíba (O NORTE, 18 jun.1975). Sobre a situação de Mucatu e das intensas investidas contra os agricultores convém destacar o testemunho de Gláucia e Genaro Ieno¹¹² no ano de 1996:

Era uma presença ostensiva da polícia federal, militar e do exército na área e nas reuniões da comunidade; da intimação a membros da equipe pastoral por parte da polícia federal e do exército. O exército, inclusive, chegou a realizar treinamento anti-guerrilha na área, utilizando até tanques de guerra, canhões e armamento pesado. O proprietário da terra impediu a presença dos agentes

¹¹² Gláucia e Genaro Ieno eram membros da Comissão de Direitos Humanos na Arquidiocese da Paraíba e exerceram uma ação pastoral ao lado de Dom José Maria Pires ao longo de duas décadas.

da pastoral na Fazenda e proibiu a celebração de missa na capela. (GLAUCIA E GENARO IENO *apud* MOREIRA, 1997, p.200).

Em 12 de junho de 1975, Dom José Maria Pires se dirigiu a Mucatu para a Celebração Eucarística, quando foi barrado por pistoleiros e lhe foi anunciada pelo administrador da fazenda Mucatu a proibição de celebrar esse ritual religioso. Vendo a presença de Dom José Maria Pires com mais 17 carros cheios de padres, freiras e agentes de pastoral, as pessoas viam renovadas as suas motivações para permanecerem naquele espaço. Dom José Maria Pires esteve diante de pistoleiros e não recuou (*idem*, p.201).

A situação do povo de Mucatu gerou a Segunda Carta Pastoral de Dom José. O título da Carta era *Sobre o Sofrimento dos Agricultores* e foi publicada na íntegra no Jornal *O Norte* em 18 de junho de 1975.

Em Mucatu, uma campanha de intimidação começa a ser levada a efeito contra os moradores. Primeiro sinal: no dia 4 de junho, sem explicação alguma, todas as casas foram numeradas com tinta vermelha. Segundo sinal: no domingo, dia 8, em represália a iniciativa do povo de fazer o levantamento e de recorrer a federação, conforme afirmou o próprio administrador, foi destruída a capela.

(...) teria nossa Igreja entendido o apelo que Deus lhe faz nesse momento histórico, para que ela, a exemplo de Moisés se coloque decididamente ao lado dos oprimidos?

São questões a serem refletidas por todos nós. Elas devem motivar nossa prece pelos irmãos que sofrem injustiças. Elas despertarão nossa vontade de ajudá-los eficazmente. (PIRES, 1980, p.29).

A Capela de Mucatu era uma pequena casa de taipa construída pelos moradores de Mucatu no sistema de mutirão desde 15 de fevereiro de 1953. Era lá que aconteciam as celebrações religiosas, atendimentos na área de saúde e reuniões com temas religiosos e políticos. A medida que o povo de Mucatu se organizava, a Capela era vista pelos proprietários das terras como um *temível escritório*. Podemos entender que essa capela foi destruída porque, na verdade, ela não só representava o espaço religioso, mas também se transformava o lugar da subversão. A destruição desse espaço possuía duas finalidades: aterrorizar a população de Mucatu e a desarticulação dessa comunidade.



Fotografia 9: Igreja e Centro de reuniões de Mucatu.
O Jornal *O Norte* publicou esta fotografia com a seguinte legenda: O temível escritório.
Fonte: Jornal *O Norte*, 18 jun.1975.

Dom José enfatiza em sua Segunda Carta Pastoral que Mucatu sofria com a perseguição dos proprietários a ponto de não serem permitidos a comunicação dos líderes religiosos com os moradores daquela região.

O outro passo nessa campanha de intimidação foi a proibição feita a ao Vigário de continuar dando assistência pastoral aos moradores. Quinta-feira última, dia 12, quando ele se dirigia ao lugar de costume para celebrar a Missa, notou que a estrada havia sido bloqueada por dois carros. Como ele conhece bem a região, entrou por um desvio carroçável e prosseguiu. À frente, porém estava outro obstáculo: era o administrador que não permitia a celebração da Missa enquanto o Vigário não fosse ter um entendimento com ele. A sorte foi que, no veículo do Vigário, se achava também o Arcebispo. Íamos com diversos outros padres, religiosos e agentes de pastoral. (PIRES, *O NORTE*, 17 de jun. de 1975).

A repercussão da destruição da Capela e dos pronunciamentos de Dom José, os proprietários da Fazenda Mucatu buscassem argumentar que Dom José estava mentindo e que aquele templo tinha sido construído por populares sem a autorização dos donos da terra. Como resultado de uma reunião envolvendo representantes da FETAG, do Ministério do Trabalho, da Secretaria e do Exército foi publicada uma nota por parte dos proprietários que afirmava:

Na qualidade de proprietários da Fazenda Mucatu, em Alhandra, PB, e considerando a publicação feita por O NORTE, em sua edição no dia 13, vimos pela presente levar ao conhecimento do público e das autoridades que nenhuma igreja foi derrubada na referida propriedade, e sim um pequeno galpão, construído sem nossas autorizações, e que, ao contrário do que foi dito, não nos opomos que seja celebrada missa para os moradores, aos domingos e dias santificados na sede da Fazenda.

Esclarecemos ainda que não existe de nossa parte intenção de perseguir agricultores, com pressões ou ameaças, objetivando a destruição de suas lavouras. Inclusive não houve expulsão de trinta famílias da Fazenda Andrezza, tendo apresentação e relação dos trabalhadores que moram na fazenda e recebem salário acima do salário mínimo regional. (O NORTE, 18 de jun de 1975).

Os moradores de Mucatu afirmaram ao Jornal O Norte de 18 de junho que iriam resistir e lutariam pela Reforma Agrária e pela divisão justa das terras daquela região para aquelas 174 famílias. Contudo, é importante também destacar o terror que foi implantado naquela região.

O clima é de temor em todos os moradores. Calados, desconfiam de estranhos e temem que possam ser perseguidos pelo proprietário da fazenda. Sempre que algum carro chega, as portas são fechadas e, pelas frestas, observam demoradamente os ocupantes. Caso suspeitem de que é alguém ligado a administração, não saem. Quando são pessoas desconhecidas, saem sempre com um enorme facão ou armados com foice. (O NORTE, 18 jun. de 1975).

A situação de Mucatu continuou tensa ao longo do ano de 1975, suscitando a elaboração de uma nova Carta Pastoral. O título desta terceira missiva era *Sobre os problemas do campo* e foi redigida em dezembro de 1975, enfatizando a ação de Frei Hermano José Courten, vigário de Mucatu e de toda a região de Alhandra. A acusação que pairava sobre a atuação desse religioso era a de que ele era subversivo, comunista e pregador da violência e luta entre classes. Dom José revela que a intenção dos proprietários era fazer pressão para que o frade franciscano fosse expulso do país. Diante de tais acusações, o bispo se posicionou questionando:

Ameaçaram Frei Hermano de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do país. Tal ameaça teria sido feita se o frei estivesse defendendo os proprietários, visitando os ricos e comendo com eles? Por que será que somente os que tomam a defesa dos oprimidos é que são considerados subversivos e comunistas? (PIRES, 1980, p.32).

É importante ressaltar que a Carta não trata apenas do Frei Hermano, mas também dos problemas do homem do campo em sua relação com a terra e com os proprietários dessas áreas. Dom José criticou a Segurança Nacional que perseguiu Frei Hermano, outros líderes religiosos e agricultores e fez um convite audacioso:

Seria tão bom que os nossos irmãos, responsáveis pela Segurança Nacional fossem viver algum tempo no meio do povo, participando de seus sofrimentos, trabalhando com ele e comendo do mesmo feijão com farinha. Então eles também iriam apoiar as reclamações do povo e iriam sentir que a verdadeira segurança não se conquista silenciando os clamores de justiça, mas transformando metralhadoras em arados e tanques de guerras em tratores agrícolas. (PIRES, 1980, p.32).

É muito provavelmente nesse momento que planejaram a morte de Wanderley Caixe o que exigiu de Dom José uma postura em favor do advogado de Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Nós sabíamos que os proprietários se reuniam e que em uma dessas reuniões eles decidiram matar Wanderley, aí então tinha alguém lá que tava trabalhando ouviu a coisa e aí passou o negócio logo p'ra nós. Aí, eu vou p'ra aquele programa de rádio e digo: "Aconteceu isso, os proprietários se reuniram em tal lugar e decidiram a morte de Wanderley. Se Wanderley for morto, eu sei quem é o responsável. Aí eu vou denunciar!" Aí veio o governador, foi me procurar e disse, era o Ivan Bichara." Olha nós temos que dar proteção. Então o Senhor diz p'ra nós que foram as pessoas e o que foi [que disse a informação]". Eu disse: "olha, governador eu não digo! Porque se eu disser eles vão querer que eu prove. P'ra eu provar, eu vou ter de dizer quem é que me disse e eu vou terminar complicando pessoas simples que foi onde eu fiquei sabendo. Então, se houver e se acontecer aí eu vou dizer em que casa foi e em que reunião foi que vocês fizeram isso! Eu não vou dizer agora, mas se acontecer eu vou falar e vou provar porque quem falou estava lá e viu! Então não digo nada, mas se acontecer aí eu digo". Eu tenho os nomes, aí eles ficaram realmente com medo e Wanderley realmente não sofreu nada, nenhuma tentativa contra ele nesse caso.¹¹³

Percebe-se claramente que a ação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, de Wanderley Caixe e de Dom José estava incomodando os proprietários de terra do estado

¹¹³ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

ocasionando planos “macabros” a implantando o terror sobre os agentes que atuavam nas áreas de conflitos rurais na Paraíba.

Por meio do Decreto 77.744 de 3 de junho de 1976, o Presidente da República desapropriou 10 mil hectares de terras em três fazendas: Mucatu, Garapu e Andreza. Segundo, o próprio Dom José, essa conquista se deu graças a ação do povo. Foram as pessoas de Mucatu que se empenharam e conseguiram a desapropriação. Para o líder religioso, o CDDH foi apenas um mecanismo que propiciou a defesa dos Direitos Humanos nesses espaços.

Antes de prosseguirmos sobre a atuação de Dom José Maria Pires e do CDDH em meio aos conflitos rurais faz-se necessário uma breve reflexão sobre as mudanças relevantes do final da década de 1970 no âmbito eclesial. Podemos destacar a eleição e início do Pontificado de João Paulo II e a Conferência Latino-americana de Puebla.

O Cardeal polonês Karol Joseph Wojtyla (MONDIN, 2009, p.748)¹¹⁴, futuro Papa João Paulo II, era conhecido, antes mesmo de ser papa, por seu perfil conservador e por sua aversão ao comunismo. Gian Franco Svirdecochi, teólogo polonês, narra a notícia do momento da escolha de Wojtyla para a cátedra de São Pedro:

A informação chegou a Polônia durante a realização de uma reunião do comitê central do Partido Comunista. Um dos chefes, ao ouvir o que estava escrito no despacho de uma agência de notícias, não conteve a imprecação: “Justo ele?!”, exclamou. E depois da surpresa, da raiva, todos foram atacados por um profundo estado de depressão. A tal ponto que, não sabendo como apresentar e comentar a notícia, o jornal televisivo daquela noite foi adiado uma infinidade de vezes.

O fato de ter sido eleito Papa justamente ele, Karol Wojtyla, profundo conhecedor do marxismo e que já se havia tornado o vilão do governo de Varsóvia, foi um autêntico choque para todo o mundo soviético. Por uns dez dias predominou um silêncio total. (SVIRDECOCHI, 2011, p.27).

Durante o ano de 1979, o mundo foi surpreendido pela eleição do primeiro papa polonês da história que inaugurava um dos mais longos pontificados de todos os tempos.

¹¹⁴Karol Wojtyla nasceu em 18 de maio de 1920 em Wadowicw na Polônia Meridional. Destacou-se antes de entrar no seminário por sua formação humanista e pela desenvoltura para escrever dramas a atuações em peças teatrais. Desde 1939, o jovem Wojtyla se viu diante da questão nazista que assolava Cracóvia e grande parte da Polônia. Em clara oposição ao marxismo, ao longo de sua formação acadêmica, ele optou por uma vertente personalista que para ele contemplava todos os homens indistintamente. Em 1964, foi nomeado bispo de Cracóvia e em 1967, foi nomeado cardeal por Paulo VI. Para Wojtyla, o personalismo dá margens a uma ética da comunhão. O pontificado de João Paulo II se insere ainda na crise ocasionada pelas conclusões do Concílio Ecumênico Vaticano II. Foi ferrenho crítico do sistema comunista na antiga URSS e também na Polônia, da Teologia da Libertação que nascia na América Latina e do Marxismo.

Marcado por um carisma irrefutável junto a imprensa mundial, o jovem papa se projetava progressivamente como um papa midiático e preocupado com questões que envolviam o ser humano.

O pontificado de João Paulo II inicia-se com um projeto a ser implantado conhecido como *Nova Evangelização* com o objetivo de retornar à antiga disciplina, isto é à algumas práticas pré-conciliares¹¹⁵. Assim, bem alicerçado e estruturado, o projeto *Nova Evangelização* contará com a presença de diversos religiosos a serviço do Papa polonês.

Não se pode negar que o Vaticano II trouxe para o ambiente eclesial uma crise institucional, onde aquilo que era visto como valor para uma extensa lista de padres, agora se confrontava diretamente com a ação pastoral de outro seguimento do catolicismo. A Igreja se percebia como plural, mas travava um embate tendo o papa como seu maior representante da implantação de um projeto conservador como o *Nova Evangelização*. Segundo o teólogo e padre jesuíta João Batista Libânio, o projeto do Papa polonês era constituído de três partes:

Parte dogmática: esta seção era considerada fundamental pois para muitos teólogos conservadores da Europa fazia-se necessário refletir sobre os dogmas acentuando a Igreja como portadora da verdade última de todo indivíduo. Desse movimento surgiu posteriormente o Catecismo da Igreja Católica do Papa João Paulo II;

Parte disciplinar ou organizacional: nesse item do projeto Nova Evangelização, a Igreja reforçava questões como o celibato, modelo paroquial, instruções para seminários e por fim a incumbência de se lançar um Novo Código de Direito Canônico.

Parte ecumênica e doutrina social: nessa última seção, a Igreja deveria apresentar ao mundo a doutrina de um diálogo possível, contudo onde ela permanecia como matriz e mestra dos ensinamentos de todo o cristianismo.

Na tarefa de diálogo com o mundo, a Igreja deveria atuar valorizando a questão dos *Direitos Humanos* que, para o teólogo João Batista Libânio (2001, p. 65), seria a mais árdua e problemática. Assim, ele comenta: “*Nas pegadas da Constituição Gaudium et Spes e em*

¹¹⁵ É importante lembrar que no final do pontificado de Paulo VI, diversos bispos, padres e religiosos não conseguiram se adequar as necessidades e exigências presentes nas resoluções do Concílio Vaticano II, inaugurando um período de profunda crise eclesiástica.

continuidade com o ensinamento social do magistério, sobretudo pontifício, a Igreja adota posição destemida e intransigente de defesa dos direitos humanos”.

Para João Batista Libânio, o pontificado do Papa João Paulo II retoma o modelo *Cristocêntrico* presente em grande parte do período medieval. A ideia de uma Igreja *Cristocêntrica* de algum modo permite reproduzir a estrutura piramidal onde no topo está o papa, seguida de bispos, padres, religiosos e por fim a maior parte constituída dos fieis.

Rufino Velasco (1999, p. 70), professor de Teologia e Eclesiologia da Espanha, faz uma análise desse modelo eclesial que teve na Idade Média sua maior aceitação. A imagem da Igreja como uma Instituição Cristocêntrica tem seu fundamento na comparação presente da Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, escrita por volta do ano 52 dC, onde Cristo seria a cabeça dessa instituição e, por conseguinte, o papa também o seria. Assim, aceitar um modelo eclesial dessa ordem é aceitar que a Igreja é uma sociedade de desiguais onde uns ensinam, são doutos e detém o poder religioso e outros, no caso, os leigos, nada são¹¹⁶.

O pontificado de João Paulo II se inicia com uma grande campanha de crítica as ações da Igreja Católica da América Latina e esse contexto seria o de preparação para o início da Conferência de Puebla. Alguns bispos mais conservadores da América Latina afirmavam que a teologia elaborada e transmitida nos seminários dessa parte do Continente era marxista (COMBLIM, 2005, p.86).

Durante a abertura da Conferência de Puebla de Los Angeles, o Papa João Paulo II criticou algumas posições da Igreja com relação a questões ideológicas ou doutrinárias. O papa reconhecia que no caminho que a Igreja havia realizado na América Latina, os bispos se destacavam como exímios defensores da dignidade humana. Assim ele afirmava:

Quem está familiarizado com a história da Igreja, sabe que em todos os tempos houve figuras admiráveis de bispos profundamente empenhados na promoção e na corajosa defesa da dignidade humana daqueles que o Senhor lhes havia confiado. Sempre o fizeram sob o imperativo de sua missão episcopal, porque para eles a dignidade humana é um valor evangélico que não pode ser desprezado sem grande ofensa ao Criador.
Esta dignidade é conciliada, em nível individual, quando não são devidamente levados em conta valores como a liberdade, o direito a professar a religião, a integridade física e psíquica, o direito aos bens

¹¹⁶ Para Velasco, o momento em que a Igreja rompeu com essa estrutura foi no Concílio Vaticano II. Contudo, poucos anos após a conclusão desse evento com a ação do Papa polonês, ela retrocede no tempo e adota novamente esse modelo.

essenciais, à vida. É conculdada em nível social e político, quando o homem não pode exercer seu direito de participação ou é sujeito a injustas e ilegítimas coerções, ou submetido a torturas físicas ou psíquicas etc.

Não ignoro quantos problemas se colocam hoje, neste assunto, na América Latina. Como bispos não podeis desinteressar-vos deles. Sei que vos propondes levar a cabo uma séria reflexão sobre as relações e implicações existentes entre a evangelização e promoção humana ou libertação, considerando, em campo tão amplo e importante, o específico da presença da Igreja. (JOÃO PAULO II In: CELAM, 1995, p. 26).

A Conferência de Puebla se iniciou em 27 de janeiro de 1979 e teve seu término em 3 de fevereiro desse mesmo ano. Essa Conferência dos bispos foi o marco inaugural da presença do Pontificado de João Paulo II na América Latina. Ele pessoalmente fez questão de fazer a abertura desse encontro dos pontífices católicos, pois uma “campanha” prévia contra as resoluções da Conferencia de Medellín e sua repercussão na América Latina repercutia em toda a Igreja Católica. A campanha divulgava que aquela Conferência havia sido mal interpretada e o marxismo estava presente na Igreja Latino-americana (COMBLIN, 2005, p. 267).

O Papa em Puebla, dirigindo-se aos bispos, chamou-lhes a atenção sobre o envolvimento dos episcopos na vida política, em questões sociais e da possibilidade deles estarem vinculados ao marxismo se expressando da seguinte forma:

Se a Igreja se faz presente na defesa ou na promoção da dignidade do homem, o faz na linha de sua missão, que, mesmo sendo de caráter religioso e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade do seu ser. (...) tenhamos presente, por outro lado, que a ação da Igreja em campos como os da promoção humana, do desenvolvimento, da justiça, dos direitos da pessoa, quer estar sempre a serviço do homem; e ao homem tal como o vê na visão cristã da antropologia que adota. Não necessita, pois, recorrer a sistemas e ideologias para amar, defender e colaborar na libertação do homem: no centro da mensagem da qual é depositária e anunciadora, ela encontra inspiração para agir em favor da fraternidade, da justiça, da paz, contra todas as dominações, escravidões, discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa, agressões contra o homem e tudo o que atenta contra a vida. Não é, então, por oportunismo nem por afã de novidade que a Igreja, “perita em humanidade” é defensora dos Direitos Humanos. (JOÃO PAULO II In: CELAM, 1995, p. 27).

Segundo o Pe. José Comblim, da Conferência de Medellín a Puebla, houve mudanças significativas nas decisões e no modo de conceber a ação pastoral e social da Igreja:

Claramente, ao se compararem os documentos de Puebla com os de Medellín, nota-se certa mudança de foco. Em Medellín, enfocavam-se a

injustiça e a exigência pela justiça. Os pobres eram vítimas da injustiça. Jesus lutava contra a injustiça, que se tornara violência institucionalizada.

Em Puebla, o tema da justiça aparece com menos destaque e a expressão mais desatacada foi “opção pelos pobres”, muitas vezes completadas com o adjetivo “opção preferencial pelos pobres”. Aqui, já havia uma mudança que apontava para o início do abandono das teses de Medellín. (COMBLIM, 2005, p.267).

O termo “preferencial” não representava um avanço, mas um retrocesso da Conferência. O documento conclusivo desse evento estampa claramente qual será a relação da Igreja com os pobres:

Ao aproximar-nos do pobre para acompanhá-lo e servi-lo, fazemos o que Cristo nos ensinou , quando se fez irmão nosso, pobre como nós. Por isso o serviço dos pobres é medida privilegiada, embora não exclusiva, de nosso seguimento de Cristo. O melhor serviço do irmão é a evangelização que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, o liberta das injustiças e o promove integralmente (CELAM, 2005, p.328).

Apesar da ação de um pontificado excessivamente conservador, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil conseguiu manter um perfil mais progressista durante a realização da Conferência de Puebla.

Dom José reconhece que a Conferência de Puebla não foi tão profunda quanto a Conferência de Medellín¹¹⁷. Contudo, conseguiu realizar um trabalho que superava as resoluções de Puebla superando as resoluções pastorais dessa Conferência por meio de sua clara defesa dos pobres e da crítica as estruturas que não permitiam a *libertação integral* do ser humano:

Bispos, padres, religiosos e leigos, apesar de sua santidade e de sua pureza de intenções, continuam falando e agindo como se pobreza fosse uma contingência inseparável da condição humana neste “vale de lágrimas”. Não aprenderam ainda a distinção que Puebla faz entre pobreza escandalosa que deve combater a todo o custo, porque fruto de injustiça social, e pobreza evangélica que devemos praticar e fomentar. Não; não nos podemos conformar com a pobreza escandalosa que os economistas denominam pobreza absoluta. (...) Para ser fiel a Jesus Cristo e a sua opção preferencial pelos pobres, ela tem o dever de denunciar um sistema econômico, o capitalismo, e sua realização política, o sistema de governo, que cultivam a pobreza e a miséria para dela se alimentarem. (PIRES, 1983).

¹¹⁷ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

3.3. Em nome de Deus e dos Direitos Humanos: o conflito da Grande Alagamar

Os problemas agrários envolvendo a Grande Alagamar exigiram a presença de Dom José. A Grande Alagamar está localizada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, estando distante a 100 quilômetros de João Pessoa. Possuía 13 mil hectares e estava cadastrada no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como latifúndio de exploração. Seu dono, até 1975, era o Sr. Arnaldo de Araújo Maroja. Esse território era também conhecido como “Grande Alagamar” por ser formado de 14 propriedades que formavam as “Fazendas reunidas de Alagamar”. Eram elas: Fazenda Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Melo e Riacho dos Currais.

Nessa área residiam cerca de 700 famílias de agricultores, que trabalhavam na qualidade de arrendatários. Eram cerca de 4 mil pessoas (CANTALICE, 1985, p. 35).

A maioria dos arrendatários nasceu e se criou na área. A exploração da terra pelos arrendatários se dava mediante a produção da lavoura de subsistência, com o cultivo de feijão, milho, fava, arroz e algumas fruteiras e da lavoura comercial. Além dessas culturas, eles desenvolviam a pecuária extensiva criando animais de grande e pequeno porte que se destinavam ao autoconsumo e à comercialização. A cultura de expressão econômica em Alagamar era o algodão herbáceo. (MOREIRA, 1997, p.796).

Em 1975, o Sr Arnaldo Maroja faleceu e as terras foram vendidas sem nenhum comunicado aos trabalhadores daquela região. Os compradores dessas terras eram predominantemente de Pernambuco e vinham das cidades de Timbaúba e Macaparana. Após a compra das terras, os novos donos passaram a exigir a transferência desses agricultores para outros locais trazendo a tona os primeiros conflitos de Alagamar. Diante da recusa em sair desses espaços, os agricultores tornaram-se alvo das mais diversas violências.

Violência esta configurada através do aumento do foro; da destruição de roçados por máquinas ou pelo pisoteio do gado; da substituição consequente do plantio dos arrendatários, por cana ou pasto; do ajuizamento de ações de despejo, entre outros, num claro aviso de que não lhes interessava manter as relações de trabalho vigentes. (MOREIRA, 1997, p. 803).

Durante os anos de 1976 e 1977, Alagamar tornou-se um território de conflitos, mas também do surgimento de uma organização agrária. Para Dom José, as comunidades de

Alagamar, antes mesmos dos embates com os proprietários, já possuíam uma boa organização. Contudo, o sofrimento do povo estava estampado em seu cotidiano ocasionado pelas arbitrariedades e ameaças por parte de proprietários e jagunços. Mediante a situação na qual estava inserido o povo dessa região, Dom José escreve sua quinta Carta Pastoral com o título *Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*. Nessa carta, Dom José descreve as origens do conflito de Alagamar e lança duras críticas aos novos proprietários afirmando que os moradores daquela região que ali residem há 30 anos possuíam o direito a posse da terra. O Arcebispo conclama a Igreja a um compromisso maior com os pobres e afirma:

A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos, embora reconheçamos que estamos ainda longe de levar as consequências mais pesadas desse compromisso. Mas, estamos caminhando nessa direção e o número dos que se comprometem com o povo cresce constantemente. Como Jesus Cristo, não somos contra os ricos. Mas somos contra a ambição de muitos deles que impedem o desenvolvimento dos pobres. (...) Os compradores de Alagamar não precisam daquelas terras para viver. Os agricultores que nelas residem e trabalham dependem delas para sua sobrevivência. O bem comum está, pois, exigindo que elas sejam desapropriadas. Sustentamos que a compra por dinheiro não pode ser a única, nem a principal fonte do direito de propriedade. A necessidade e o trabalho são títulos mais nobres e mais legítimos. Quem precisa da terra tem mais direito do que quem não precisa. Quem a cultivou com carinho e dela tira o sustento é mais dono do que aquele que tem dinheiro, mas “nunca plantou um caroço de nada”. (...) A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legalidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho. O Governo o fez em Mucatu, que tinha menor extensão e menor número de famílias. Pode fazê-lo com maior razão em Alagamar e em casos semelhantes até que uma nova legislação consagre o direito do fraco e do necessitado. (PIRES, 1980, p.50).

Os camponeses tornaram-se protagonistas da luta por seus direitos e enviaram diversas cartas aos poderes constituídos denunciando as arbitrariedades cometidas contra os posseiros de Alagamar. Além disso, convém destacar as diversas vezes que os agricultores se instalaram diante do Palácio do Governo na capital paraibana realizando protestos.

Em 18 de outubro de 1978, os camponeses de Alagamar sofriam com a presença de capangas que representavam uma ameaça a qualquer tipo de organização comunitária. Nessa mesma data, foi enviado pelo Governador Dorgival Terceiro Neto um contingente de mais de 40 soldados para investigarem se havia armas, munições e capangas naquela região. Segundo os camponeses, os policiais nada fizeram com relação aos capangas dos proprietários. Na

verdade, policiais e “capangas” estiveram juntos durante toda a tarde desse dia como velhos amigos. (O NORTE, 08 de nov. de 1978).

Em 07 de novembro de 1978, por ocasião da vinda do Presidente da República Ernesto Geisel à Paraíba, os agricultores de Alagamar tentaram se encontrar com ele para relatar o drama no qual estavam imersos e denunciarem as atrocidades ocorridas em Alagamar. Os camponeses ficaram diante do Palácio do Governo a espera do chefe da nação, mas esse passou indiferente com relação aos manifestantes agrários. Apesar de não terem conseguido audiência com Geisel, eles escreveram a seguinte carta que foi publicada no dia seguinte no Jornal *O Norte*:

Fazendas Alagamar e Piacas, municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana Pb [sic.]. Em 07/11/1978. Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel: Nós somos moradores arrendatários nas grandes propriedades Alagamar e Piacas com as localidades: Salomão, Urna, Umari, Mumbuca, Serra de São José, Sapocaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Tejú, Juá, Armador, Grotta de São José, Forquilha, Caipora, Maria de Melo e outras que o povo está lutando. Também inclusive: Souza, Fazenda Campos, Baixio, Várzea Grande, Açude Novo, Onça, Riacho dos Currais. Somos 700 famílias cerca de 4.000 habitantes quase todos nascidos nesta propriedade espólio do senhor Arnaldo Maroja de Araújo que faleceu no dia 07/11/1975 e não tinha mulher nem filhos. E essas terras ficaram num testamento para ser vendidas e dividido o dinheiro com 42 herdeiros sobrinhos do mesmo. Então o dr. José Valdemiro, seu parente e o administrador Arlindo Paulino venderam as terras sem avisar aos moradores arrendatários que sem notificar os novos proprietários estão dando despejos a nós. (...) Os novos proprietários invadiram nossas posses com cana de açúcar com cercas e com gado. Nós tiremos a cana e as cercas desocupemos nossas áreas. Onde nós pagamos foros tiremos o gado que destruía nossas lavouras. Arbitrariamente foram presos 4 agricultores pelo proprietário Antônio Galvão Cavalcante Filho. Também o novo proprietário José Veloso mandou prender 4 agricultores sem motivos algum. (...) Os proprietários contrataram pistoleiros para nos amedrontar. Mais somos nós que cultivamos e plantamos nestas 12.000 hectares de terras. No dia de 31 de agosto de 1978, o proprietário Antônio Galvão Cavalcanti Filho mandou os capangas dele arrancar 12 mil pés de mandioca dos agricultores que os trabalhadores haviam plantado nas posses deles e diz que não paga, está na justiça. (...) Então estamos pedindo a Desapropriação a Vossa Excelência que só assim podemos viver, trabalhando e pagando nossos direitos e criando nossos filhos. Assina: os moradores. (O NORTE, 08 de nov. de 1978).

Os agricultores queriam a desapropriação das terras de Alagamar e também denunciar as torturas realizadas naquela região e assim escreveram o seguinte texto como uma espécie de coletânea das cartas endereçadas previamente ao governo do Estado:

Primeiro o caso que aconteceu com o agricultor que se chama Aluísio, que foi brutalmente devorado [sic] pelo administrador da fazenda Piacas, de nome Antonio Miguel que se fazia acompanhar de três elementos, inclusive decepou a orelha de Aluízio. Queremos comunicar a Vossa Excelência que estas duas propriedades vivem invadidas com elementos que se dizem pistoleiros e o que nos parece que são mesmo. Inclusive o povo vive amedrontado com estes elementos estranhos até as crianças não querem ir à escola mais com medo dos tiroteios que eles vivem fazendo.

O jovem Daniel, residente em Alagamar vinha de seu trabalho quando foi barrado por quatro elementos e logo sacaram do revolver forçando o jovem a descobrir aonde estava seu pai. Aí ele descobria ou eles atirava na sua cabeça.

Pela quarta vez estávamos limpando doze mil pés de roça do roçado comunitário em Alagamar. Sem que nós esperasse o proprietário Antonio Galvão, junto com três capanga destruíram toda lavoura de todos os agricultores fazendo soltar o gado.(...)

Temos outro caso. No dia 15 de setembro foi reconstruída uma casa de um agricultor em Piacas por ordem da Federação [FETAG]. Teve a tarde a presença da polícia de Salgado de São Félix dando voz de prisão no agricultor e proibindo a construção da casa. (O NORTE, 08 de Nov. de 1978).

Em 08 de novembro de 1978, o Presidente Geisel desapropriou 2.000 hectares de terras em Piacas e Alagamar por meio do Decreto 82.614/78. A decisão de desapropriar essas terras foi vista por muitos como uma medida para conquistar votos, tendo em vista as vésperas das eleições parlamentares. Com uma quantidade pequena de terra para ser desapropriada só seria possível assentar 80 famílias de Alagamar. Dom José, ao tomar conhecimento da notícia, afirmou:

A declaração de utilidade pública para efeito de desapropriação de 2.000 hectares em Alagamar e Piacas é certamente **uma boa notícia**. Eu a considero, antes de tudo, uma vitória da união do povo. Se os agricultores não tivessem se unido desde o momento em que a fazenda começou a ser vendida, se não tivesse lutado juntos, certamente esta primeira vitória não teria acontecido.

Disse que foi **uma boa notícia**. Ainda não foi uma **ótima notícia**. A desapropriação de apenas 2.000 hectares não vai solucionar a situação. São 700 famílias; mais de 4.000 pessoas. Os 2.000 hectares poderão atender as necessidades de cerca de cem famílias. E as demais? A não ser que o decreto de hoje seja o primeiro de uma série de outros que já estejam em estudos, a luta do povo de Alagamar terá que continuar até que seja desapropriada toda a área que é calculada em cerca de 13.000 hectares. (O NORTE, 09 de Nov. de 1978).

Apesar da pequena desapropriação de 2.000 hectares decretada pelo Presidente Geisel, Alagamar só conseguiu na prática apenas 1305,57 hectares (MOREIRA, 1997, p.813). O

decreto promulgado pelo presidente não chegou a ser efetivado em sua plenitude. Mediante o não cumprimento desse decreto, os agricultores insistiam em permanecer em outras áreas da Grande Alagamar. As ameaças aos agricultores eram constantes e várias casas de moradores foram destruídas (O NORTE, 02 de dezembro de 1978). Além disso, os proprietários Roberto Viana Batista e Antonio Galvão Cavalcanti Filho incitavam os capangas Marçal André Barbosa, José Barbosa, Sebastião Inácio, Antonio Inácio e Severino Inácio a destruírem as lavouras por meio da ocupação do gado.

Em 15 de março de 1979, Tarcísio de Miranda Burity assumiu a função de governador do Estado. Para Dom José Maria Pires, o governo de Burity deveria ser responsável por mudanças substanciais na vida do povo mais pobre e as vésperas de sua posse, Dom José escreveu artigo e ressaltou a verdadeira missão do governador:

No que toca, a Paraíba, a Igreja estará contente se os novos dirigentes, tendo a frente o Prof. Tarcísio Burity, concentrarem suas forças em dois objetivos: perseguir a fome até expulsá-la das fronteiras do Estado e devolver a palavra do povo. Mesmo que não se construísse um só prédio e não se fizesse um palmo de asfalto, o Governo criasse condições de trabalho e alimentação para todos, teria sido certamente um benemérito de seu povo. Para isso, é necessário que o povo possa falar através de suas organizações de classe como os sindicatos, as associações de bairro e outras semelhantes. Mais do que com os técnicos e com os homens de seu partido é com o povo que o Governo deve dialogar. Essa mudança de interlocutores poderá provocar mudanças de metas e de programas o que significará para o Governo que ele estará entrando no caminho das verdadeiras reformas sociais e políticas que até o presente não se fizeram e que se tornam cada mais urgentes. (O NORTE, 14 mar. 1979).

Percebe-se claramente que Dom José propunha uma postura do Governador de comprometimento com os movimentos e grupos sociais.

Em ações como essas e pela presença ostensiva da polícia militar nessa região, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos tomou uma posição a favor das vítimas de Alagamar.

O jornalista Carlos Antonio Aranha lançou a cartilha “*Os sem-terra: duas faces de uma luta*” relatando um posicionamento desse mesmo Centro por meio de Wanderley Caixe que para alguns era tido como o coordenador do CDDH:

O coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, Wanderley Caixe, denunciou que os policiais enviados para conter a violência nas áreas visitadas pelo governador Tarcísio Burity, inclusive abrindo postos de Polícia, não está lá para evitar a violência, mas

para aumentá-la. “Os policiais se juntam aos capangas dos proprietários e praticam arbitrariedades”. (ARANHA, 1981, p.02).

Segundo o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba Luiz da Costa Araújo Bronzeado, era necessária a implantação de um mini-posto policial em Alagamar, para conter os ânimos dos camponeses dessa região. Para Bronzeado, Wanderley Caixe motivou e orientou cerca de duzentas pessoas a invadirem as propriedades e para conter essas iniciativas, segundo o Secretário de Segurança Pública fazia-se necessária a presença dos militares de forma permanente.

No dia 28 de dezembro de 1979, a polícia se estabeleceu em *Caipora* com o objetivo de “tranquilizar” os agricultores de Alagamar. O CDDH relatou o evento marcado pela violência e a série de atrocidades cometidas pela polícia com o aval do governador e do proprietário Valdomiro Ribeiro Coutinho:

No dia 28 à noite, a polícia enviada pelo Governador e pelo Secretário de Segurança chegou à localidade de Caipora com o objetivo de “tranquilizar” os agricultores e proprietários; para isso a polícia foi preparada bombas de gás lacrimogêneo, fuzis, metralhadoras e cassetetes; “tranquilizou” os agricultores espancando homens, mulheres grávidas ou não, velhos e crianças. O resultado da ação tranquilizadora da polícia foram várias pessoas feridas, algumas tiveram que ser internadas com graves problemas de saúde, como noticiaram os jornais e rádios da cidade. (O NORTE, 01 de jan.1980).

Foi esse tipo de ação por parte do Governador, dos proprietários e da polícia que inspirou o desenhista Henrique Paiva Magalhães a fazer uma série de tiras com críticas ao Governo de Tarcísio Burity e à política da Secretaria de Segurança Pública. Henrique Paiva Magalhães era chargista do Jornal *A União*, jornal do governo do estado da Paraíba, e ficou conhecido por desenhar tiras para esse periódico a partir de 1975. Nesse mesmo ano, ele criou a personagem Maria que era caracterizada por posturas críticas ao governo nacional e estadual. Além de *Maria*, Magalhães criou em oposição àquela personagem a *Madame Cooperation* que por sua vez representava os interesses dos latifundiários e políticos paraibanos. O chargista se utilizava do humor da ironia para exprimir suas posturas políticas e fatos da vida paraibana. Em 17 de janeiro de 1980, o desenhista foi demitido desse veículo de comunicação por desenhar tiras criticando a situação de Alagamar. Essas pequenas histórias foram publicadas na edição de O Jornal *O Momento* edição de 20 a 26 de janeiro de 1980. Destacamos algumas tiras desse mesma edição por revelar a situação na qual estavam inseridos os camponeses de Alagamar, as ações dos militares e a presença da Igreja. A tira

abaixo revela a política de Segurança Pública de Luiz Bronzeado para Alagamar. Nela podemos observar que noção de paz que o Secretário possuía estava vinculada ações violentas para anular e desarticular os agricultores.

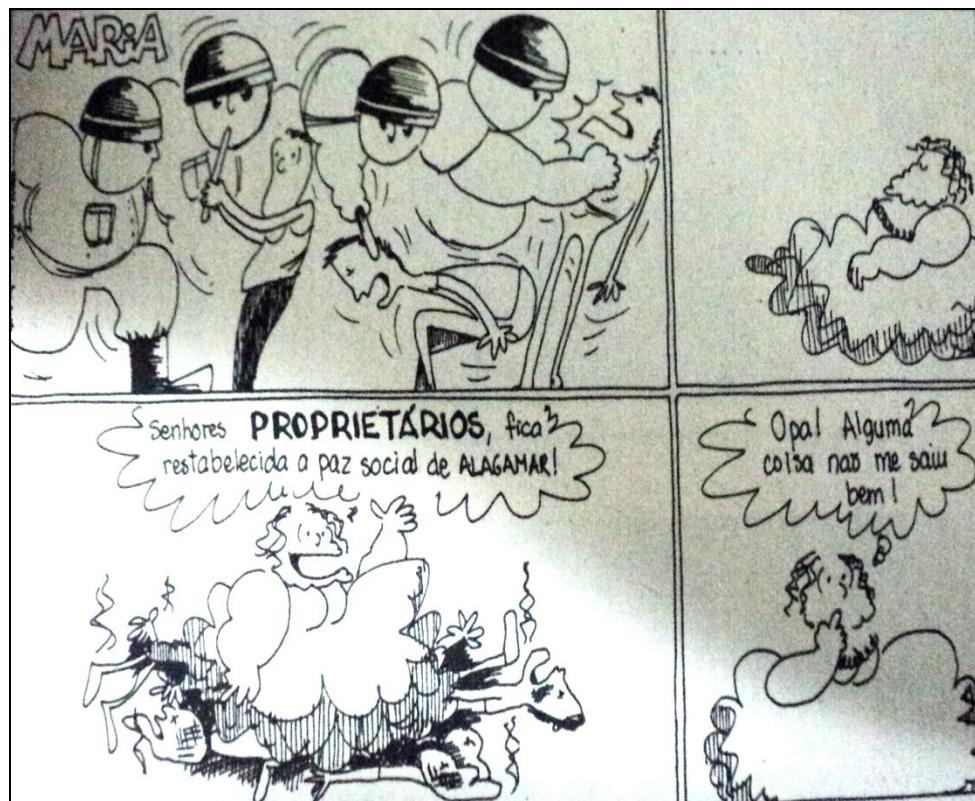


Figura 1: Policias em Alagamar. Charge de Henrique Paiva Magalhães
Fonte: Jornal *O Momento*, edição de 20 a 26 de janeiro de 1980.

Nessa mesma data, Dom José afirmou naquele veículo de comunicação que o CDDH já estava tomando as devidas providências para cuidar dos feridos de Alagamar, mas ressaltou que acolheu 12 pessoas feridas no conflito e que dois colonos, o Sr José Faustino de Araújo sofreu politraumatismo craniano e o Sr Manuel Faustino de Araújo permanecia internado por queixar-se de dores nas costas (*O NORTE*, 01 jan. 1980).

O Jornal *O Norte* do dia 30 de dezembro de 1979 publicou uma carta escrita pelos agricultores de Alagamar, Piacas, Caipora e Maria de Melo denunciando as atrocidades praticadas pelos policiais destacados pelo Secretário de Segurança pública Luiz Bronzeado:

O jornal [Jornal A União] publicou ontem que a tarde havia um clima de maior tranquilidade, tanto da parte de nós agricultores, como da parte dos proprietários, que o destacamento policial enviado pelo secretário da segurança pública, Luiz Bronzeado, tinha conseguido a paz e a tranquilidade.

Mas vejam como foi essa tranquilidade: quando os policiais foram chegando aqui foram logo tomado as facas peixeiras de nós moradores, até as que estavam enfiadas nas palhas da cozinha. Depois correu um boato de uma pessoa que a gente não conhecia, pensamos que foi um policial ou um jornalista , dizendo que o governador ia chegar naquela tarde em Caipora e que queria encontrar-se com todos nós que botamos o gado para fora do roçado. Então nós fomos para o lugar indicado. Chegando lá os policiais tomaram as facas de todos nós e deram 10 minutos para todos desaparecerem dali. Nós se afastamos um pouco, mas depois se juntar novamente. Depois que todos se juntamos convidamos os policiais para conversar um pouco. Vejam qual foi a conversa que os policiais veio conversar com a gente: Aqui não há reunião hoje a tarde; se vocês insistirem eu jogo três bombas em cima de vocês , disse os policiais. Disse isso e não contou história. Quando a gente viu foi a bomba caindo no meio de nós. A bomba quando estourou ninguém aguentou a catinga de uma fumaça que saía dela. Todo mundo saiu na carreira e os policiais empurrando a gente em cima da bomba para morrer com a catinga. Os policiais empurrou a gente, os policiais deram socos, os policiais deram ponta-pés, os policiais deram coronhadas de fuzis, os policiais apontavam com metralhadoras e fuzis para cima de nós, os policiais arrastaram e levaram o companheiro José Barbosa. Muitas pessoas saiu ferida, inclusive crianças, por causa da agressão dos policiais. As mulheres gritavam vendo seus filhos, esposos e elas mesma levando pau de polícia enviada pelo secretário de segurança pública, Luiz Bronzeado para levar a paz e a tranquilidade para Alagamar, Piacas, Maria de Melo e Caipora. (O NORTE, 30 dez 1979).

O desenhista Henrique Magalhães desenhou a seguinte tira criticando a postura dos militares que estavam a serviço do Governo e dos proprietários e enfatizou que segurança era sinônimo de violência e repressão, revelando ainda que os trabalhadores de Alagamar tornavam-se prisioneiros em suas próprias casas.

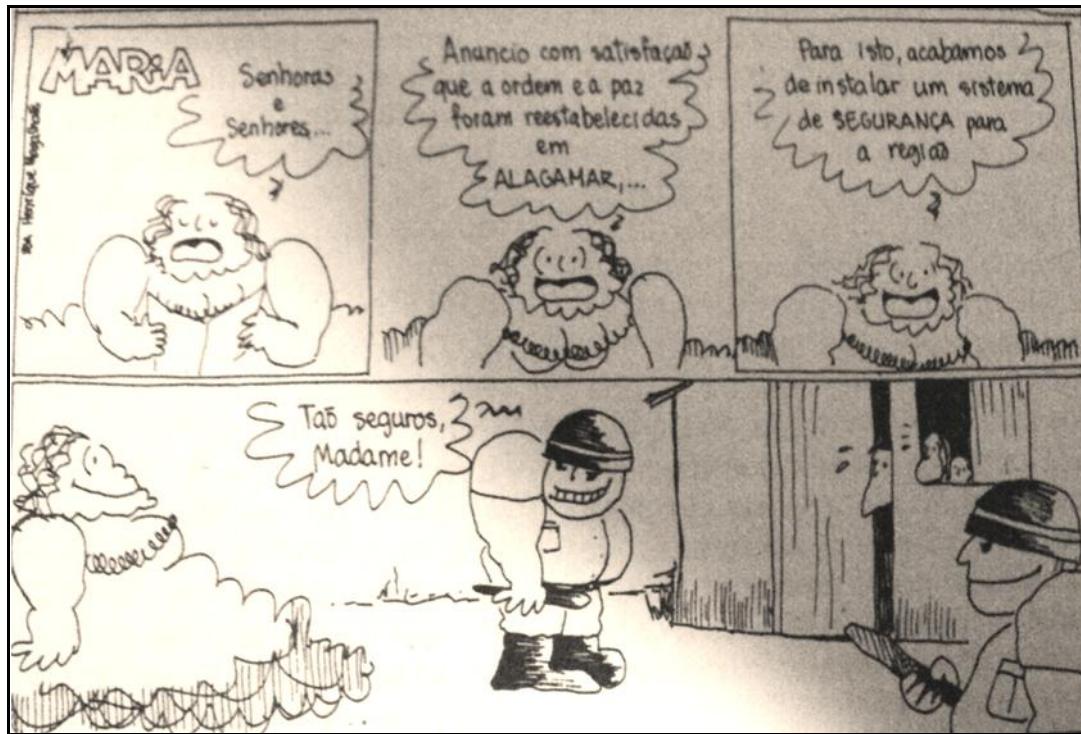


Figura 2: Policiais estabelecendo a “ordem” em Alagamar.

Charge de Henrique Paiva Magalhães

Fonte: Jornal *O Momento*, Edição de 20 a 26 de janeiro de 1980.

O Jornal *O Norte* de 31 de dezembro de 1979, informou que no dia 29 de dezembro ocorreram diversas arbitrariedades praticadas por policiais. Em Alagamar se difundiu um clima de terror que se expressava por meio do uso de bombas de gás lacrimogêneo e pela presença de forte aparato militar. O mesmo jornal constatava a existência de alguns feridos e noticiava a morte de uma criança de apenas três meses de idade. Segundo esse periódico, Alagamar e mais precisamente a Fazenda Maria de Melo tinham algumas lideranças que propuseram a retirada do destacamento policial dessa região e a saída do gado dos roçados desse território.

Os moradores alegam nesse mesmo veículo de comunicação que os padres foram proibidos de fazerem seus atos religiosos ou quaisquer reuniões nessas propriedades. Mais uma vez, Henrique Paiva Magalhães desenhou uma charge que também foi censurada e publicada posteriormente pelo Jornal *O Momento* na edição de 20 a 26 de janeiro de 1980. A charge apresenta a *Madame Coorporation* num acesso de fúria diante da presença de padres

em Alagamar. Em meio aos gritos de incitação a violência, ela chama os padres de comunistas. Enquanto isso, os padres são presos por policiais.



Figura 3: Policiais prendem padres em Alagamar. Charge de Henrique Paiva Magalhães
Fonte: Jornal O Momento, Edição de 20 a 26 de janeiro de 1980.

No 01 de janeiro de 1980, por meio do Jornal *Correio da Paraíba*, O Secretário de Segurança Luiz Bronzeado, apresentava a violência contra cinco policiais e responsabilizava a Arquidiocese pelos conflitos existentes em Alagamar. Para Bronzeado, os padres daquela região, de modo especial o Pe. Cornelius Smith e o CDDH da Arquidiocese eram provocadores dos conflitos em Alagamar (CORREIO DA PARAÍBA, 01 de jan de 1980).

Com essa situação, os trabalhadores de Alagamar reagiram iniciando aquilo que ficou conhecido como o “Conflito de Alagamar”. As formas de reação foram as mais diversas. Buscaram auxílio do FETAG e do CDDH da Arquidiocese da Paraíba (MOREIRA, 1997, p.181).

Em Alagamar, o proprietário e os policiais desconfiavam da atuação de agentes de pastorais ou quaisquer religiosos. Para os donos dessa propriedade os agentes de pastoral são incitadores de contendas, terroristas, clandestinos e ainda em alguns casos “agentes ilegais” de instituições internacionais. É importante recordar que Dom José conseguiu trazer para a

Arquidiocese da Paraíba diversos padres e freiras de outros países e como exemplo citamos as Irmãs Tony Van Han e Marlene (ou Helena) Burgers e o Frei Hermano Courten, os três de origem holandesa, e que trabalhavam no Brasil desde 1970.

A Irmã Marlene Burgers foi presa no dia 25 de dezembro de 1979, com um camponês, o Sr Cícero Tiburtino. O agricultor foi preso com a acusação de desrespeitar a ordem da Secretaria de Segurança Pública do Estado que proibia expressamente reuniões de camponeses em Alagamar. A Irmã Helena foi presa por ser funcionária do CDDH da Arquidiocese da Paraíba e na ocasião ser uma das organizadoras da reunião dos camponeses com esse mesmo Centro. Ambos foram levados para a carceragem do Município de Pilar. A Irmã Helena descreveu como foi aquele dia presa na delegacia de Pilar:

Fui presa na tarde de anteontem, em Alagamar, pelo Tenente Silva, do destacamento de Guarabira que, na oportunidade, estava armado com um lança-bombas. Na ocasião, ele disse que eu não podia me deslocar até o local onde se dava a reunião dos agricultores.

(...) Não sofri nenhuma agressão física. Entretanto, o agricultor que foi preso na mesma oportunidade, pouco antes de mim, foi espancado a coronhadas de fuzil em Alagamar e quando foi levado para a cela em Pilar pelo delegado daquele local e o guarda que o auxiliava. (O NORTE, 30 jan 1979).

A Irmã Marlene ressaltou em entrevista ao Jornal que a figura de Dom José foi decisiva para a libertação de ambos naquele mesmo dia. Dom José entrou em contato pessoalmente com o governador Tarcísio de Miranda Burity para que aqueles agentes de pastoral fossem libertos. O jornal *O Norte* noticiou esses fatos enfatizando a ação de Dom José nesse momento de tensão e a resposta de Burity:

O bispo Dom José lembra que ao saber das duas detenções ficou preocupado e de imediato se comunicou com Burity. Este lhe informou que já havia dado ordem para que fossem postos em liberdade. Mesmo assim, Dom José informou que iria pessoalmente a Pilar para se certificar da libertação do casal. Burity, em resposta, pediu para acompanhá-lo. Em Pilar, por terem se antecipado, foram informados de que a ordem ainda não havia chegado ao destacamento policial. (idem).

Os Jornais *O Norte* e o *Correio da Paraíba* de 04 de janeiro de 1980 apresentam a mesma manchete sobre Alagamar. Ambos reforçam a ideia de que a ação do Secretário de Segurança Pública do estado é abusiva. Em Alagamar ficou estabelecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado que não seria permitida a entrada de estrangeiros e para garantir

que não houvesse manifestações populares foi enviado um contingente de 250 soldados que deveriam ficar de prontidão munidos de um grande arsenal bélico.

No *Diário da Borborema* desse mesmo dia, o Secretário de Segurança Luiz Bronzeado critica severamente a presença de padres e religiosas estrangeiras afirmando:

Estamos dispensando os serviços dos cleros importados, formados nas escolas do marxismo-lenilismo dos Conventos da Europa, porque eles é que estão induzindo o camponês a tomar uma atitude hostil, ilegal e revolucionária em Alagamar. (DIARIO DA BORBOREMA, 04 jan 1980).

E continua no dia 05 de janeiro ao Jornal o Norte:

Todos os religiosos da América Latina a serviço da Igreja, oriundos da Europa, tem preparação ideológica (falsa teologia), direcionada para a implantação do marxismo-lenilismo, o mesmo ocorrendo com os que se encontram nas áreas camponesas em litígio, do que ocorre na Fazenda Maria de Melo, distante seis quilômetros de Alagamar e Piacas. (O NORTE, 05 jan 1980).

O governador Tarcísio Burity se posicionou por meio dos veículos de comunicação do estado e enfatizou que não iria apoiar a subversão no campo e a presença de estrangeiros que para ele estimulavam o conflito entre os camponeses da região de Alagamar com os proprietários de terra. Para o governador e também para o Secretário de Segurança, Alagamar não pode deixar de ter um contingente de policiais. Para o governador, a presença de policiais nessa região foi uma solicitação da comunidade local para “evitar derramamento de sangue” (O NORTE, 05 jan 1980).

Ao Governo do Estado – declarou o Sr Tarcísio Burity – cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do Governo Federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietários. A paz e a ordem deveriam ser mantidas sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidas no conflito. (idem).

No dia 05 de janeiro desse mesmo ano, Dom José esteve com outros bispos em Alagamar. Os bispos eram Dom Helder Câmara (Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife), Dom Francisco Austragésilo (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira) e Dom Manuel Pereira (bispo da Diocese de Campina Grande). Os bispos, juntamente com os agricultores, expulsaram o gado dos roçados. A expulsão dos animais era mais do que a

retirada da grei presente naquela propriedade. Esse gesto constituía a defesa legítima do direito a terra para os agricultores e uma provocação aos policiais que assistiram a cena incólumes. Por conta dos conflitos existentes na região de Alagamar, Dom José era apresentado como *subversivo, provocador da ordem vermelha, comunista de sacristia e imitador de Fidel Castro* (Genaro IENO In: MOREIRA, p.809).

Desta ação de Dom José junto as comunidades rurais da Grande Alagamar, podemos destacar a existência de uma série de fotografias que enriquecem nossa leitura acerca do passado. As fotografias ou o texto visual nos possibilita uma série de interpretações sobre um determinado assunto que por vezes não é explorado pela linguagem verbal. Assim nos esclarece Maurício Lyssovscy:

A fotografia ou o desenho permitem uma penetração de significados por meio da memória espacial e da associação de imagens. O exercício de análise das fotografias estimula a percepção visual e habitua a enxergar na foto uma radiografia com sugestões de significados invisíveis que ultrapassam o enquadramento das duas dimensões. (LYSSOVSCY, 2002, p. 43).

A imagem, portanto, tem por finalidade “garantir, reforçar, reafirmar e explicitar nossa relação com o mundo visual” (AUMONTE, Jacques: 1995). Assim, as imagens aqui expostas explicitam a ação de Dom José permitindo-nos perceber o poder simbólico exercido por ele em sua relação com os representantes dos proprietários e os agricultores. Sabemos que toda fotografia nasce a partir de um certo objetivo. A prioridade por um ângulo ou mesmo alguma ação nasce de uma seleção que na maioria das vezes não se dá de modo arbitrário. Na verdade, como nos lembra Boris Kossoy, a fotografia revela uma visão do mundo do fotógrafo:

O testemunho que é registro fotográfico do dado exterior é obtido/elaborado segundo a mediação criativa do fotógrafo. É por isso que o testemunho e a criação são os componentes de um binômio indivisível que caracteriza os conteúdos das imagens fotográficas. Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor. (KOSSOY, 2002, p. 50).

É importante ressaltar que a fotografia nos fornece microcenários do passado, mas para que o trabalho de análise de uma determinada fotografia se torne algo realmente válido faz-se necessário a complementação de informações históricas. Em nosso caso, a fotografia é

mais do que um recurso para ilustração, pois podemos por meio dela enriquecer nossa leitura do passado e em nosso caso, sobre a atuação Dom José Maria Pires nesses cenários agrários.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu a fotografia responde a realidade de uma coisa representada e possui uma função limitada por seus públicos alvos, ou seja, nenhuma fotografia será aceita dentro de padrões estéticos universais. Por vezes, as fotografias carregam legendas constituindo-se como um recurso que revela a posição do fotógrafo ou do órgão da imprensa em que foi veiculado. Em Bourdieu (2011, p. 49), a fotografia evoca o passado e também de algum modo pretende apresentar o futuro que se dá por meio de planos estéticos formais. Por esse motivo, ele afirma que a análise de uma fotografia na verdade é uma *transgressão simbólica*, pois a interpretação sempre dependerá de diversos aspectos merecendo destaque a interpretação dos espectadores dessa mesma fotografia.

A foto que se segue nos coloca diante de uma nova postura do Arcebispo. Como foi expresso pelo Secretário de Segurança Pública Luiz Bronzeado, somente Dom José, por ser o arcebispo da Paraíba poderia realizar reuniões em Alagamar. Contudo, convém ressaltar que a reunião na Fazenda Maria de Melo, comunidade pertencente ao território de Alagamar, se dá entre pessoas que partilham de ideais semelhantes. A estrutura piramidal presente na instituição eclesiástica e retomada pelo papa polonês era quebrada na Paraíba por gestos de profundo simbolismo como sentar-se no chão com vestes simples no lugar de batinas ornadas de insígnias religiosas, o chapéu de palha no lugar do solidéu e/ou da mitra e as sandálias no lugar das meias e sapatos episcopais. É importante destacar sua presença junto às pessoas de pouca ou nenhuma formação escolar. Dom José se destaca por fazer de cada membro daquela região um protagonista das mudanças que estariam presentes nesses espaços. A atitude dos participantes nessa cena é de profunda escuta e atenção à voz de seu líder religioso, mas também o defensor de seus direitos.



Fotografia 10: Dom José Maria Pires e camponeses da Fazenda Maria de Melo,
território de Alagamar.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Podemos destacar também a ação de Dom José Maria Pires com os agricultores. Alagamar foi palco de conflitos dos proprietários e das pessoas mais simples. Nesse espaço, Dom José permanece por alguns dias e se solidariza com as vítimas desses conflitos. Dom José nos relatou que em Alagamar havia uma situação de quase abandono das leis em defesa dos mais pobres daquele espaço.

Em janeiro de 1980, os bispos do Regional Nordeste II, que compreendia os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, estavam reunidos por ocasião de um encontro de avaliação e de estratégias pastorais e eis que acontece um momento de tensão profunda em Alagamar. Assim, Dom José nos revelou:

Nós estávamos reunidos aqui, todo o Regional Nordeste II, quando chega alguém e diz: “olha, tem um bando de soldados, uns cem soldados, garantindo os proprietários para poder colocar o gado nas plantações deles. Aí Dom Helder que era presidente do regional diz: E nós vamos ficar aqui na nossa reunião enquanto o povo está oprimido assim? E discutiu o que vão fazer. E dom Helder disse vamos lá. Quem é que vai? Vai dom Helder que era o presidente do regional, vai dom Zé Maria por que tá acontecendo isso na diocese dele... vai Dom Manuel Pereira por que ele tem um programa de rádio Bom Dia Irmãos que todo mundo escuta e que é muito conhecido e vai Dom Francisco Austragésilo por que aqui no regional ele responsável pela pastoral rural(...). Quando lá chegamos, já na primeira porteira estavam uns

policiais, Dom Helder foi o primeiro a descer. (...). Aí o fulano [o policial] lá [disse]: Mas, Dom Helder o Senhor por aqui? Que alegria!!! O Senhor quer alguma coisa? O Senhor quer entrar aí? Quer visitar? Olhe o senhor conte com toda a nossa proteção. Então entrou eu e Dom Helder. Logo depois, entra os outros dois bispos. Depois veio um caminhão com padres e freiras e eles não puderam entrar (...) entrou só nós quatro. Aí o gado comendo a macaxeira do povo, o povo foi percebendo que estávamos lá então começou a sair gente de toda a parte. Antes não, eles ficavam nas casas e com medo. Agora, eles viram a gente e vieram. Aí Dom Helder começa a pregar pra eles, os mandamentos da Não-Violência: Primeiro: nunca matar! segundo: nunca ferir; terceiro: nunca ter ódio por que outro é seu irmão, etc...etc..¹¹⁸

Ressaltamos que nesse espaço, Dom José e os demais bispos exercem sobre a comunidade agrária uma espécie de intervenção. Pode-se perceber claramente por meio da fotografia que se segue a reverência do soldado diante de Dom Helder e dos demais bispos compartilhando com outras pessoas de momentos de certa tranquilidade. Os bispos seguravam as manivas de macaxeira para expulsar o gado das terras de Alagamar. Os soldados que ali estavam possuíam armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo semelhantes as que foram lançadas sobre os camponeses no início do mês de janeiro desse mesmo ano.



Fotografia 11: Dom Helder Câmara sendo cumprimentado por um policial, Dom José Maria Pires e Dom Francisco Austragésilo de Mesquita segurando manivas.
Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

¹¹⁸ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

Dom José, juntamente com os demais bispos, havia percebido que grande parte da plantação dos camponeses daquela região estava sendo destruída pelo gado dos proprietários de Alagamar. A partir disso, Dom Helder perguntou aos demais o que deveria ser feito.

[Disseram:] “E agora Vamos tirar o gado”. Aí os policiais disseram: “Os senhores não podem fazer não”. [E dom José respondeu:] “E vai deixar o gado continuar? Olha lá o gado comendo a plantação do povo”. Aí o soldado respondeu: “Isso quem tem que fazer é o proprietário. Aí disse: ah, não adianta conversar com esse povo não”. Aí Dom Helder pega uma manivazinha e começa a tocar com muito jeito o gado. E disse: “Olha gente, vocês toquem também, mas devagarzinho porque o gado comeu mandioca, se ele correr muito alguma rês pode sentir-se mal”. Aí nós quatro cada um com uma manivazinha tangendo o gado. Aí foram formando grupos. Onde estava Dom Austragésilo, estavam um batalhão aí na frente. O policial gritou: “Aqui, não passa!”. Dom Austragésilo disse: “Eu passo!” Austregésilo era brabo. Ele foi e passou no meio dos soldados. Só que ele ficou sozinho do outro lado. O povo não passou. Então ele voltou e disse vamos por ali. Eles contornaram onde estava a polícia e entraram também. Ora em questão de duas horas, duas horas e meia nós retiramos todo o gado das plantações. Eram mais de quinhentas reses.¹¹⁹

Os bispos haviam trocado seus báculos, instrumentos simbólicos do poder do epíscopo na esfera católica, por manivas de mandioca. Era a troca de um aparato simbólico por outro que seria utilizado por muitos participantes de Alagamar. Essa ação dos bispos, de algum modo, dava àquela comunidade uma trégua diante de tantos problemas e conflitos.

É importante salientar que após a entrada dos bispos em Alagamar no dia 05 de janeiro não foi possível à entrada de nenhuma agente de pastoral. Podemos exemplificar mencionando o Pe. José Diácono de Macêdo e a leiga Maria do Socorro.

Chegando o final do dia, os bispos deveriam voltar para as suas dioceses de origem e Dom José, como era o bispo da Arquidiocese da Paraíba, decidiu ficar em Alagamar e passar alguns dias com os agricultores daquela região. É importante ressaltar que enquanto Dom José estava em Alagamar os demais religiosos, por meio de uma decisão do governador, não podiam fazer quaisquer visitas ao local.

As pessoas possuíam plena confiança na figura dos epíscopos católicos e, sobretudo na figura do bispo da Arquidiocese da Paraíba. O poder simbólico exercido por Dom José Maria Pires extrapolava a credibilidade junto aos camponeses. Podemos verificar isso facilmente por

¹¹⁹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

meio da fotografia que segue. Nela, o poder militar se dobra diante do arcebispo que apresenta o camponês que ele defendia publicamente.



Fotografia 12: Dom José Maria Pires com agricultor diante de um policial militar.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Diante dos discursos e entrevistas do governador e da situação de Alagamar, Dom José pregou o chamado exercício da *desobediência civil*. Em nota distribuída em toda a Imprensa da Paraíba, Dom José discorreu sobre a posição da Igreja Arquidiocesana em Alagamar.

1. Não queremos, nem admitimos a violência. Para nós, conforme a declaração do Santo Padre Paulo VI, “a violência não é cristã, nem evangélica” (“Nunca matar!””Jamais ferir”).
2. Não aceitamos a passividade, o medo, a acomodação, o isolamento dos pobres e oprimidos. (“estar sempre atento! Sempre se unir”).
3. Respeitamos a **objeção de consciência** e, por isso, aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. (“desobediência às ordens de sua excelência quando vem nos destruir”). (O NORTE, 07 de jan de 1980).

O governador Tarcísio de Miranda Burity no dia seguinte ressaltava nos jornais que o problema de Alagamar não era uma questão de polícia, mas uma questão social. E criticou o posicionamento do Arcebispo sobre a *desobediência civil*.

A propósito de nota distribuída pelo Sr Arcebispo D. José Maria Pires, ontem divulgada pela imprensa, venho prestar a opinião pública os seguintes esclarecimentos:

Concordo plenamente com o Sr Arcebispo D. José Maria Pires que os conflitos sociais devem ser resolvidos pela não violência;

Reafirmo a convicção de que o problema de Alagamar decorre da estrutura fundiária do País e que sua solução somente ocorrerá com a reforma da legislação pertinente. A questão de Alagamar não é caso de Polícia, e sim de caráter social, devendo merecer toda a atenção possível das autoridades, com vistas a impedir as injustiças sociais e a promover o atendimento do camponês pobre e sem terra. (...)

8- fiz apelo pessoal ao Arcebispo D. José Maria Pires para que impedisse religiosos estrangeiros de participarem de reuniões em Alagamar, a fim de evitar que um possível incidente, resultante do clima de tensão existente, pudesse e possa causar dificuldades não só ao Governo do Estado mas também ao Governo brasileiro;

9-no primeiro dia deste ano, recebi em minha residência o Sr Arcebispo D. José Maria Pires, que me informava ter sido detida na área conflitada a religiosa Marlene, de procedência holandesa. Numa demonstração de boa vontade, de crença na política do diálogo e em mais um gesto de colaboração com a Igreja, desloquei-me à noite com o Arcebispo para a cidade de Pilar, onde ordenei a Polícia libertar a religiosa. Em seguida, coloquei-a em meu automóvel, trouxe-a até esta Capital e mandei deixa-la em sua casa;

10- embora o Sr Arcebispo D. José Maria Pires tenha me afirmado que, conforme sua interpretação do apóstolo São Paulo, nenhuma verdadeira mudança poderá ser feita sem sangue, acho que este não é o caminho acertado para que deseja, com sinceridade, que os problemas sejam resolvidos sem violência;

11- reitero que, apesar da diversidade de concepções de justiça social existente, o único caminho a ser seguido é o do cumprimento e do respeito a lei positiva, que é a expressão da vontade coletiva;

12- Não posso deixar de externar minha preocupação quando S. Excia. Reverendíssima, na nota ontem publicada pela imprensa, aconselha “a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz”,mesmo por que os conceitos de justo, e de injusto e de “objeção de consciência” são eminentemente relativos e individuais, fora do padrão legal. O conselho do Sr. Arcebispo poderá provocar consequências imprevisíveis;

13-espero, enfim, que o alto senso de equilíbrio, de prudência, de não violência e de império da razão, defendido e exercido pela Igreja em sua história, fundamente a minha certeza de que juntos, Arquidiocese e Governo do Estado, buscaremos a solução correta e justa para a proteção dos humildes, sem ferir, entretanto, o direito de ninguém (BURITY in O NORTE, 08 jan 1980).

Mediante a proibição dos religiosos frequentarem Alagamar, o CDDH solicitou *habeas corpus* para os religiosos que foram presos e o salvo conduto para transitarem naquela área e denunciaram as posturas do governador do estado:

A determinação do Exmo. Sr. Governador, à toda evidência, não encontra qualquer amparo legal, eis que a Constituição não distingue entre brasileiros e estrangeiros, corporificando, destarte, inequívoco atentado ao direito de ir e vir assegurado a todos os habitantes do Brasil. Em tais condições, para não se verem, outra vez, submetidos ao indevido constrangimento ordenado pelo Sr Governador do Estado vêm os pacientes perante esta alta Corte de Justiça impetrar a presente ordem de habeas corpus preventivo, para o fim de lhe serem assegurados o direito de transitar livremente por todo o Estado da Paraíba, ressalvada naturalmente, a hipótese de domicílio privado ou de repartições públicas integrantes do sistema de Segurança Nacional. (CORREIO DA PARAÍBA, 12 jan. de 1980).

Depois de passados alguns dias, Dom José relata que o Governador Tarcísio Burity havia recebido um telegrama do Presidente Ernesto Geisel. E assim ele nos relatou:

Volto pra casa... O Tarcísio Burity tinha recebido um telegrama do General Geisel dizendo que ele resolvesse a questão. Então o Tarcísio reuniu os proprietários lá e disse: "Olha nós tem que comprar aquela terra". [os proprietários disseram:] "Não, aquilo não é pra vender não. Aquilo é pra gente trabalhar. Nós vamos plantar ali cana, vamos criar gado, etc." Ele disse: "Olha aqui a ordem do presidente da República." Todo mundo então silenciou. O Tarcísio então desapropriou a terra, o governo pagou o preço da terra e fez ali uma cooperativa.¹²⁰

Mediante as pressões dos camponeses de Alagamar, a assistência jurídica do CDDH e a presença de Dom José nessas áreas de conflitos rurais, o Presidente Geisel iniciou um processo de desapropriação das terras na Grande Alagamar. A primeira delas foi a Fazenda Maria de Melo em 1980, o palco dos conflitos e local de convergência da ação das diversas fazendas da Grande Alagamar. Esta fazenda foi comprada com investimentos do Proterra/Funterra no mês de fevereiro desse mesmo ano. As outras áreas da Grande Alagamar ainda passaram pelo menos seis anos para serem desapropriadas.

Dom José fez uma comparação entre o assentamento de Mucatu e Alagamar ressaltando a realidade social e a consciência política de cada uma delas.

A diferença entre Mucatu e Alagamar é que Alagamar era um povo mais consciente. E também com mais autonomia. Em Alagamar todo mundo trabalhava bem a terra, plantava muita mandioca e macaxeira. Então eles tinha um certo recurso. Não viviam assim; não eram pedintes. Enquanto em Mucatu era o pessoal da cana. Eles não tinham nada. A terra não era deles. Eles não sentiam a mesma autonomia que sentia o pessoal de Alagamar. Agora, o projeto de Mucatu aconteceu também porque eles viram que na

¹²⁰ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

medida que o proprietário ia invadindo as plantações deles, arrancando as outras para plantar cana então isso realmente provocou uma série de ações que provocou a tomada de consciência.¹²¹

Dom José ressaltou que foi por conta da organização popular que Alagamar e Mucatu conseguiram êxito. Nessas terras não foi apenas a figura de Dom José que era protagonista dessas reivindicações, mas também os camponeses e os agentes de pastorais pertencentes ao CDDH. Contudo, convém ressaltar que na história da Paraíba, nunca um bispo havia se identificado com os problemas dos mais necessitados e desvalidos nas áreas rurais. Dom José, como representante da hierarquia e membro do Colégio dos bispos, inovou estabelecendo um processo de novas ações para com aqueles que eram vítimas das opressões em áreas de conflitos agrários e agente motivador de uma nova ação pastoral.

¹²¹ Depoimento de Dom José Maria Pires ao autor, em 01 de junho de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desse trabalho, tivemos a oportunidade de refletirmos sobre um personagem de suma relevância para a história dos Direitos Humanos na Paraíba. Podemos perceber claramente que Dom José Maria Pires é este bispo que experimenta profundas modificações ao longo de seus posicionamentos e práticas políticas.

Desde o período de sua formação presbiteral, o jovem José Maria Pires foi instruído por meio da Igreja a possuir uma postura crítica com relação à doutrina e prática comunista. Tudo aquilo que refletisse os escritos do filósofo alemão deveria ser repudiado pelos membros da instituição eclesial. Assim, a Igreja Católica e os membros de sua hierarquia formavam uma extensa organização de religiosos avessos ao comunismo. O Pe. José Maria Pires, pároco das cidades de Travessão de Guanhães e Curvelo, era um legítimo representante dessa organização religiosa e, portanto, partilhava das mesmas opiniões da Igreja.

Ao longo de sua vida presbiteral, este padre possuía práticas que eram comuns a vários presbíteros e religiosos. O modelo de vida presbiteral apresentado pelo Papa Pio XII estava presente e vigente na instituição eclesial e os padres atuavam por meio de uma ação, na maioria das vezes, marcada pelo assistencialismo e com pouco compromisso com a transformação social. Assim, o jovem *Cura* era para o povo de Curvelo e Governador Valadares o dispensador dos sacramentos e comunicador da mensagem evangélica.

Ainda jovem, foi surpreendido com o convite e nomeação para ser bispo da Igreja Católica. A princípio relutou em aceitar esse chamado. Contudo, o Núncio Apostólico Monsenhor Armando Lumbardi o convenceu a assumir essa função. Dom José foi sagrado bispo durante o pontificado do Papa Pio XII, o que significava dizer que o modelo de vida episcopal era inspirado nas ideias e resoluções do Concílio de Trento e Vaticano I, onde bispos eram considerados príncipes pelos fieis católicos e mantinham um perfil conservador.

Como bispo da Diocese de Araçuaí no Estado de Minas Gerais, Dom José teve de se posicionar sobre o Golpe Militar de 1964. Sua postura inicialmente foi de total apoio ao regime político que estava se iniciando. Contudo, diante dos rumos tomados pelo governo militar, Dom José, como bispo daquela diocese mineira, passou a criticar o novo regime pelo não cumprimento das promessas feitas e pelas inúmeras atrocidades cometidas. Como exemplo, podemos recordar os padres e religiosos que eram questionados e detidos pela

polícia da região com acusações de subversão e vinculação ao comunismo. Diante dessa situação, o bispo tinha seus primeiros confrontos com o regime militar. Dom José nos primeiros meses do regime militar denunciando a prática repressora dos militares.

Em 1966, Dom José chega a Paraíba e foi recepcionado por autoridades religiosas e políticas desse Estado. Já nos primeiros dias de seu bispado nessa arquidiocese, ele causou polêmica com relação à política dos militares que comemorava dois anos da “Revolução”. Em seus primeiros discursos religiosos, homilias e pregações, o Arcebispo ressaltou a ineficácia do sistema político instaurado no país e atraiu sobre si as críticas de vários militares da Paraíba.

A atuação política de Dom José Maria Pires era partilhada também por alguns bispos, grupos de teólogos e religiosos católicos da Teologia da Libertação. Para ele, a TdL era uma resposta à necessidade de se fazer uma experiência teológica que superasse a abstração filosófica e levasse em consideração o nascimento de uma práxis alicerçada na justiça social e na defesa dos Direitos Humanos. Tanto na TdL quanto no pensamento de Dom José, a práxis está acima da doutrina, pois em primeira instância está o valor da vida com dignidade. A vinculação a esse movimento fazia com que Dom José fosse criticado inúmeras vezes por seus próprios confrades e por autoridades políticas.

Podemos perceber que até sua chegada a Paraíba, embora sendo crítico aos militares, a atuação de Dom José referente aos Direitos Humanos ainda era pouco expressiva. Ele mesmo reconheceu que as mudanças em sua mentalidade e em sua prática pastoral e política se devem ao fato dele ter sido nomeado para ser bispo de uma diocese do Nordeste e pelas resoluções do Concílio Vaticano II.

Podemos perceber também que Dom José vive em meio a pontificados bastante distintos na Igreja. Sua escolha para bispo católico se deu no conturbado pontificado de Pio XII; a maior parte de sua ação em Araçuaí durante o pontificado de João XXIII e sua chegada a Paraíba durante o pontificado de Paulo VI. Contudo, sua ação nesse estado se dá em grande parte durante o pontificado de João Paulo II. Embora sendo apresentado pela mídia mundial como um papa moderno, o papa polonês trouxe para o ambiente eclesial uma série de medidas conservadoras.

Dom José Maria Pires, sintonizado com este Concílio e contemplando a situação socioeconômica do povo paraibano inova através de uma ação pastoral que ultrapassava a doutrina religiosa e a celebração dos sacramentos. Para ele, essa ação tem como destinatários os mais pobres e excluídos da sociedade.

Nesse momento, convém destacar que coincide com a ação de Dom José nos áreas rurais e da veemente defesa dos Direitos Humanos no território da Arquidiocese da Paraíba. Enquanto, o papa afirmava que a tarefa dos bispos era apenas religiosa, no estado da Paraíba, o bispo local superava essa ação religiosa e se estabelecia como *profeta* no mundo agrário, denunciando a concentração de terras, o latifúndio e a opressão dos mais pobres.

É a partir dessa noção de prática religiosa que ele cria na Paraíba o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do país. Esse Centro por sua vez teria a clara preocupação de defender os pobres e aqueles que sofriam algum tipo de exclusão social ou perseguição política. O CDDH da Arquidiocese sob sua coordenação era um Centro voltado para o treinamento de lideranças, a formação política e a assessoria jurídica.

Esta assessoria realizada pelo CDDH se dava, sobretudo frente aos conflitos rurais. O Centro constituía-se como uma instância que defendia aqueles que tinham seus direitos violados. Na realização dessa ação do CDDH, os principais contemplados foram os agricultores das comunidades agrárias de Mucatu e da Grande Alagamar.

É importante destacar que Dom José esteve presente nessas comunidades, sobretudo nos momentos de maiores conflitos. Era a presença de um líder disposto a partilhar do mesmo destino dos camponeses tornando-se uma das vozes das comunidades rurais diante de autoridades políticas, policiais e proprietários de terras.

Nosso trabalho reflete sobre aqueles duas grandes fazendas, mas isso não quer dizer que a ação do Arcebispo tenha se esgotado no ano de 1980. Podemos afirmar que a atuação de Dom José Maria Pires em Mucatu e Alagamar foram espaços privilegiados para sua posterior atuação junto a diversas comunidades rurais presentes na circunscrição religiosa da Arquidiocese da Paraíba. A década de 1980 é indubitavelmente um período rico da atuação desse arcebispo junto às comunidades rurais que merecem por sua vez um trabalho de dimensões ainda maiores.

Nesse momento, convém destacar que coincide com a ação de Dom José em áreas rurais e da veemente defesa dos Direitos Humanos no território da Arquidiocese da Paraíba. Enquanto o papa afirmava que a tarefa dos bispos era apenas religiosa, no estado da Paraíba, o bispo local superava essa ação religiosa e se estabelecia como *profeta* no mundo agrário, denunciando a concentração de terras, o latifúndio e a opressão para com os mais pobres.

Dom José esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba até 1995 e nesse longo período em que esteve à frente do povo católico contribuiu para a politização das pessoas, para a reflexão sobre a questão agrária e sobre a defesa dos Direitos Humanos. Durante esses anos, o bispo teve a preocupação de preparar de modo adequado uma série de agentes de pastoral e posteriormente o clero da Arquidiocese paraibana.

Atualmente, Dom José Maria Pires está com 93 anos de idade e reside em Belo Horizonte. Convêm destacar que ele permanece lúcido, realizando palestras pelo país, pregações de退iros de espiritualidades e conferências em universidades. Dom José continua proclamando a validade dos Direitos Humanos e Sociais, refletindo sobre a Igreja, a Teologia da Libertação e a questão racial.

Devemos brevemente recordar que nosso trabalho não refletiu sobre os posicionamentos de Dom José com relação à questão racial. Na verdade, tal fato se dá por conta de nosso recorte temporal. Dom José só inicia sua luta em defesa dos negros na década de 1980 e mais incisivamente a partir da Missa dos Quilombos dos Palmares em 22 de novembro de 1981. Essa posição fez com que surgisse na ação de Dom José novas práticas pastorais e novos embates em favor dos afrodescendentes. Podemos sem dúvida afirmar que essa se configura como uma nova etapa do pensamento e da *prática política* de Dom José. É o período em que surge uma nova mudança marcada por profunda radicalidade; era com certeza o nascimento de *Dom Zumbi*.



Fotografia 13: Dom José Maria Pires recebendo a imagem de N. Sr^a Aparecida de um agente de Pastoral da cidade de Santa Rita, 20 de novembro de 2010.

Fonte: Marcelo Gomes de Barros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ORAIS

DEPOIMENTO concedido por Dom José Maria Pires ao autor em 15 de janeiro de 2011.

DEPOIMENTO concedido por Dom José Maria Pires ao autor em 01 de junho de 2011.

DEPOIMENTO concedido por Dom José Maria Pires a Mauro Passos de agosto a dezembro de 2001.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório da APA** (Ação Pastoral Arquidiocesana), 1980.

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório do Decênio** (1966-1976), João Pessoa, 1976.

PERIÓDICOS

ARANHA, Carlos Antonio. “**Os sem-terra: duas faces de uma luta**”. (cartilha), 1981.

Jornal **A Imprensa**, Carta de Dom Mário de Miranda Villas Boas. João Pessoa, 5 abr. de 1964.

Jornal **A Imprensa**, Dom José comenta a nova Encíclica. João Pessoa, 4 set. de 1967.

Jornal **A Imprensa**. João Pessoa, 14 out. de 1967.

Jornal **A Imprensa**. João Pessoa, 14 set. de 1967.

Jornal **A Imprensa**. João Pessoa, 16 nov. de 1967.

Jornal **Correio da Paraíba**. Dom José critica a Lei de Imprensa. João Pessoa, 11 jan. 1967.

Jornal **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 12 jan. 1980.

Jornal **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 13 nov. 1976.

Jornal **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 17 fev. 1971

Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, 04 jan. 1980.

Jornal **O Momento**. João Pessoa, 26 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. Críticas a Raimundo de Brito. João Pessoa, 9 nov. 1967.

Jornal **O Norte**. Dom Helder virá a João Pessoa. João Pessoa, 9 jun. de 1966.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 01 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 04 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 05 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 07 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 08 jan. 1980.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 14 mar. 1979.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 18 jun. 1975

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 18 jun. 1975

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 21 mar. 1967.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 28 dez. 1979.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 30 dez. 1979.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 31 dez. 1979.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 8 abr. 1967.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 8 nov. 1978.

Jornal **O Norte**. João Pessoa, 9 nov. 1978.

MACEDO, Rui. Nossa Arcebispo. Jornal **O Norte**. João Pessoa, 29 jun. de 1966.

PIRES, Dom José Maria. Defesa dos Direitos Humanos é a defesa dos pobres. Jornal **O Norte**, 1980.

PIRES, Dom José Maria. “A revolução que não houve”. Jornal **A Imprensa**. João Pessoa, 1 abr. de 1968.

PIRES, Dom José Maria. Industrialização sim! Capitalismo não! Jornal **A Imprensa**, 04 set. 1967.

PIRES, Dom José Maria. Por que o clero no Nordeste é subversivo. **Carta ao Jornalista Edson Ferreira**. João Pessoa, 14 nov. de 1967.

PIRES, Dom José Maria. Revista **Veja**. São Paulo, 25 fev. 1970.

SANTOS, Nilton Vieira. Carta do leitor. Revista **Veja**. São Paulo, 27 out. 1968.

SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. Revista **Veja**. São Paulo, 19 nov. 1969.

ELETRÔNICA

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<http://www.portalcmd.com.br/?content=18&titulo=C%F3rregos>>.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALBERIGO, Giuseppe. **O Concílio Vaticano II (1962-1965)**. In: ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- _____ BEOZZO, José Oscar (coord.). **História do Concílio Vaticano II**: vol.2: a formação da consciência conciliar, o primeiro período e a primeira intercessão: outubro de 1962 a setembro de 1963. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ALVES. Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. In: SOTER. **Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulinas, 2009, p.150.
- AQUINO, Santo Tomás. **Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- _____ **O que é política?** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ARISTÓTELES. Política. IN: **Aristóteles – vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 37. ed, Petrópolis: Vozes, 2009.
- AUMONT, Jaques. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano (a Igreja e o Governo Militar de 1964 a 1985). In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, (org.). **Presença da Igreja no Brasil (1952-2002)**: jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BENELLI, Silvio José. Análise Institucional de um seminário católico e da formação sacerdotal. In: **Revista de Psicologia da UNESP**, 2007.
- _____ **Pescadores de homens**: estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: EDUSC, 2003.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

____ Concílio Vaticano II (1962-1965): a participação da Conferência Episcopal Brasileira. IN: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). **Presença pública da igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

____ A política. In: SANTILLÁN, José Fernandez (org.). **Norberto Bobbio: o filósofo e a política: antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

____ **Direitos do Homem**. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo (org.). **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

____ *Política* (verbete), In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese: a reinvenção da igreja**. Petrópolis: Vozes, 2008.

____ BOFF, Clodovis. **O que é teologia da libertação?** Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

____ A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos em história oral**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

____ **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRUMM. Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

CÂMARA, Helder Pessoa. **Dom Helder Câmara: obras completas**. Recife: UFPE, 2004.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflito: questionando Alagamar**. João Pessoa: FIPLAN, 1985.

CELAM, **Conclusões da Conferência de Medellín**. 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o Governo João Agripino (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

COMBLIM, José. As sete palavras-chaves do Concilio. In: VV.AA. **Vaticano II: quarenta anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

CORNWELL, John. **O papa de Hitler**: a história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

COSTA, José Nunes da. **Padre Ibiapina**: o apóstolo da caridade. João Pessoa: A União, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DESCARTES, René. Discurso do método. In: **Descartes – Vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIACOMELLI, Gabrielle. **Igreja Viva** – uma análise da dimensão educativa da ação pastoral popular da arquidiocese da Paraíba (1966-1973). João Pessoa: (mestrado em educação), UFPB. 2001.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de Doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas. 1995.

HOORNAERT, Eduardo. Rompendo o casulo. In: PASSOS, Mauro (org.). **Um profeta em movimento** – Dom José Maria Pires desatando nós. Belo Horizonte: O Lutador. 2011.

JOÃO PAULO II, Discurso de Abertura da Conferência de Puebla. In: **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo, 1987, p.13-34.

JOÃO XXIII, Humane Salutis. In: **Vaticano II, discursos e mensagens**. São Paulo: Paulinas. 2002.

JOLY, Martine. **Introdução a análise da imagem**. São Paulo: Papirus, 1996.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas abordagens**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KANT, Immanuel. Prefácio a segunda edição a Crítica da Razão Pura. In: **Kant – vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2^a Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEÃO XIII. Carta Encíclica Rerum Novarum. In: SANCTIS, Antonio de (org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**: da “Rerum Novarum” a “Octagesima Adveniens”. São Paulo: LTR. 1991.

LEVI, Giovanni. Uso da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos em história oral**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIBÂNIO, João Batista. Concílio Vaticano II: Os anos que se seguiram. In: vv.aa. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____ **Igreja Contemporânea**: encontro com a modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A filosofia como discurso da modernidade. IN: **Ética e Filosofia Política** v.2, n.1 (1997). Juiz de Fora

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; GOMES, Luiz Flávio. Crimes contra a humanidade e a jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio. **Crimes da ditadura militar**: uma análise à luz da jurisprudência atual da corte interamericana de direitos humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MONDIN, Batista. **Dicionário Enciclopédico dos papas**. São Paulo: Ave-Maria, 2009.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1997.

_____ **Por um pedaço de chão**. João Pessoa, UFPB, 1997. 1v.
_____ **Por um pedaço de chão**. João Pessoa, UFPB, 1997. 2v.

MOTA, Rodrigo Patto de Sá. **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____ **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NASCIMENTO, Isaías. **Dom Távora, o bispo dos operários**: um homem além de seu tempo. São Paulo: Paulinas, 2005.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de Oliveira. **O ancião e sua esposa eleita:** reflexões teológicas, eclesiais e pastorais sobre a condição de bispo emérito. São Paulo: Paulinas, 2011.

PASSOS, Mauro (org.). **Um profeta em movimento.** Belo Horizonte: O lutador, 2011.

PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio*. In: SANCTIS, Antonio de. **Encíclicas e Documentos Sociais.** São Paulo: LTR, 1971.

_____ Discurso de abertura do segundo período. In: Vaticano II: mensagens, discurso, documentos. São Paulo: Paulinas.

PIO XI, Encíclica *Studiorum ducem*. In: DENZINGER, Henrique. **Compêndio dos símbolos.** São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.

PIO XII, Encíclica *Mediator Dei*. In: DENZINGER, Henrique. **Compêndio dos símbolos.** São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.

_____ Decreto do Santo Ofício. In: DENZINGER, Henrique. **Compêndio dos símbolos.** São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.

_____ Encíclica *Mistici Corporis*. In: DENZINGER, Henrique. **Compêndio dos símbolos.** São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.

PIRES, Dom José Maria. **Do centro para a margem.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

PIRES, José Maria. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. **Dom José Maria Pires: uma voz fiel a mudança social.** São Paulo: Paulus, 2005.

RABENHRORST, Eduardo R. Teoria do direito e teoria dos direitos humanos. IN: TOSI, Giuseppe (org.). **Direitos Humanos:** teoria e prática. João Pessoa: 2005, p.193.

RATZINGER, Joseph. **Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação.** São Paulo: Loyola, 1984.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. In: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (org.). **Dom José Maria Pires:** voz fiel a mudança social. São Paulo: Paulus. 2005.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos:** aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Ednaldo Araújo dos; VELÓSO, Ricardo Grisi. **O ano Sacerdotal e o clero da arquidiocese da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2010.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos nas sombras**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SGARBOSA, Mario. **Santos e beatos da Igreja do Ocidente e do Oriente**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SVIRDECOCHI, Gian Franco. **João Paulo II**: um papa que não morre. São Paulo: Paulinas, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo Branco a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ **Brasil**: de Getúlio a Castelo, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II**: análise e prospectivas. São Paulo: Paulinas. 2004.

TOSI, Giuseppe. IN: TOSI, Giuseppe (org.). **Direitos Humanos**: história, teoria e prática. João Pessoa, UFPB. 2005.

TOSI, Giuseppe. **Os Direitos Humanos**: reflexões iniciais. In: TOSI, Giuseppe. João Pessoa: UFPB, 2005.

TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações sobre a história social dos direitos humanos. In: **“Direitos humanos. Construção da liberdade e da Igualdade”**. Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1998.

VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2002.

GLOSSÁRIO

Báculo: cajado utilizado por bispos na Igreja Católica do Ocidente e Oriente. Tal objeto representa a ideia de que os bispos são pastores do povo cristão e precisam ser guiados por esses líderes religiosos. Geralmente, essas peças são ornadas com símbolos da tradição bíblico-cristã e confeccionados com materiais mais nobres como o ouro e ornado de pedras preciosas. Na Arquidiocese da Paraíba, o báculo de Dom Adauto é conhecido por ser uma peça belíssima. Seus sucessores com exceção de Dom José o utilizaram até o final de seus respectivos bispados. O Báculo de Dom José Maria Pires é feito de madeira e foi utilizado posteriormente por Dom Marcelo Pinto Carvalheira.

Carta Pastoral: é a missiva feita por um bispo ou arcebispo com preocupações pastorais e doutrinárias. Dom José se destaca pela quantidade de Cartas Pastorais escritas com forte apelo social e humanitário. No bispado de Dom José, em algumas ocasiões essas cartas eram proferidas em todo o território da Arquidiocese durante as celebrações dominicais.

Código de Direito Canônico: conjunto de regras disciplinares que diz respeito a organização dos fiéis católicos enfatizando sobretudo regras morais, práticas litúrgicas e funções eclesiásticas. No Código de Direito Canônico há um conjunto de direitos e penalidades para os católicos. Durante o pontificado do Papa João Paulo II foi feita uma reforma nessa obra contemplando toda a Igreja Católica de rito latino, que diga-se de passagem é aquela que congrega a grande maioria dos católicos do mundo.

Concílio: Reunião de bispos de caráter doutrinário. Geralmente os Concílios são convocações ecumênicas, isto é universal e terminam tradicionalmente com a promulgação de algum dogma ou uma série de condenações. O Concílio Vaticano II é uma exceção à regra, pois não promulgou nenhum dogma, nem muito menos condenou ninguém. É um Concílio Dogmático com forte assento pastoral.

Consistório: Reunião de cardeais para escolha de novos cardeais. Nessas ocasiões o papa se faz presente, pois os papas são eleitos em conclave por um bom número de cardeais, logo o papel dos prelados na Igreja determina uma série de questões.

Cristocêntrica: A expressão significa literalmente ter *Cristo como Centro*. Contudo, convém ressaltar que quando se falava em colocar Cristo como centro dos modelos eclesiológicos,

geralmente, os papas ocupavam essa função e o resto da Igreja era vista como mera extensão de seu poder.

Cura: é o padre de uma pequena região ou vila.

Cúria: é a sede do poder de um bispo ou dos cardeais. É o centro das grandes decisões de uma diocese ou no caso dos cardeais de toda a Igreja, pois é de lá que saem a aprovação de nomeações de bispos e criação de outras dioceses.

Diocese: território geográfico de delimitação de atuação religiosa. Para os católicos, a ação de um bispo geralmente se dá vinculada a essa circunscrição religiosa. O termo Arquidiocese, empregado diversas vezes ao longo dessa dissertação, diz respeito a uma diocese grande. Em nosso estado, o termo Arquidiocese da Paraíba causa grande ambiguidade aqueles que não conhecem as polêmicas mudanças de nomes de nossa capital. A circunscrição Arquidiocese da Paraíba é uma diocese como a de Campina Grande, Patos, Guarabira e Cajazeiras e não o conjunto de todas elas. Talvez o mais conveniente para eliminar essa ambiguidade, enquanto estamos com o nome de João Pessoa na capital fosse também alterar esse nome.

Eclesiologia: discurso sobre a Igreja. É uma das disciplinas mais recentes da Teologia Católica e Protestante que trata de como a Igreja é vista ao longo dos séculos numa perspectiva teológica. Durante o Concílio Vaticano II, por exemplo, há o choque de uma série de eclesiologias por conta da diversidade das experiências dos bispos espalhados pelo mundo. O Vaticano II se destaca por oferecer um modelo de eclesiologia pautada na noção de Povo de Deus. Por meio da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, a Igreja propõe uma postura que nivele todos os católicos ao mesmo nível, contudo já são vistas nos dias atuais, interpretações que dizem o contrário dessa expressão.

Encíclica: Carta escrita apenas pelos papas de forte caráter doutrinário e geralmente endereçada para bispos e teólogos.

Epíscopo: bispo. Título de origem grega dado pelas comunidades cristãs primitivas aos líderes das várias experiências cristãs. Com o passar do tempo, e, sobretudo a partir do medievo uma predominância do termo bispo que quer dizer supervisor.

Escolástica: período medieval do século XIII ao XV onde surgiu às universidades e a famigerada doutrina de Santo Tomás de Aquino. Esse, que deu origem ao termo tomista,

também foi responsável por uma filosofia e teologia marcado por um excesso de abstração e argumentos metafísicos. No Brasil, durante a formação dos padres do início do Século XX, houve uma associação da filosofia a esse termo ao ponto dos seminaristas que realizavam tais estudos serem chamados de escolásticos.

Hereses: são crentes católicos que não admitem como verdadeiros todos os Dogmas da Igreja. A rigor, o termo não diz respeito a questões morais, mas apenas questões doutrinárias. Para Bourdieu, é aquele que desempenha na comunidade uma versão alternativa da experiência religiosa e que não se mantém nessa mesma instituição.

Lazaristas: é uma congregação religiosa fundada por São Vicente de Paula que trabalha diretamente com os mais pobres e excluídos da sociedade. No Brasil, durante os primeiros cinquenta anos foram os responsáveis pela formação de uma série de presbíteros diocesanos.

Leigo: é todo aquele que é batizado na Igreja; é o fiel. Costumeiramente o termo ganhou o significado de “ignorante” formando uma clara oposição aos intelectuais da Igreja (os clérigos: formados). No período posterior ao Vaticano II, houve um movimento de valorização desses personagens que constituem a maioria dos católicos.

Misereur: Projeto assistencial de origem alemã. Depois, da II Guerra Mundial, um bom número de Católicos se comprometeram a contribuir financeiramente com as Igrejas mais sofridas da América Latina. O Nordeste brasileiro foi uma das regiões que mais recebeu tais contribuições. Na Arquidiocese, esse projeto foi responsável pela manutenção de um conjunto de ações sociais.

Mitra: chapéu utilizado pelos bispos durante cerimônias religiosas. Essa indumentária de origem judaica simboliza o poder dos bispos como pontífice (aqueles que fazem a ponte = mediadores) entre o céu e a terra.

Monsenhor: no Brasil é o título dado a alguns padres geralmente por sua relação de proximidade com os bispos diocesanos. Em outros países é o termo utilizado de pronome de tratamento para bispos. Por exemplo, quando Dom José Maria Pires está em Roma é chamado de Monsenhor José Maria Pires. No Brasil, o termo empregado para bispos é *Dom* que remonta as experiências imperiais em nosso país.

Ordenação (ordem): ritual religioso no qual o sujeito passa a ser considerado clérigo. O principal responsável por esse ato religioso é o candidato que se propõe a ser diácono, padre ou bispo.

Presbítero: expressão grega que significa ancião. É o termo empregado para aquele que ensina na comunidade cristã primitiva e em algumas ocasiões preside rituais religiosos. Com o passar do tempo o termo praticamente desapareceu dando lugar a expressão latina padre. O termo foi retomado pelo Concílio Vaticano II com grande força para se opor a antiga noção de sacerdotes (aqueles que realizam sacrifícios).

Profetas: palavra de origem hebraica que significa *aquele que fala em nome de Deus*. Na tradição judaica é a figura excêntrica que geralmente anuncia uma série de castigos, ações divinas e prediz o futuro. Na maioria dos casos estando a margem da tradição religiosa oficial por enxergar também nas religiões e seus líderes uma série de contradições. Em Bourdieu, o termo utilizado fazendo a importante reflexão sobre alguns líderes religiosos que se estabelecem e alcançam notável credibilidade mediante atos realizados.

Solidéu: o termo solidéu significa *só a Deus*. É o pequeno disco de pano de cor rosa que os bispos usam na cabeça durante a maior parte das celebrações eucarísticas.

Tridentino: conjunto de doutrinas e decisões oriundas do Concílio de Trento, Itália. A expressão ganhou no Brasil o significado de conservador e ultrapassado.